

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA
POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A RELAÇÃO PARTIDO/SINDICATO:
UM ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada ao
Departamento de Ciência Política da
Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Mestre em
Ciência Política

**CRISTIANE LEYENDECKER DE
LIMA**
Brasília/julho/2004

CRISTIANE LEYENDECKER DE LIMA

***A RELAÇÃO PARTIDO/SINDICATO:
UM ESTUDO DE CASO***

Prof^a. Dr^a. Lúcia Mercês de Avelar
ORIENTADORA

CRISTIANE LEYENDECKER DE LIMA

**A RELAÇÃO PARTIDO/SINDICATO:
UM ESTUDO DE CASO**

Lúcia Mercês de Avelar, PhD. Presidente.

Luis Felipe Miguel, Dr.

José de Lima Soares, Dr.

Paulo Afonso Francisco de Carvalho, PhD.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Lúcia Avelar, pela atenção que me foi dedicada ao longo do curso e na confecção deste trabalho.

Um agradecimento especial ao Ricardo Guillen, pelas valiosas sugestões e críticas, fundamentais para a realização desta pesquisa.

Aos entrevistados Zé Maria, Dirceu Travesso e Luiz Marinho, pela disponibilidade e atenção que tanto contribuíram para o debate plural e livre, tornando possível a consecução da pesquisa aqui apresentada, mesmo que tenham discordado de minhas interpretações.

À minha mãe, Ilse, aos meus irmãos, Cláudia, Maurício e Gustavo, e à companheira deste, Maísa, pelo estímulo que me deram para encarar as batalhas da vida.

Sou grata à amizade de Lianne, Toni, Aurélio Fernandes, Eucilene e Carlos Escosteguy, pelo apoio prestado para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como eixo de análise a relação entre partido e sindicato, dois importantes instrumentos de organização da classe trabalhadora. Debate-se o contexto de sufrágio universal como mais um elemento na luta política, entendendo-se que essa transformação de concepção, na luta pelo poder, transfere a lógica, que se adapta para o âmbito institucional.

O objeto de análise nesta pesquisa será a relação do Partido dos Trabalhadores com a Central Única dos Trabalhadores durante a campanha eleitoral de 2002 e, posteriormente, no primeiro ano do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva.

Para realizar este estudo procedeu-se à observação de dois momentos históricos distintos dessas duas organizações. Durante a década de 1980 havia confronto explícito com a estrutura de poder, confronto esse marcado pelo ascenso das lutas sindicais e pelo entendimento da necessidade de um partido político que pudesse servir de instrumento de luta e de organização da classe. Logo consolidou-se a necessidade de uma central sindical que organizasse o conjunto da classe trabalhadora nacionalmente, mas que fosse independente do Estado e de qualquer partido político. Em um segundo momento, marcado pela perda do caráter de confronto e do referencial de classe, adaptou-se o discurso ao modelo da democracia política e da luta pela cidadania.

Procedeu-se, também, à reconstrução histórica da social-democracia na perspectiva analítica que percebe nas reformas graduais um referencial no processo de transformação política, e à reflexão sobre o sufrágio eleitoral como objetivo estratégico, sendo este entendido como elemento subjacente, mas fundamental porque demonstra as mudanças analisadas e caracterizadas pelos atores em questão.

A pesquisa nos leva a concluir que a utilização dos sindicatos e das centrais sindicais pelos partidos políticos no pleito eleitoral tem influência sobre a crise sindical e interfere na sua relação com a estrutura partidária. O partido reduz o seu campo de atuação para o pleito eleitoral, ao convergir as suas forças para a conquista do poder, e assim deixa de lado as clivagens de classe que lhe deram origem. Conclui-se, também, que a relação pós-eleitoral partido/classe tem efeitos desmobilizadores sobre a base sindical e partidária.

ABSTRACT

The present work analyzes the relationship between party and labor union as important instruments of organization for the working class. The context of Universal Suffrage will be debated as another element of political struggle. The significance of value's changes from tactics to strategies lays down a principle in the pursue of political power. It is understood that this change of concept, in the struggle for power, transfers the logic that is adapted to the institutional scope.

The object of analysis is the relationship between the Partido dos Trabalhadores and the Central Única dos Trabalhadores during the electoral campaign of 2002 and, later, during the first year of government of Luiz Inácio Lula da Silva.

To accomplish this work, (i) two distinct historical moments of those organizations were observed; the initial moment during the 80's, a phase where there were explicit confrontation with the power structure, characterized by the rising of union struggles and the understanding of the need of a political party that could be used as an instrument of struggle and class organization. And, later, a labor union that could organize the working class nationally, and that would be independent from the State and any other political party. And a second moment characterized by the loss of that confrontational aspect, adapting the speech to the ideal of political democracy; (ii) the reconstruction of the history of social-democracy in a analytical perspective that perceives in the gradual reform a reference to the process of political transformation; (iii) the suffrage as a strategical purpose, understood as a fundamental element because it demonstrates the changes analyzed and characterized by those individuals.

The research had as a result the confirmation that (i) the use of the unions by the political parties in the electoral period has influence over the union crisis and interferes in its relationship with the party structure. The party, reducing its performance, by concentrating its forces to obtain power, sets aside the elements that were its own origin, (ii) the post-electoral relationship between party and labor union demobilizes the union and party base.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO.....	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT.....	IV
SUMÁRIO.....	VI
LISTA DE SIGLAS.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - O PT E A CUT: A CONCEPÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO.....	20
1.1. A relação entre partido político e sindicato: aspectos conceituais.....	20
1.2. O sindicalismo no Brasil.....	23
1.3. PT e CUT: a concepção política no processo de formação.....	26
1.3.1. A crise do Regime Militar e o ascenso político dos trabalhadores.....	26
1.3.2. A formação do Partido dos Trabalhadores.....	31
1.3.3. A eleição de 1982.....	35
1.3.4. O PT e a CUT.....	37
CAPÍTULO 2 - PT: O PROCESSO ELEITORAL E A POLÍTICA PARTIDÁRIA.....	40
2.1. Eleição: tática ou estratégia?.....	41
2.2. O revisionismo e a social - democracia.....	42
2.3. O PT e a campanha eleitoral de 2002.....	46
2.3.1. Eleição de 2002: da campanha ao governo federal.....	49
CAPÍTULO 3 - A RELAÇÃO ENTRE CUT E PT, O PLEITO ELEITORAL DE 2002 E O GOVERNO FEDERAL.....	55
3.1. O sindicalismo e as novas relações de trabalho.....	56
3.2. A CUT e o pleito eleitoral de 2002.....	59
3.3. A CUT e o governo Lula.....	64
3.4. 8º Congresso Nacional da CUT.....	66
3.4.1. A reforma da previdência e a CUT.....	66
3.4.2. O governo da República e a presidência da Central Única dos Trabalhadores.....	69
CAPÍTULO 4 - A REFORMA SINDICAL: ATRELAMENTO DA CUT AO PROJETO POLÍTICO DO GOVERNO FEDERAL.....	71
4.1. Pluralismo sindical e unicidade sindical.....	73
4.2. A legalização das centrais sindicais.....	74

4.2.1. A legalização das centrais e a perda de autonomia dos sindicatos.....	75
4.3. O sindicato e o pacto social.....	77
4.4. O sindicato e a sua sustentação financeira.....	78
4.5. Reforma sindical e perda de autonomia da organização da classe trabalhadora.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	85
ANEXOS.....	92

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CONCUT	Congresso Nacional da CUT
CUT	Central Única dos Trabalhadores
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

INTRODUÇÃO

O objeto de análise nesta pesquisa será a relação do Partido dos Trabalhadores com a Central Única dos Trabalhadores desde sua fundação, mas especialmente durante a campanha eleitoral de 2002 e ao longo do primeiro ano do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tem como objetivo compreender o processo de ação política inserido na relação partido/sindicato, analisando especificamente os partidos de esquerda – esquerda entendida aqui com o significado usualmente adotado no discurso político¹. Entretanto, a representação de classe, uma vez distorcida, pode levar a uma crise de legitimidade² desses partidos.

O problema observado não se restringe ao Brasil. A análise da crise dos partidos políticos abrange, também, a diferenciação entre partidos considerados como centro-esquerda e centro-direita, que, em determinados momentos, é pouco perceptível. Como exemplo, podem-se citar as eleições de 12 de março de 2000 na Espanha, em que o PP (Partido Popular, de centro-direita) conseguiu uma histórica maioria absoluta no Congresso, graças ao elevado número de abstenções por parte, principalmente, de eleitores da esquerda.

Las urnas proporcionaran ayer al centro-derecha su mejor resultado histórico: el PP ha obtenido 183 escaños, 27 más que en 1996, tras alcanzar 10,2 millones de votos (44,5%, casi seis puntos más que en 1996). Su líder, José Maria Aznar, continuará al frente del Gobierno con absoluta comodidad, sin necesidad de apoyos ... El rotundo triunfo del PP se produjo en medio de una abstención superior en más de siete puntos a la de 1996, protagonizada

¹ Tem-se a discussão de que a definição de esquerda e direita deixou de existir, pois diversas bandeiras levantadas, sobretudo em períodos eleitorais, são semelhantes. Entretanto, segundo Bobbio (1995) a definição é dialética e nesse sentido a díade permanece; tem início no processo da Revolução Francesa (1789) e vai assumindo contornos diferenciados de acordo com o contexto histórico. “Deve-se porém acrescentar, para evitar perguntas inúteis, que o uso ainda prevalente da dupla que indica a antítese principal, da qual dependem todas as outras na linguagem política, não deve levar a pressupor que seu significado seja unívoco e, sobretudo, que tenha permanecido imutável no tempo. Enquanto existirem conflitos, a visão dicotômica não poderá desaparecer...” (BOBBIO, 1995, p.69). O autor direciona ao aspecto ‘igualdade’ o atributo diferenciador, o que amplia a definição de esquerda e direita. “Disso decorre que quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária ... A direita está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado” (BOBBIO, 1995, p.103-106).

² PRZEWORSKI, 1989, p.195 “A crise institucional de várias sociedades capitalistas desenvolvidas é uma crise de participação. Não existe razão para que os assalariados ajam como se sua participação fizesse alguma diferença se dia a dia torna-se mais claro que podem influir cada vez menos...”.

sin duda por una parte de lo que fue el electorado de centro-izquierda, que no ha comprendido el pacto con IU intentado por el candidato socialista, Joaquín Almunia. Éste último presentó anoche su dimisión irrevocable como líder del PSOE, después de que este partido haya perdido 1,6 millones de votos, el 17% de lo que fue su fuerza electoral en el 96.³

Portanto, quinze anos (1982-1996) de governo PSOE – Partido Socialista Obrero Español resultaram no descontentamento por parte da população.

El PSOE obtuvo la mayoría absoluta en 26 capitales de provincia y relativa en otras siete. La hegemonía socialista duró hasta 1996. La victoria de Felipe González fue posterior en año y medio a la elección de François Mitterrand como presidente de la República francesa. A diferencia de sus compañeros franceses, los socialistas españoles no se plantearon reformas estructurales como, por ejemplo, las nacionalizaciones ... El primer gobierno González se propuso sanear la economía ... favoreció las inversiones privadas y llevó a cabo la reconversión de varios sectores industriales, la siderurgia, la construcción naval, la fabricación de automóviles, la construcción, el textil, etc., lo que supuso el cierre de muchas fábricas ... El pequeño comercio perdió el 60 por 100 de su importancia, y los supermercados e hipermercados pasaron del 33 al 60 por ciento. El rigor en la gestión de la Hacienda pública implicó medidas de austeridad ... Las organizaciones sindicales – y en especial la UGT (Unión General de Trabajadores) –, que al principio mantuvieron una actitud moderada, se mostraron cada vez más agresivas frente a una política que acarrea una pérdida de poder adquisitivo de los trabajadores.⁴

Assim como ocorreu na Espanha, vale a citação das eleições na França como uma indicação da insatisfação do eleitorado de esquerda com a prática política dos governos socialistas. O grande número de abstenções (27,63%) nas eleições do dia 5 de maio de 2002 possibilitou a ida, para o segundo turno, da extrema-direita, representada por Le Pen, junto com a centro-direita, de Jacques Chirac. Esse resultado levou à concentração dos votos no segundo turno, tanto da centro-direita como da centro-esquerda, para o candidato da UMP – União para a Maioria Presidencial, de Jacques Chirac, o que favoreceu

³ Fonte: *El País*, 13 de março de 2000.

⁴ PÉREZ, 2001, p. 689-90.

um governo de maioria absoluta para a centro-direita, como pode ser visto no resultado eleitoral apontado na Tabela 1:

Tabela 1
Resultado / 1º turno das eleições presidenciais – França, 2002

Candidatos	%
Jacques Chirac (presidente cessante, de direita)	19,67
Jean-Marie Le Pen (Frente nacional, extrema direita)	17,02
Lionel Jospin (primeiro ministro, socialista)	16,07
François Bayrou (centro)	6,89
Arlette Laguiller (trotskista)	5,77
Jean-Pierre Chevènement (esquerda)	5,36
Noël Mamère (ecologista)	5,27
Olivier Besancenot (trotskista)	4,29
Jean Saint-Josse (direita)	4,28
Alain Madelin (direita liberal)	3,92
Robert Hue (Partido comunista)	3,41
Bruno Mégret (extrema direita)	2,36
Christiane Taubira (esquerda)	2,15
Corinne Lepage (ecologista, direita)	1,89
Christine Boutin (direita)	1,19
Daniel Gluckstein (trotskista)	0,47
Abstenções	27,63
Total de Inscritos: 40.251.881; Total de Votantes: 29.129.595	

Totais nacionais divulgados pelo Ministério do Interior – Dados fornecidos pelo periódico *Avante!*, n.1482, 24.04.02.

Reagrupando os dados mencionados anteriormente por corrente ideológica, tem-se a configuração apresentada na Tabela 2:

Tabela 2
Resultado / 1º turno das eleições presidenciais – França, 2002

Corrente Ideológica	%
Direita	29,06
Esquerda	26,99

Extrema Direita	19,38
Extrema Esquerda	10,53
Ecologista *	7,16
Centro	6,99

Fonte: dados agrupados pela autora.

*Não foi possível reagrupar essa variável nas opções usuais de correntes ideológicas

Neste sentido, a utilização do partido para um objetivo exclusivamente eleitoral leva a uma descaracterização da relação partido/classe, como analisou Przeworski (1989): “No processo de competição eleitoral, os partidos socialistas são forçados a solapar a organização dos trabalhadores como classe ...”.⁵

No entanto, mesmo levando em consideração a difícil comparação entre os partidos europeus e os partidos políticos brasileiros, a análise tem a intenção de demonstrar que apenas instrumentalizar partidos políticos para objetivos eleitorais terá uma contraposição na organização da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, cita-se o exemplo do PDT – Partido Democrático Trabalhista da década de 1980, cuja linha político-partidária prioritária era eleger Brizola presidente da República. Como afirma Aurélio Fernandes,⁶ as atuações internas do partido foram destinadas a esse propósito, deixando-se de investir na militância. Tinha-se a idéia de que, se eleito, Brizola teria força suficiente para realizar as transformações no país, tendo como referência sua atuação política na década de 1960. Essa política personalista resulta no que

⁵ PRZEWORSKI, 1989, p. 16.

⁶ Aurélio Fernandes, professor de história com especialização em História do Brasil, sindicalista, membro do Diretório Estadual do Rio de Janeiro e suplente do Diretório Nacional do PDT, ex-diretor da Fundação Alberto Pasqualini. Em Documento Interno: *o brizolismo e os 21 anos de PDT*, lê-se: “A experiência histórica de nosso povo demonstrou que a conquista do poder inclui, mas não se limita à luta eleitoral. O velho PTB, mesmo com muitas das limitações que o caracterizaram, foi um partido popular e vanguarda objetiva das lutas de massas de nosso povo trabalhador, conseguindo iniciar na década de 60 o processo histórico de construção da unidade popular ... Em 1979, ao refundarmos o trabalhismo em Lisboa, nosso objetivo era retomar este fio da história das lutas de massas de nosso povo. Porém, este desafio resumiu-se às tentativas de elegermos o companheiro Brizola Presidente da República e nosso partido deixou de fazer história passando apenas a cultivá-la ... A crise que o PDT vive hoje é fruto da contradição entre um partido que inicia um processo de retomada de seu projeto histórico a partir da derrota eleitoral de 94 – mudanças no estatuto que privilegiam o trabalho na base, planejamento das atividades partidárias, fortalecimento de atividades de capacitação política de militantes e investimento na definição de um modo pedetista de governar e legislar e na capacitação dos candidatos a prefeitos e vereadores – setores que insistem em manter as mesmas práticas e formas de fazer política e aqueles que não vêem estas mudanças como um processo histórico”.

ocorre atualmente com o partido que, em determinados momentos e locais, tornou-se apenas uma legenda, sem grande representatividade, e vem sofrendo sucessivas crises.

O Partido dos Trabalhadores, que tem origem nas greves do ABC paulista em fins da década de 1970 e é organizado pelo chamado “novo sindicalismo”, também sofrerá, especialmente a partir da década de 1990, o direcionamento de sua atuação para o processo eleitoral.

O presente trabalho justifica-se por considerar a relação entre partidos políticos e sindicatos fundamental para o entendimento da representatividade política de classes. No entanto, é no processo eleitoral que a imagem da sociedade dividida em classes ausenta-se do discurso, operando como um fator de desmobilização. Esse fato se contrapõe ao conceito marxista, segundo o qual o processo eleitoral é entendido como um instrumento de organização da massa.

O discurso eleitoral realça, portanto, o papel das instituições políticas como os únicos canais de exercício do poder político nacional. A atividade política parece sintetizar-se nas instâncias do Legislativo e do Executivo, como as únicas formas de relacionamento da sociedade com o Estado, sendo o representante eleito um símbolo do interesse geral.

Esse eixo de entendimento foi analisado por vários autores, entre eles Marx, Rosa Luxemburgo, Eric Olin Wright, Adam Przeworski e Leôncio Martins Rodrigues. Observam-se, neste trabalho, as categorias já discutidas, relacionando-as assim com o tema proposto em um contexto contemporâneo, justificando o debate na conjuntura nacional e, especificamente, no processo eleitoral brasileiro de 2002 e no primeiro ano do governo Lula.

A escolha da relação entre partido político e sindicato deve-se, portanto, primeiramente aos vínculos com a representação – a existência significativa de sindicatos⁷ –, mas, também, ao fato de essa relação expressa, em grau mais elevado, essa crise. Pode-se observar que a falta de uma representatividade

⁷Existem quase 18 mil entidades representativas dos trabalhadores brasileiros. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

das classes reflete a existência de todos esses fatores, que serão objetos de discussão.

O recorte temporal aqui adotado justifica-se pela idéia de que nenhum momento é apenas econômico, político ou ideológico; todos os aspectos estão interligados como em uma teia. O sistema é uma rede de relações interconectadas, tendo como base os meios de produção⁸.

O eixo de análise procurará esclarecer a relação partido/sindicato no Brasil, tendo como fator de observação o processo eleitoral como instrumento do partido para atingir o poder.

Nesse sentido, a relação estudada se justifica pela análise de que o sindicato é um espaço utilizado pelo partido – mesmo que se perceba a necessidade de sua independência, tem como um dos objetivos a tarefa de educar politicamente a massa dos trabalhadores⁹ para alcançar o poder do Estado. Além disso, o sindicato é um espaço heterogêneo nas questões ideológicas, mas ao mesmo tempo homogêneo, por representar uma categoria específica de trabalhadores.

A pesquisa irá focalizar a relação entre CUT e PT. Seleciona-se essa relação durante o pleito eleitoral de 2002, bem como a atuação da CUT no governo Lula desde seu início, em janeiro de 2003, até março de 2004, período em que se realizou o Relatório Final da Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho, tendo as preliminares da discussão focalizando a reforma sindical.

A análise, baseada nessa central sindical, leva em consideração o fato de que, do número total dos sindicatos de trabalhadores filiados às centrais, 66% são filiados à CUT.¹⁰ É importante acrescentar que, embora haja uma grande quantidade de sindicatos, é pequeno o número de filiados, o que expressa a baixa mobilização dos trabalhadores.

O PT foi escolhido em vista da influência e do grau de atuação que exerceu na estrutura da central sindical selecionada, presente durante o pleito eleitoral de 2002 e ao longo do governo Lula.

⁸FAUSTO, *Marx: Lógica e Política*.

⁹LUXEMBURGO, p. 59.

¹⁰ “De acordo com o responsável pela pesquisa, Eduardo Mendonça, um dos destaques da década foi o crescimento do número de sindicatos de trabalhadores filiados às centrais sindicais, que passou de 30% para 38%. Do total dos sindicatos filiados às centrais, 66% são ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e 19% à Força Sindical...”. Fonte: *Correio Braziliense*, 3 de outubro de 2002.

O Capítulo 1 está sistematizado a partir dos conceitos de partido e sindicato, introduzindo a concepção política do PT e da CUT nas suas origens.

O Capítulo 2 vincula o desenvolvimento histórico e político da social-democracia e a eleição como estratégia política, focalizando a participação do PT na eleição presidencial de 2002.

O Capítulo 3 tem como eixo a relação entre PT e CUT no pleito eleitoral de 2002 e durante o governo Lula, e a análise se faz sob a ótica da independência da organização da classe trabalhadora.

No Capítulo 4 debate-se a questão central deste trabalho, que é a perda de autonomia e independência da organização dos trabalhadores analisada a partir do projeto de reforma sindical.

Nas Considerações Finais, procura-se sintetizar as conclusões deste trabalho.

Definição do Problema

Qual foi a relação política estabelecida entre PT e CUT durante o pleito eleitoral brasileiro de 2002, especificamente para o cargo de presidente da República, tendo em vista a influência do partido político na central sindical?

Enunciado das Hipóteses

- Ao reduzir o seu campo de atuação apenas para o pleito eleitoral, convergindo as suas forças para a conquista do poder, o partido deixa de lado as clivagens de classe que lhe deram origem.
- A relação pós-eleitoral partido/classe tem efeitos desmobilizadores sobre a base sindical e partidária.

Objetivos

a)Objetivo Geral:

O objetivo geral desta análise consiste em entender como se processa a mudança do comportamento das lideranças partidárias e sindicais e da ação política que ocasiona determinados reflexos sociais, como a trajetória partidária e a sua adequação institucional.

Especificamente, a finalidade deste trabalho está em investigar o padrão da relação partido/sindicato no período eleitoral, na escolha interna dos membros sindicais e, após as eleições, na transformação do sindicato em base de sustentação do governo Lula.

Definição dos Conceitos

O conceito de partido político, como aponta Marx, define-se como uma organização de expressão de classes. Em Weber, entretanto, será entendido como uma organização de livre associação objetivando, mediante pleito eleitoral, conquistar o poder do Estado. Caracteriza-se por lideranças do quadro partidário e por seguidores que só têm importância no momento eleitoral:

Em sua estrutura interna, todos os partidos vão passando, no decorrer destas últimas décadas, paralelamente à racionalização crescente da técnica das campanhas eleitorais, para a organização burocrática. Os graus de desenvolvimento que os diversos partidos alcançaram neste caminho são diferentes, mas a tendência geral é unívoca, pelo menos nos Estados de massas. (Weber, 2000, p.547)

Nesse sentido, a realidade molda a organização segundo as diretrizes da ação parlamentar,¹¹ contribuindo para demonstrar as contradições internas dessas organizações.

¹¹ “Esperam, sobretudo, que a influência demagógica da personalidade do líder proporcione, na campanha eleitoral, ao partido votos e mandatos, e, com estes poder, aumentando assim as probabilidades de os partidos encontrarem a recompensa esperada e, do ponto de vista ideal, a satisfação de trabalhar com entrega pessoal convicta para um homem e não para um programa abstrato de um partido composto de mediocridades: este elemento ‘carismático’ de toda liderança constitui uma das forças motrizes”. WEBER, *Economia e Sociedade*, p.551.

Já os sindicatos foram estabelecidos no processo do desenvolvimento capitalista, são organizações que objetivam melhorar as condições de trabalho e defender reivindicações imediatas do conjunto da classe trabalhadora. São essas reivindicações imediatas e concretas que levam os trabalhadores a se organizarem nos sindicatos para uma ação conjunta, superando o individualismo e o isolamento.

Assim, diferentemente dos partidos, que estão imbricados na prática política, os sindicatos têm uma fundamentação essencialmente econômica e um contexto ideológico heterogêneo e pluripartidário, pois neles atuam trabalhadores com diversos graus de evolução da consciência. Encontram-se, aí, desde aqueles que estão motivados apenas pela possibilidade de conquistas imediatas, até os que chegam a interpretar as contradições do sistema e buscam caminhos para superá-las. A discussão teórica a respeito do sindicalismo e do partido está moldada segundo um reflexo do contexto histórico e local.

O papel delineado para os dois atores em análise é, portanto, diferenciado, na medida em que essa realidade exige uma definição contrária a toda tática que objetive a transformação dos sindicatos em apêndices de partidos. Em determinados momentos, entretanto, eles se conectam, contribuindo para que o movimento sindical não se limite ao economicismo e cumpra um papel fundamental na elevação do nível de consciência de classe do conjunto dos trabalhadores.

Procedimentos Metodológicos

O partido analisado é o PT – Partido dos Trabalhadores, e a Central Sindical, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, focalizando sua inter-relação durante o pleito eleitoral de 2002 e ao longo do primeiro ano de governo Lula. Utilizaram-se observações realizadas no 8º CONCUR – Congresso Nacional da CUT, como também o posicionamento da central sindical nas discussões sobre a Reforma Previdenciária e no projeto de Reforma Sindical esboçada no Relatório Final da Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho, organizado em março de 2004.

Analisou-se historicamente o objetivo político do PT e da CUT. Confrontaram-se, para tanto, seus programas e estatutos no momento inicial, da formação do partido e da central sindical, e no momento atual.

Os dados utilizados provieram das seguintes fontes:

- Arquivos de jornais de grande circulação nacional, utilizados apenas como complemento de informação: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e um diário da Capital Federal, *Correio Braziliense*;
- Entrevistas com membros da executiva da CUT: *José Maria de Almeida*, candidato à presidência da República e membro da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores; *Luiz Marinho*, presidente da central sindical escolhido na votação do 8º CONCUR; e *Dirceu Travesso*, membro da executiva da CUT-SP. Buscou-se realizar uma entrevista com *João Felício*, ex-presidente da central no período em que a plenária nacional decidiu apoiar a candidatura Lula, mas a iniciativa foi impossibilitada em função de compromissos pessoais do entrevistado. Há que considerar o fato de que Luiz Marinho enviou por escrito as suas respostas, ao passo que Zé Maria e Dirceu Travesso forneceram-nas em gravação, o que modifica a estrutura da linguagem utilizada nos dois casos.
- Dados de observação do 8º CONCUR, realizado entre 3 e 7 de junho de 2003.

CAPÍTULO 1

O PT e a CUT: a concepção política no processo de formação

1.1. A relação entre partido político e sindicato: aspectos conceituais

O papel dos partidos políticos e a sua inserção no movimento sindical se fundamentam em dois objetivos: um de transformação, e outro de atuação como mecanismo de manutenção e reprodução das relações sociais.

Segundo Marx e Engels o Partido é a expressão de como se manifestam as classes sociais¹². Dependendo do momento histórico e de como as contradições se mostram, a relação entre os partidos e as classes representadas refletirá o grau de desenvolvimento capitalista, bem como o nível de contradições nele inseridas. Ademais, essa relação demonstra o grau de consciência desta representatividade, ou seja, qual classe se vê representada e qual o seu envolvimento nas relações políticas. Reportando a Rosa Luxemburgo (1981), que travou uma importante discussão com Lênin ao definir a diferenciação entre Partido de massa e Partido de vanguarda:

Não considerava, porém, que toda e qualquer luta partidária devesse necessariamente refletir interesses econômicos conflitantes ... a classe oprimida, por sua vez, luta inicialmente por uma parte e depois pela totalidade desse poder, a fim de estar em condições de alterar as leis existentes...¹³

¹² FOOT, 1978. *A Questão do Partido*.

¹³ Luxemburgo in. *Dicionário do Pensamento Marxista*, 1988, p.282.

É importante acrescentar que quando Marx faz uma crítica ao materialismo vulgar¹⁴ “o homem é um produto da sociedade”, não descarta a possibilidade de ser ele um sujeito ativo no processo de transformação. Entretanto, o homem atua conforme o meio material, ou seja, a sua consciência é moldada de acordo com a realidade concreta, apesar de ser ativo no processo de transformação social, a sua consciência também é um reflexo da sua própria realidade: “O proletariado não nasce, portanto, com uma consciência de classe verdadeira, captadora da realidade e superadora da imediatidade, mas com uma consciência do seu momento, permeada pela ideologia burguesa”.¹⁵

Assim, a sua luta política e a sua luta cotidiana estão inseridas em uma realidade concreta: a realidade política burguesa, na qual existe um parlamento e a máxima possibilidade de transformação permitida surge na instância parlamentar. Antunes (1990) faz uma importante análise dessa concepção:

A consciência proletária é, portanto, uma longa distância que vai da falsa consciência, presa à ideologia dominante e limitada pela imediatidade, até o máximo de consciência possível que corresponderia à percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária, o que somente é possível quando a classe operária apodera-se da teoria revolucionária, fornecida pelo marxismo, e transforma-se na única classe capaz de destruir o capitalismo e iniciar a transição para a sociedade sem classe. É preciso lembrar a impossibilidade de tal distância ser pensada de forma linear e evolutiva, ela deve ser concebida como um processo com fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os momentos da falsa consciência, ora se está próximo da consciência verdadeira. (Antunes, 1990, p.22)

O movimento sindical atua para transformar essa consciência imediata, no bojo da luta economicista, inserindo cada trabalhador na luta característica do sistema capitalista, até a consciência política e a percepção de seu papel na transformação social. Portanto, mediante a organização, a luta econômica é mais um elemento de avanço da consciência de classe.

Gramsci, analisado por Carlos Nelson Coutinho (1989), tomou como referência Maquiavel e a personificação do Príncipe como agente transformador. Neste caso, a mudança ocorreria através do “príncipe moderno”

¹⁴ Ver *Ideologia Alemã*.

¹⁵ ANTUNES, 1990, pág.21.

aqui representado pelo partido político, ampliando o papel do partido político entendido como organizador da vontade coletiva e que vai além do corporativismo sindical.

Nesse sentido, podemos caracterizar a relação entre partido e sindicato, o partido tendo por objetivo organizar politicamente a classe, a fim de traçar uma estratégia de luta por um objetivo específico; o sindicato, por sua vez, apresenta objetivos mais imediatistas. Relacionados à luta diária dos trabalhadores. Apesar de sua intenção economicista, entretanto, alguns sindicatos não se limitam e ganham o campo político. Mas, pela sua composição mais heterogênea, uma vez que nem todos os trabalhadores vêm da militância partidária, os sindicatos têm, por objetivo específico, organizar a classe na sua luta diária. Assim, torna-se necessária a influência do Partido para que se dê um sentido político à luta sindical, embora seja possível, como resultado, a subordinação do sindicato ao partido, secundarizando a luta e priorizando o projeto partidário. Veja-se, por exemplo, o depoimento que José Maria de Almeida, ex-candidato à presidência da República pelo PSTU nas eleições de 2002, fez à autora:

Um sindicato é uma organização de frente única, que agrega o conjunto dos trabalhadores, independentemente das suas opiniões políticas, para defender aquilo que são os interesses e os direitos básicos dos trabalhadores. Por isso, você tem no sindicato gente que é do PSTU, tem gente que é do PMDB, tem gente que é do PT, tem gente que é do PSDB. Por quê? O sindicato representa a defesa do emprego, a defesa de melhor salário, e isso é interesse tanto do trabalhador do PT, como do trabalhador que é do PSDB ou do trabalhador que é do PSTU, todos eles querem emprego e melhores salários, é pra isso que serve o sindicato. As centrais sindicais não podem se subordinar a este ou aquele partido, têm que representar o conjunto da classe trabalhadora...¹⁶

O questionamento da existência dessa aproximação leva a considerarmos o sindicalismo como a forma que a classe trabalhadora encontrou para ver resguardados os seus direitos dentro do sistema capitalista. É uma aproximação que, em determinados momentos, apresenta-se muito

¹⁶ Zé Maria, em depoimento à autora em junho de 2004.

tênue, mas ela singulariza o entendimento de que o sindicato é um organismo de frente única, ou seja, tem como propósito a unidade dos trabalhadores, independentemente da sua posição política, partidária ou ideológica, para uma luta em comum e que atinge o conjunto da classe.

Eu defendo a idéia de que o sindicato deve influir na política mas deve ser suficientemente forte para não permitir a ingerência política dentro dele. Não acredito que o sindicato deva atuar como partido político. Ele deve agir é como indicador para a classe trabalhadora. Acredito e sinto a possibilidade de os trabalhadores participarem dos partidos políticos. Talvez não nos existentes atualmente, mas em outros cujos programas se afinem com as aspirações dos trabalhadores. Nós poderíamos ter representantes no Legislativo e mudar certas leis que até hoje não foram alteradas porque há raríssimos representantes dos trabalhadores nos órgãos legislativos. Não acredito que se deva atrelar o sindicato a algum partido. Mas acho que, inevitavelmente, um dos partidos apresentará melhor programa para os trabalhadores.¹⁷

Historicamente, no processo de desenvolvimento do capitalismo em sua fase inicial ocorre uma aproximação cooperativa, os indivíduos se organizando em um mesmo local de trabalho. Logo depois, surge um cenário que engloba os aspectos político e econômico, que cria um vínculo maior entre os trabalhadores. É o que ocorre, por exemplo, em um período inflacionário, de reivindicação pelo aumento de salários, como também em situações que exijam maior participação política, como nos períodos ditatoriais. Nessas fases, os trabalhadores vão reivindicar a participação em eleições, o direito de organização sindical e partidária, de direito à greve, enfim, a possibilidade de atuar na política.

1.2. O sindicalismo no Brasil

¹⁷ Lula, em entrevista concedida a Luiz Gonzalez. *Visão*, 3.abr.1978.

No contexto de formação do operariado brasileiro houve forte influência de trabalhadores europeus com uma larga tradição anarquista. Mesmo que a formação desse trabalhador, se comparada ao que se observou entre os europeus, tenha se dado tardiamente em função de uma industrialização também tardia, a luta dos nossos operários na década de 1920 propugnava pela ação direta, sem a interferência partidária e estatal, com o sentido imediatista de modificar as relações cotidianas no trabalho.

E como entender a formação da classe operária dentro desse contexto? Evidentemente, o processo de formação da classe operária no Brasil, na particularidade objetivada pela via colonial, teve forma diversa daquela vivenciada pela classe operária dos países clássicos, onde o trabalhador artesanal, e logo após o manufactureiro, antecedeu o trabalho da grande indústria, quando então, após este período de transição, configurou-se o proletariado industrial. Na verdade, a formação do proletariado naqueles países seguiu as mesmas etapas do processo de constituição do capitalismo. Antes de constituir-se como proletariado, o que só foi possível com o advento da maquinaria, o trabalhador conheceu a fase da cooperação simples; e logo a seguir a manufactureira. Bastante diverso é o processo de formação da classe operária no Brasil, cuja constituição deu-se preponderantemente dentro de um contexto onde predominava a grande indústria.¹⁸

Nota-se que as mobilizações dos trabalhadores urbanos no início da Primeira República tinham um caráter essencialmente econômico pela exigência de condições mínimas de trabalho, sem, no entanto, perder o caráter político de transformação social. Mas essa estrutura de sindicato independente sofrerá um duro revés a partir de 1930.

¹⁸ ANTUNES, 1990, p.57.

A fim de dirimir a ação política dos setores mais combativos dos trabalhadores, o Estado atrela a organização sindical buscando seu controle. Portanto, dentro do curso do desenvolvimento urbano e econômico as relações trabalhistas passaram, cada vez mais, da esfera privada para a do poder público.

A legislação da época torna muito claro que a intenção seria colocar sob a influência do Estado os sindicatos de patrões e operários. Assim, minimizavam-se os conflitos entre as classes ao sintetizar-se que o dever do sindicato era, em colaboração com o poder público, diminuir o embate entre patrões e empregados.¹⁹ Além de não permitir a propaganda de ideologias contrárias ao Estado em um momento de forte influência de anarquistas e comunistas no movimento sindical, a legislação trabalhista restringiu a atuação sindical ao campo do trabalho, afastando-a do cenário político.

Quanto às funções, decorrem da concepção de que os sindicatos têm por fim, não o incentivo da luta mas a promoção da harmonia entre as classes, necessária ao equilíbrio e desenvolvimento da sociedade. Para o exercício dessa função primordial, devem portanto, ser incorporados ao Estado. O decreto-lei de 1931 considerava os sindicatos legalmente instituídos tanto de empregadores quanto de empregados como “órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução pelo governo federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionarem com seus interesses de classe”, conferindo-lhes atribuições delegadas do poder público... (Simão, 1966, p.196)

Esse vínculo estatal era tão próximo que cabia ao Ministério do Trabalho não somente regulamentar os sindicatos, federações e confederações, mas permitir a representação de delegados do Ministério nas assembléias gerais, retirando-se qualquer possibilidade de autonomia nas discussões e nas lutas classistas. As representações sindicais se constituíram conforme a atividade econômica, e a união sindical se daria através das federações e confederações específicas, por setor de atividade.²⁰

A formação de uma intersindical como o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, em 1962, deu-se à revelia da lei, em razão da estrutura verticalizada e organizada por atividade econômica, que não permitia uma central que unificasse os trabalhadores. Nesse sentido, o CGT constituiu um avanço na luta dos trabalhadores por ser uma alternativa à estrutura estabelecida pela legislação, mas, ao mesmo tempo, enquadra-se na organização sindical brasileira com uma proposta, surgida durante o período de sua criação, de diretoria que congregasse membros das federações e confederações, desvinculadas de um amplo trabalho na base e se estabelecendo como uma organização de cúpulas:

o CGT adota posições reivindicatórias cada vez mais enfáticas e firmes. No entanto as grandes mobilizações são feitas muito mais por ação das direções sindicais do que através de uma prática de convocação de assembléias e atuação de conselhos de fábricas ou de empresas. Nesse sentido está claro que o CGT é uma entidade que conta na sua prática preferencialmente com uma liderança politizada de grande penetração junto à massa, do que com lideranças intermediárias de organizações de base capazes de sustentarem o movimento sindical na ausência de seus principais líderes. É exatamente

¹⁹ Decreto-Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931.

²⁰ Decreto-Lei nº 2.353, de 29 de junho de 1940.

a falta desta base que contribui para o esfacelamento dos sindicatos logo após o golpe de abril, quando seus principais dirigentes são presos. (Delgado, 1986, p.70)

Quando da fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, em São Bernardo do Campo, no dia 28 de agosto de 1983, verifica-se a discussão dos trabalhadores unidos para uma luta em comum, que era a luta contra o capital, e não mais divididos através desse mecanismo de representação por setor. Tinha-se a concepção de que cabia à própria base a decisão sobre a organização do seu sindicato, um princípio importante na luta pela independência da organização de classe.

A CUT foi organizada sob a ótica da autonomia sindical e da independência frente ao Estado e a qualquer Partido Político, procurando negar o modelo sindical estruturado pelo legado varguista. Dirceu Travesso, membro da executiva da CUT-SP, em entrevista à autora fez este relato a respeito do projeto político que levou à construção da Central Única dos Trabalhadores:

Nós passamos, historicamente, décadas tentando combater o modelo getulista e conquistar uma central sindical que unificasse a classe, como uma concepção global de classe trabalhadora, que não parasse na reivindicação imediata da defesa dos salários e da jornada, mas avançasse mais que isso: que servisse como uma classe de conjunto ou que tivesse interesse político em disputa pelo poder, projeto próprio socialista de transformação social, revolução em última instância. Que uma central sindical, ela não tem isto em si, isto é um objeto do partido, mas a fragmentação em sindicatos encurrala mais para baixo...²¹

1.3. PT e CUT: a concepção política no processo de formação

²¹ Dirceu Travesso, em entrevista à autora em junho de 2004.

1.3.1. A crise do Regime Militar e o ascenso político dos trabalhadores

A intenção neste tópico não é simplesmente fazer um histórico da formação do PT e da CUT, mas analisar a relação entre partido e sindicato na construção de um projeto de luta da classe trabalhadora.

O objetivo, ao traçar um paralelo entre dois momentos históricos, distintos na realidade dessas organizações, é entender em que medida o projeto inicial foi se transformando, tornando-se ambivalente e heterogêneo.

Para tanto, é necessário situar política e historicamente o momento da formação dessas organizações, que estiveram inseridas em uma fase de ascenso da luta dos trabalhadores no Brasil, tendo como pano de fundo a ditadura militar.

O Regime Militar criou, através de inúmeros decretos, o que ficou conhecido como Plano Nacional de Desenvolvimento e que consistia na ampliação de produção de bens de capitais. Entretanto, já em 1974 a alta do preço do petróleo²² ocasionou a desestruturação do “milagre econômico”, como salienta Kucinski (1982). Afinal, o “milagre” foi construído com base no petróleo barato, que significava um ambiente vantajoso também para os transportes e para o consumo de energia, tendo sido a indústria automobilística o motor dessa fase de expansão industrial: “O petróleo deve se tornar relativamente caro e não relativamente barato. Decreta-se o fim da massificação do automóvel e no bojo dessa revolução naufraga o ‘milagre’ brasileiro que tinha nessa indústria o seu carro-chefe” (Kucinski, 1982, p.23).

A crise que se sucedeu seria ocasionada não somente pela repressão política, mas também pela perda do poder aquisitivo da população e pela perda de legitimidade do regime. Tem-se maior rotatividade de mão-de-obra, garantida pela necessidade de contração, atrelada ao arrocho salarial. Isso significa, para o trabalhador, diminuição do salário e perda do poder de compra.²³

²² “Somente para pagar o petróleo, o Brasil passou a gastar, em 1974, primeiro ano completo posterior à crise, 2,8 bilhões de dólares, sete vezes o que havia gasto em 1972, último ano completo anterior à crise. A esses gastos somavam-se outros, frutos da dependência econômica convencional, para pagamentos de lucros do capital estrangeiro, juros da dívida externa, fretes e seguros, num total de 2 bilhões de dólares. O déficit da conta corrente do Brasil, que mede efetivamente o nível de desequilíbrio de suas contas externas e quanto o país precisará tomar emprestado para continuar participando do comércio mundial, saltou de 1,5 bilhão de dólares, em 1972, para 6,7 bilhões em 1974. Cinco anos depois, apesar do intenso esforço pelo qual o valor das exportações brasileiras dobrou, chegando a 15 bilhões de dólares, o déficit em conta corrente já era de 10 bilhões de dólares por ano.” KUCINSKI, 1982, p.26.

²³ “Em 1974, o assalariado que recebia o salário mínimo oficial precisava trabalhar 157 horas para adquirir a ração essencial mínima para uma única pessoa, por mês. Dez anos antes, às vésperas do golpe militar, era preciso apenas cem horas de trabalho para a compra dessa mesma cesta de alimentos. Para esses trabalhadores, o “milagre” não passava de uma trapaça de trágicas conseqüências. O valor real do salário mínimo havia caído em 50 por cento, se medido pelo seu poder de compra de alimentos, e em 25

Ao mesmo tempo em que aumentava a rotatividade de trabalhadores, tinha-se, em contrapartida, a superexploração. Antunes (1992), em seu livro *A rebeldia do trabalho*, analisa a conjuntura econômica pela perspectiva da formação da massa proletária responsável pelo movimento grevista no ABC paulista.

O autor faz a seguinte constatação:

Após a Crise de 64, com a derrocada de Goulart e das forças nacional-reformistas, erigiu-se um Estado de feição ditatorial-bonapartista que reorganizou, intensificou e alargou o padrão de acumulação cujo setor mais dinâmico continuou sendo o Departamento produtor de bens de consumo duráveis. Um conjunto de medidas constituíram-se nos pilares desse processo: o regime de estabilidade foi substituído pelo FGTS, que possibilitou uma taxa de *turn-over* intensa dentro das fábricas, com o conseqüente rebaixamento dos níveis salariais da força de trabalho. A Lei nº 4330, que regulamentou o direito de greve ... As demais medidas tais como a contenção de créditos – responsável pela intensificação do processo de monopolização do capital –, corte nos gastos públicos, facilidades para o ingresso de capitais estrangeiros, aumento da carga tributária etc., também injetaram novo dinamismo no padrão de acumulação, propiciando uma expansão que se efetivou intensamente no período do “milagre econômico” entre 1968-1973. A feição básica do novo “modelo econômico” implantado pode ser assim configurada: uma estrutura produtiva bifronte onde, de um lado, tem-se a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.) para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes proprietárias e parcela significativa das camadas médias. Noutro pólo, tem-se a produção para a exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos manufaturados de consumo. O rebaixamento crescente do valor da força de trabalho possibilita, internamente, níveis de acumulação que interessam aos setores monopolistas nacionais e internacionais, além de permitir, externamente, a venda de produtos industrializados a preços competitivos...²⁴

As mobilizações operárias em fins da década de 1970 refletiam a insatisfação da população contra o modelo de Estado autoritário implantado pela Ditadura Militar. As greves no ABC colocaram em evidência as mobilizações da classe trabalhadora e a discussão do seu próprio partido.

Embora a disposição de participar de greves demonstrada por um número significativo de trabalhadores não provasse necessariamente a sua propensão de filiar-se a um partido como o PT, os números indicam que a base de massa potencial de um partido desse tipo era bem diferente no final dos anos 70 daquela encontrada na situação anterior a 1964. Em 1960 e 1980, o emprego no setor secundário (incluindo manufatura, construção civil e outras atividades industriais) subiu de 2.940.242 para 10.674.977.

(Keck, 1991, p.95)

por cento, se medido pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas.” KUCINSKI, 1982, p.39-40.

²⁴ ANTUNES, 1992, p.106-7.

Quando a ditadura militar vai perdendo legitimidade aumentam os conflitos sociais com greves generalizadas, principalmente na região industrial do ABC paulista.

O ascenso do movimento, articulado por uma necessidade de ação das massas, ainda que espontâneo como um reflexo do momento e estimulado pelo caráter econômico, ganha uma dimensão política. Não se trata aqui de fazer uma sobrevalorização da “espontaneidade” na ação, mas de verificar que é possível organizar a massa principalmente em um partido ou em um sindicato.

Rosa Luxemburgo em *Greves de massas, partido e sindicatos* (1974) expôs de maneira sintética, ao analisar o processo revolucionário de 1905 na Rússia, o elemento de explicação para a ação dos sindicatos e da direção política do Partido Social Democrata. A autora observou o momento de acirramento das contradições entre as classes, quando estas, independentemente da decisão de uma cúpula partidária, decidem irromper em um movimento espontâneo. Fica claro que Rosa Luxemburgo não descartou a necessidade de uma direção consciente, que desse sentido político à luta cotidiana da classe trabalhadora, e sua perspectiva é, portanto, bem diferente da anarquista, que visualizava na greve geral o meio para a ação direta das massas, o que desencadearia a revolução social. Nesse sentido, torna-se relevante a posição adotada, pela direção do movimento, em uma determinada situação social concreta de instabilidade política, como no Brasil durante o período de crise do regime militar, quando uma greve de motivação econômica passa a ter um sentido político de contestação do próprio regime.

Portanto, com o acirramento do movimento grevista no ABC paulista, com o significativo aumento de votos recebidos pela oposição (MDB) a partir do pleito eleitoral de 1974, os setores da cúpula militar perceberam a necessidade de redemocratizar o país. Projetou-se uma redemocratização marcada pela tática de se evitar que esse processo fosse encabeçado pela sociedade civil. Quando o general Golbery propôs uma abertura “lenta, gradual e segura”, nada mais teria a fazer que tentar articular a permanência, no jogo político, dos mesmos atores que protagonizaram o golpe e a ditadura militar.

O avanço do MDB nas eleições legislativas de 1974 e no pleito municipal de 1976 convenceu o regime militar de que o quadro eleitoral existente teria de ser modificado, se quisesse manter sob controle o processo de liberalização. (Keck, 1991, p.56)

De fato, foi notória a preocupação de extinção do bipartidarismo criado no Ato Complementar que organizou o MDB e a ARENA, por transformar o processo eleitoral em um verdadeiro plebiscito contra o regime militar. Na Tabela 3 vê-se o exemplo citado, da eleição de 15 de novembro de 1974, e logo depois a comparação com o resultado eleitoral de 1970.

Tabela 3
Eleições de 15 de novembro de 1974 /
Senado Federal
Votação Total por Partido

	Nominal	%	nº de Cadeiras
	14.486.252	50,08	16
Branco	10.067.796	34,80	6
Nulos	2.665.818		
	1.705.926		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, v.11.

Tabela 4
Eleições de 1974 / Câmara dos Deputados

Votação Total por Partido

	Nominal	%	nº de Cadeiras
	10.954.359	37,79	160
Branços	11.866.599	40,94	204
Nulos	4.112.973		
	2.047.084		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, v.11.

Tabela 5

Eleições de 1974

População	94.508.554
Eleitores	35.810.715
Votantes	28.981.015

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Ao compararmos as eleições para a Câmara dos Deputados, de 1970 e 1974, percebe-se um relativo aumento dos votos obtidos pelo MDB, conferindo a preocupação, por parte dos militares, de que a eleição, em um sistema bipartidário, se converteria em um plebiscito contra o Regime Militar. A diferença de votos, nas eleições citadas, pode ser observada na Tabela abaixo:

Tabela 6
Diferença percentual entre as eleições de
1970/1974

Votação Total por Partido					
	1970	%	1974	%	Diferença
	4.777.927	21,29	10.954.359	37,79	6.176.432
Eleitores	10.863.814	48,44	11.866.599	40,94	998.786
Votantes	28.966.114		35.810.715		
	22.435.521		28.981.015		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, v.11.

Apesar do avanço eleitoral do MDB, entendido como uma clara demonstração da insatisfação popular diante do regime, a redemocratização se operava com um caráter restritivo e num período relativamente longo. Geisel iniciou o processo de abertura em 1974, e somente em 82 tivemos eleições diretas para governos estaduais, e em 89 para presidente da República.

Na transição que começou em meados da década de 70, os setores mais combativos e melhor organizados da classe operária estavam resolutamente do lado da oposição ao regime militar, e os novos líderes operários reivindicavam que os sindicatos se tornassem mais autônomos com relação ao Estado. (Keck, 1991, p.46)

1.3.2. A formação do Partido dos Trabalhadores

Com o processo de democratização fez-se presente a discussão sobre a construção de um partido dos trabalhadores, no qual estivessem aglutinados vários setores combativos da esquerda brasileira, ativistas oriundos do movimento estudantil, da Igreja Católica e, sobretudo, sindicalistas articulados pelo chamado “novo” sindicalismo. Lula expôs a motivação que levou à organização do partido:

Resumindo, eu diria que a década de 70, embora com apenas três anos de prática de sindicalismo, foi muito positiva por três coisas básicas:

1. Os trabalhadores se redescobriram como único setor da sociedade capaz de propor uma transformação na sociedade.
2. Com esse redescobrimto, quebramos de uma vez por todas com a lei antigreve e com uma lei de arrocho salarial.
3. Com tudo isso, descobrimos coisa ainda maior. Que não bastava passar por cima da legislação de exceção e fazer greve. Que não bastava quebrar a lei do arrocho, porque só isso não iria solucionar o problema dos trabalhadores.

Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores, PT.²⁵

Esse contexto de organização partidária não surgiu facilmente, existia ainda a concepção de que a radicalização do movimento de massa poderia colocar em risco o processo de redemocratização. Essa tese se torna falsa, na medida em que o enfrentamento desnudaria a organização política e econômica vigente. O que se observou foi uma readaptação ao poder das forças políticas presentes durante o Estado bonapartista.²⁶

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se propunha a formação de um partido construído a partir da base, tinha-se também uma discussão marcada pela polêmica sobre a real necessidade de se construir um partido dos

²⁵ Lula, em entrevista concedida a Alzira Rodrigues para o *ABCD Jornal*, dez.1979.

²⁶ “Para Marx e Engels, o bonapartismo é produto de uma situação em que a classe dominante da sociedade capitalista já não é capaz de manter seu domínio por meios constitucionais e parlamentares, mas na qual a classe operária também não é capaz de afirmar sua própria hegemonia.” In *Dicionário do Pensamento Marxista*, 1988, p.35.

trabalhadores. Membros provenientes do PC do B e do PCB, por exemplo, defendiam a tese de que naquele momento seria melhor aglutinar toda a militância de esquerda na articulação do MDB. Argumentavam que aqueles que propunham a formação do PT na verdade estavam fazendo o jogo dos militares, que consistia em dividir a esquerda.²⁷

Hércules Corrêa (1980), membro do PCB e ex-dirigente do CGT, em seu livro *Classe operária e seu partido: textos políticos do exílio* expõe claramente essa questão sobre a aglutinação em torno do MDB, tentando demonstrar a concepção sobre essa suposta unidade:

A questão da sobrevivência e da unidade do MDB assume, na presente situação, especial relevância. Somos favoráveis à livre organização de todas as correntes políticas nacionais em partidos. Consideramos que essa é uma das liberdades necessárias à existência de um regime democrático no país. Mas ninguém ignora que, nas condições atuais, a legislação específica impede na prática a livre organização de qualquer novo partido político, e que a ditadura agita a questão visando dividir e enfraquecer o único canal político parlamentar legal de que dispõem o povo e as forças de oposição. Consideramos por isso que se deve fortalecer a unidade do MDB e não permitir que o regime possa dividir as forças oposicionistas. Nas eleições de 1978, o MDB recebeu um mandato popular cuja importância não pode ser subestimada. Abandoná-lo antes da conquista de efetiva liberdade de organização partidária significa abrir mão de uma tribuna e de uma trincheira da luta comum contra o regime. Compreendemos a atitude das lideranças sindicais que se manifestam pela criação de um partido de trabalhadores. Trata-se de um sintoma do nível político já alcançado pelo movimento sindical, de uma manifestação da justa compreensão já existente de que a luta apenas econômica não basta para resolver os problemas dos trabalhadores. Entretanto, queremos fazer ainda uma ressalva, sobre a qual é nosso dever não silenciar: a criação do projetado Partido dos Trabalhadores não deve envolver os sindicatos como tais; eles devem permanecer organizações classistas unitárias de todos os trabalhadores e, por isso mesmo, apartidárias. (Corrêa, 1980, p.243)

Entretanto, mesmo com essa argumentação, não se pode deixar de mencionar o grau de legalidade junto ao sistema que o MDB representava por ter sido essa uma legenda criada pelo governo militar, assim como a Arena.

²⁷ “Dentro desta definição da situação, a própria existência do Partido dos Trabalhadores era ilegítima – o PT era o que vinha ‘estragnar a festa’ e, dividindo a oposição, fazia o jogo do regime militar.” KECK, 1991, p.47.

Além disso, o Partido possuía uma composição ideológica bastante heterogênea.

Os trabalhadores não dispõem de um partido político. O país conta com dois movimentos: um pró-governo, a Arena, e um contra, o MDB, que na verdade também é pró-governo. Nenhum dos dois representa os trabalhadores – eles são obrigados a votar neles porque não têm opção. O partido dos trabalhadores será construído por eles – não só por operários, mas por todos os setores assalariados – a médio prazo.²⁸

Portanto, com o retorno do pluripartidarismo viabilizado pela Reforma Partidária de 1979 tem-se a organização de seis legendas partidárias, que foram: o PDS, tendo como origem a Arena, que pelo estreito vínculo com o regime militar se reconfigurou nesse processo de transição; o PP, que teve curta duração, mas que aglutinou setores de centro-direita; o PMDB, formalizado a partir da popularização que teve o MDB em consequência do processo de democratização e por ter representado, ainda que simbolicamente, o *não* ao regime militar; o PTB, reorganizado em função da tradição trabalhista e do que a legenda representou na fase anterior ao golpe militar de 1964; porém, tendo em vista uma disputa em torno da legenda, promovida por uma sobrinha-neta de Getúlio Vargas, tem-se a rearticulação em torno da liderança de Leonel Brizola, no PDT; e o PT, organizado, principalmente, por setores do chamado novo sindicalismo.²⁹

Porém, ao mesmo tempo em que a nova legislação possibilitava a organização de partidos políticos e o consequente retorno ao pluripartidarismo, também criava dificuldades na eleição de representantes para as duas câmaras, especialmente para as pequenas agremiações, em função da proibição nas coligações, como está especificado no Art. 19, da lei 6767/79.³⁰ Através desse dispositivo e com a esquerda dividida em algumas legendas, criava-se, através da lei, um obstáculo para a sua chegada ao Legislativo.

Para melhor entendimento sobre as prerrogativas da legislação, ao fazer-se uma comparação entre a Lei 6767/79 e a Lei 9096/95, que versa sobre a organização dos partidos políticos,

²⁸ Lula, em entrevista ao *Jornal da Semana*, de São Bernardo do Campo e Diadema, 29.abr.1979.

²⁹ Criou-se um dispositivo de segurança, baseado na proibição de existência de partidos políticos vinculados a governo ou a entidades estrangeiras, o qual dificultava a reorganização do Partido Comunista.

³⁰ Lei nº 6767, de 20 de dezembro de 1979, Art. 19. “É proibido aos partidos políticos: IV – fazer coligações com outros partidos para as eleições à Câmara dos Deputados, às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.”

percebe-se que a Lei Orgânica de 1995 dificulta um pouco mais a organização partidária

A Lei 6767/79 no seu Art. 5º estabelece que um partido deverá ter, na sua fundação, um número nunca inferior a 101 membros para eleger uma comissão diretora nacional, e o apoio ao estatuto será feito mediante a assinatura dos membros das comissões regionais.³¹ Na Lei 9096/95, entretanto, além dessa quantidade mínima para o requerimento de registro do estatuto do partido é necessário o apoio mínimo de meio por cento dos eleitores, provado por meio de assinaturas.³²

1.3.3. A eleição de 1982

³¹ Lei nº 6767/79, Art. 5º: “Na fundação de um partido serão obrigatoriamente observadas as seguintes normas: I – Os fundadores do partido, em número nunca inferior a 101 (cento e um), elegerão uma comissão diretora nacional provisória de 7 (sete) a 11 (onze) membros; II – a Comissão Diretora Nacional Provisória fará publicar, na imprensa oficial, o manifesto de lançamento, acompanhado de estatuto e programa, e se encarregará das providências preliminares junto ao Tribunal Superior Eleitoral”; Art. 7º: “Os membros das comissões regionais e municipais provisórias assinarão declaração individual ou coletiva de apoio ao estatuto e programa do partido, juntada obrigatoriamente a ata a ser enviada à Justiça Eleitoral”; Art. 12: “O partido que, no prazo de 12 meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, prevista no art. 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos 9 Estados e 1/5 dos respectivos Municípios, deixando de eleger, em convenção, o diretório nacional, terá sem efeito os atos preliminares praticados, independente de decisão judicial”; Art. 14: “Funcionará imediatamente o partido político que, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, tenha: I – como fundadores signatários de seus atos constitutivos pelo menos 10% de representantes do Congresso Nacional, participando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal; ou II – apoio expresso em voto de, no mínimo, 5% do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, pelo menos por 9 Estados, com o mínimo de 3% em cada um deles”.

³² Lei nº 9096/95, Art. 7º: “O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma de lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral. §1º: “Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos deputados, não computados os votos brancos e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles”; Art 8º: “O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados, e será acompanhado de: §3º – Adquirida a personalidade jurídica na forma deste artigo, o partido promove a obtenção do apoio mínimo de leitores a que se refere o §1º do art. 7º e realiza os atos necessários para a constituição definitiva de seus órgãos e designação dos dirigentes, na forma do seu estatuto”; Art. 9º: “Feita a constituição e designação, referidas no §3º do artigo anterior, os dirigentes nacionais promoverão o registro do estatuto do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral, através de requerimento acompanhado de: III – certidões dos cartórios eleitorais que comprovem ter o partido obtido o apoio mínimo de eleitores a que se refere o §1º do art. 7º. §1º A prova do apoio mínimo de eleitores é feita por meio de suas assinaturas, com menção ao número do respectivo título eleitoral, em listas organizadas para cada Zona, sendo a veracidade das respectivas assinaturas e o número dos títulos atestados pelo Escrivão Eleitoral”.

Apesar da nova legislação, o quadro eleitoral permaneceu praticamente o mesmo do período anterior, com a direita concentrada em poucas legendas, o que possibilitou a sua permanência no poder. A grande quantidade de votos depositados no PMDB, por sua vez, caracterizou a herança de oposição legal do MDB, durante o regime anterior, como um importante elemento de voto. As Tabelas 7 e 8 mostram, respectivamente, a distribuição de votos nas eleições de 1982, para governador, e o número de prefeitos eleitos, organizado por partido:

Tabela 7
Eleições de 1982 / Governador

Votação Total por Partido (%)³³

Regiões	PMDB	PDS	PDT	PTB	PT	Total
Norte	51,5	46,0	–	1,0	1,5	100,0
Nordeste	37,2	62,0	0,1	0,1	0,6	100,0
Sudeste	43,5	32,3	8,4	9,2	6,6	100,0
Sul	47,8	41,0	9,9	0,4	0,9	100,0
Centro-Oeste	60,2	38,9	0,3	-	0,7	100,0
Brasil	44,0	41,5	6,1	4,7	3,7	100,0

Dados eleitorais do Brasil (1982-2000), de Jairo Nicolau (IUPERJ).

Tabela 8
Número de Prefeitos Eleitos por Partido,
1982

Partido	Número	%
PMDB	1.377	34,9
PDS	2.533	64,3
PDT	22	0,6
PTB	7	0,2
PT	2	0,1
Total	3.941	100,0

Dados eleitorais do Brasil (1982-2000), de Jairo Nicolau (IUPERJ).

³³ Dados completos da tabela: ver Anexo.

Quanto ao PT, na sua primeira experiência eleitoral obteve uma baixa quantidade de votos, apesar do apoio da população para o movimento grevista dirigido pelo novo sindicalismo, setor relevante no partido.³⁴ Criou-se uma grande expectativa no partido, pois, constituindo algo novo na cena brasileira, com a prerrogativa de representar a massa dos trabalhadores sob o lema “Terra, Trabalho e Liberdade”, o PT esperava conseguir um grande número de votos, o que afinal não ocorreu. Elegeram-se apenas oito deputados, 117 vereadores e dois prefeitos,³⁵ como se vê na Tabela 8. No entanto, acumulou forças para eleições futuras, projetou seu programa, lançou figuras públicas e se configurou como alternativa de esquerda no espectro partidário.

Mesmo com a derrota eleitoral as eleições municipais de 1982 tiveram um caráter classista para o PT. Com os *slogans* “Trabalhador vota em trabalhador”, ou “Vote no 3, o resto é burguês”, o partido queria demonstrar que o processo eleitoral deveria ser utilizado como mais uma arma de denúncia; nesse sentido, a eleição tinha uma importância secundária,³⁶ era entendida como mais um elemento de mobilização:

Trabalhador vota em trabalhador!

As eleições de 1982 são muito diferentes de todas as eleições que já ocorreram em nosso país. São diferentes antes de tudo porque, pela primeira vez, os trabalhadores da cidade e do campo participam delas com candidatos próprios organizados em seu próprio partido: o Partido dos Trabalhadores. Isto é, nas eleições de novembro próximo, os trabalhadores finalmente poderão votar em trabalhadores, e não em patrões ou indivíduos isolados, para representá-los nos governos estaduais, prefeituras, câmaras de vereadores, deputados estaduais e federais e senado. As eleições de novembro são também importantes para os patrões. Não é à toa que eles estão concorrendo

³⁴ “A análise da composição dos órgãos internos de direção do PT paulista até 1982 indica que o grupo sindicalista manteve-se majoritário no partido desde sua formação”. MENEGUELLO, 1998, p.69.

³⁵ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, Documento “Terra, Trabalho e Liberdade”.

³⁶ “Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do país. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar sempre mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.” Discurso de Lula na Primeira Convenção Nacional, em 27 de setembro de 1981. In: OTAVIANO, 1989, p.65-71.

por diversos partidos e fazendo campanhas milionárias. Também não é à toa que estabeleceram as regras eleitorais de tal forma que os trabalhadores já entram no ringue com uma das mãos amarradas. O Partido dos Trabalhadores não se ilude com a democracia dessas eleições, como também não se ilude com a "abertura política" do general Figueiredo. Por isso, a campanha eleitoral do PT é uma Campanha de Luta, quer dizer, uma campanha que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores, que não começaram e nem terminarão com o 15 de novembro. Nosso lema nacional é: Terra, Trabalho e Liberdade. Assumindo as principais reivindicações dos trabalhadores, lutamos para acabar com a fome e o desemprego, por melhores salários e terra para plantar e para morar, para que nossos direitos sejam respeitados no campo e na cidade, para sair debaixo da opressão dos patrões e dos generais...³⁷

Portanto, não somente a origem do PT se revelava como "algo novo" na estrutura dos partidos políticos brasileiros,³⁸ mas a posição de confronto era evidente. O PT nasce no bojo do "novo sindicalismo" e das greves que marcaram o momento de agonia do regime militar, e nesse sentido a organização da CUT também aparece no mesmo contexto. Existe uma estreita relação entre o surgimento do PT e da organização da CUT, pois ambos se originaram do processo de lutas desencadeadas em fins da década de 1970.

Maio de 78 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década. Finda a euforia do "milagre", o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da resistência contra o binômio arrocho-arbitrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado metalúrgico uma dura realidade. (Antunes, 1992, p.14)

1.3.4. O PT e a CUT

Tanto o Partido dos Trabalhadores como a CUT surgiram sob a forma de embriões da organização necessária dos trabalhadores, em um momento de

³⁷ Plataforma nacional para as eleições de 1982.

³⁸ "Na constelação dos partidos existentes atualmente no país – ou que existiram anteriormente –, o PT se distinguiria por ter sido criado de 'baixo para cima', por ter saído das classes trabalhadoras e não dos meios parlamentares, das classes proprietárias ou do Estado." RODRIGUES, 1990, p.7.

crise do antigo regime militar brasileiro. Ambos adotavam um posicionamento de rompimento com o capitalismo e mantinham-se favoráveis ao socialismo.

As greves no ABC paulista tiveram um caráter não apenas economicista, sem perder a dimensão política, mas também espontâneo, ou seja, os próprios trabalhadores participaram no processo que desencadeou a crise política e econômica associada ao movimento de 78/80. Porém, houve um desenvolvimento substancial que resultou na organização da CUT e do PT, e isso demonstra que o processo grevista, como uma tentativa de romper com o arrocho salarial e também com a política repressiva do Estado, significou a ampliação da concepção política e do modelo econômico para a classe trabalhadora. Como afirmou Antunes (1992), sobre a greve de 1980,

Ela significava, desde seu irromper, um confronto com a política econômica da ditadura. Por fim, a Greve de 80 desmistificava uma vez mais o projeto de auto-reforma do poder, que não contemplava nenhuma possibilidade de ação operária autônoma e independente. Tratava-se, portanto, concretamente de um movimento político de classe, desencadeado por um de seus segmentos, o operariado metalúrgico. (Antunes, 1992, p.86)

O fato é que o movimento grevista pode acelerar a concepção da consciência da luta de classes. Entretanto, esse elemento objetivo não será suficiente se permanecer na esfera imediata das relações de trabalho – seria preciso relacionar o elemento político ao fator subjetivo para materializar a concepção da organização coletiva, alcançada por uma direção política consciente.

O PT em sua origem pretende ser não somente um partido de massa, mas um partido de massa democrático, de cunho socialista e em disputa. Ou seja, as diversas correntes internas do PT propuseram a questão de o partido vir a tomar a direção na luta da classe trabalhadora. Embora a CUT tenha se originado com o objetivo de ser uma central sindical independente de Partido e Estado, a sua fundação seguiu o mesmo princípio que norteou a construção do PT:

Ao surgir enquanto força emergente no âmbito do ascenso das classes trabalhadoras e das grandes greves de 1978/80, o PT procurou incorporar, em seu programa, a mesma crítica esboçada pelos dirigentes sindicais “autênticos” e as Oposições Sindicais contra a estrutura sindical oficial. O PT, em consonância com o movimento sindical classista, deu destaque à luta pela liberdade e autonomia sindical, a liberdade de organização político-partidária dos trabalhadores, apoio à luta dos trabalhadores rurais pelo direito à terra, livre organização nos locais de trabalho, direito de greve, e pela criação de uma Central Única dos Trabalhadores. (Soares, 2001, p.23)

Assim, a criação do Partido dos Trabalhadores surgiu como uma necessidade de ampliar institucionalmente o que vinha ocorrendo já na esfera sindical, e esse movimento contrapôs os chamados “sindicalistas autênticos”, oriundos das greves no final dos anos 70, aos sindicalistas atrelados à legislação sindical. Discutiu-se que já era o momento da criação de uma central sindical desatrelada do Estado e independente de partido político. Portanto, aglutinar o conjunto dos trabalhadores em um partido permitia que as lutas não se restringissem aos meios sindicais, institucionalizando o conflito através de uma nova instância, e esse movimento permitiu logo depois, em 1983, a fundação de uma central sindical não prevista em lei.

CAPÍTULO 2

PT: o processo eleitoral e a política partidária

No capítulo anterior foi esboçada a importância da organização partidária na luta sindical, no sentido de dirigir politicamente o movimento. Agora, será analisado o elemento eleitoral dentro desse cenário, ou seja, de que forma a articulação entre partido e sindicato, se restrita ao processo eleitoral, pode desmobilizar a sua base de sustentação, que são os trabalhadores.

Percebe-se como as eleições de 1982 tiveram um caráter secundarizado e alicerçado em princípios classistas. E que a formação do PT, na qual se esboçou a base social dos trabalhadores, deu sustentação a esse projeto político.

Concomitantemente ao processo de retomada das lutas sindicais e ao surgimento das oposições sindicais que retomaram os sindicatos para uma linha combativa, derrubando os antigos sindicalistas da época da ditadura, houve a fundação do PT alicerçado na classe trabalhadora. Logo surgiu a necessidade de organizar uma Central Única dos Trabalhadores que fosse independente do Estado e dos partidos políticos. É claro que essa Central já nasceu interligada com a própria formação do Partido dos Trabalhadores porque diversos sindicalistas que atuavam no PT estavam presentes na formação da CUT, mas é importante salientar que houve, nesse momento, a tentativa de se estabelecer a independência da CUT em relação ao partido.³⁹

2.1. Eleição: tática ou estratégia?

Na medida em que a eleição deixa de ser mais um instrumento na luta política e passa a ser o objetivo estratégico, a luta de classes fica condicionada a essa transformação, por ser um elemento que inviabiliza o projeto eleitoral. A questão não se limita à tática do partido em participar ou não do processo

³⁹ Este Congresso com mais de 5.000 participantes é uma prova da justiça da criação da CUT, reunindo o que há de mais combativo no Brasil; A CUT foi criada a partir das bases. É a partir das lutas que ela vai tornar-se um instrumento de unidade dos trabalhadores e estruturar-se definitivamente. A fundação da CUT mostra uma nova realidade no movimento sindical brasileiro. Faz parte do processo de conquista da liberdade sindical e da luta pela emancipação dos trabalhadores;

CUT versus estrutura sindical, regime e pelegos

• A CUT leva a luta contra o governo, o Colégio Eleitoral, os patrões e se opõe às práticas aparelhistas e atreladoras da Conclat. A CUT é um pólo de resistência, de política independente dos trabalhadores ... Foi levantada num grupo a importância de delimitar a diferença entre a CUT e o partido político, inclusive a necessidade de eleger-se uma direção para a CUT desvinculada de qualquer partido político. Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT, agosto de 1984, p.1-2.

eleitoral; segundo Marx, a possibilidade de sufrágio universal, presente na democracia capitalista, favorece a organização dos trabalhadores dentro de um partido político.

Ainda na perspectiva marxista, Lênin segue a mesma argumentação ao utilizar esse instrumento como tática política. Em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, explica os motivos de se participar ou não do parlamento, observando o desvio do 'esquerdismo' quando opta pela não participação sem antes analisar as condições objetivas:

Quando o czar anunciou, em agosto de 1905, a convocação de um parlamento consultivo, os bolcheviques, contra todos os partidos da oposição e contra os mencheviques, declararam o boicote a esse parlamento ... Naquela ocasião, o boicote foi justo, não porque seja certo abster-se, de modo geral, de participar nos parlamentos reacionários, mas porque foi levada em conta, acertadamente, a situação objetiva, que levava a rápida transformação das greves de massas em greve política e, sucessivamente, em greve revolucionária e em insurreição ... O boicote dos bolcheviques ao parlamento em 1905 enriqueceu o proletariado revolucionário com uma experiência política extraordinariamente preciosa, mostrando que, na combinação das formas de luta legais e ilegais, parlamentares e extraparlamentares, é, às vezes, conveniente e até obrigatório saber renunciar às formas parlamentares. Mas transportar cegamente, por simples imitação, sem espírito crítico, essa experiência a outras condições, a outra situação, é o maior dos erros. (Lênin, 1981, p.28-9)

Portanto, o sufrágio universal é mais um instrumento de organização da classe e a democracia política estaria inserida nessa possibilidade de garantir a organização, tendo a importância de ser utilizada para esse fim.

Entretanto, ao passar para o campo eleitoral, tais partidos social-democratas abandonam antigas lutas e esse meio de organização da classe e passam a ser um partido com objetivo final de cunho eleitoral, tornando-se partidos como outros quaisquer, perdendo o referencial classista.

Essa análise se torna muito clara quando se observa o desenvolvimento histórico da social-democracia, que resultou na ênfase à reforma gradual possibilitada no parlamento, tornando secundária a possibilidade da revolução.

2.2. O revisionismo e a social-democracia

A cooptação de lideranças reformistas no projeto de adaptação da social-democracia europeia não pode ser entendida como a única explicação para a adequação da reforma no sistema capitalista. O capitalismo europeu, ao passar para a fase imperialista, deu base para que fossem permitidas reformas e conquistas materiais reais para a classe trabalhadora. Além de um aumento na participação política do trabalhador, verificado nas democracias burguesas, estendeu-se essa participação à esfera eleitoral e sindical.⁴⁰

Em fins do século XIX, a indústria europeia apresentou uma expansão extremamente rápida, em face da qual surgiram os revisionistas, como Bernstein, um dos principais teóricos da social-democracia alemã (1896) e que iria reafirmar esse caráter de adaptação. Eduard Bernstein desconstrói a teoria marxista a partir de algumas análises: afirmou que o número de proprietários não diminuiria negando a pauperização da classe operária; que existia um avanço econômico e político da classe operária se opondo ao catastrofismo econômico do marxismo; e que o avanço político ampliaria os direitos dos trabalhadores democratizando o Estado. Esse autor buscou no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* a seguinte afirmação e, assim, referendou os seus argumentos: “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em globo”.

E com essa afirmação, Bernstein faz a seguinte análise: “Engels mostra que as instituições sociais podem separar-se da evolução econômica e desempenhar um papel autônomo”. O que ele estava querendo demonstrar era que bastava a social-democracia atingir o poder no parlamento para que o poder político passasse às mãos da classe trabalhadora, deixando de haver, portanto, necessidade de revolução, pois através de reformas graduais chegar-se-ia ao socialismo.

Diz Bernstein:

A conquista do poder político pelo proletariado constitui, no entender de Marx, a segunda condição. Esta conquista pode ser considerada de diversas maneiras: pela via parlamentar, pelo direito de voto e por outros meios legais, ou pela via da violência revolucionária.⁴¹

⁴⁰ VIANA, 1980.

⁴¹ BERNSTEIN, *Os pressupostos do socialismo*, 1976, p.152.

Mas à medida que os operários vão sendo mais numerosos e que aumenta o seu nível de conhecimentos, o sufrágio universal torna-se o instrumento por meio do qual podem transformar os parlamentares em servidores do povo.⁴²

Bernstein reduz a conquista do poder político do proletariado à conquista do poder político no parlamento sem a necessidade do processo revolucionário, de modo que as tarefas passem a ser resolvidas com o voto e a associação. Ou seja, transforma o fator subjetivo em fator objetivo, quando diz que as reformas levarão gradualmente ao socialismo. Segundo o mesmo autor (1964), não haverá necessidade de Revolução quando os trabalhadores tiverem representação e “direitos” políticos, ou seja, chegar ao “poder” pelo parlamento traz transformações significativas na vida do trabalhador – o direito à cidadania.

A segunda condição preliminar, segundo a teoria de Marx, é a conquista do poder político pelo proletariado. Podemos pensar nesta conquista de várias maneiras: pela via da luta parlamentar, mudando o direito de voto no sentido que se pretende, ou pela via da força, ou seja, por meio da revolução. (Bernstein, 1964, p.90)

É importante, neste momento, abrir parênteses para observar que o contraponto a essa idéia vem com Luxemburgo (2001), na sua obra *Reforma ou Revolução?*, que trava um confronto teórico e político com Bernstein. São duas estratégias distintas debatidas no Partido Social-Democrata alemão – uma pregava a via evolucionista, e a outra, a via revolucionária como a única forma de a classe trabalhadora chegar ao poder do Estado.

No tocante aos sindicatos, sua principal função – e ninguém a expor melhor que o próprio Bernstein, em 1891, na *Neue Zeit* – está em constituírem para os operários um meio de realizar a lei capitalista dos salários, isto é, a venda da força-trabalho ao preço corrente do mercado. Os sindicatos servem ao proletariado precisamente em que utilizam a favor dele, a cada instante, as conjunturas do mercado. Mas, essas conjunturas, isto é, de um lado a procura da força-trabalho determinada pelo estado da produção, e do outro a oferta de

⁴² BERNSTEIN, *O socialismo evolucionário*, 1964, p.204.

força-trabalho criada pela proletarização das classes médias e natural reprodução da classe proletária, enfim o grau de produtividade do trabalho, em dado momento, escapam à esfera de influência dos sindicatos. Eis por que não podem eles suprimir a lei dos salários. Podem, em hipótese mais favorável, impor à exploração capitalista os limites “normais” do momento, mas não estão absolutamente em condições de suprimir, mesmo progressivamente, a própria exploração. (Luxemburgo, 2001, p.42)

Portanto, o revisionismo parte de uma suposta reflexão sobre o marxismo, mas, na verdade trata de sua própria negação, pois retira o caráter revolucionário da luta de classes e a transfere para o parlamento. O sentido do revisionismo é a tentativa de se chegar ao socialismo pela via da reforma e não da revolução, entretanto o momento histórico do seu desenvolvimento estava condicionado à possibilidade de ganhos para a classe trabalhadora. O que se vive agora é uma fase de crise econômica do capitalismo, com retiradas de direitos dos trabalhadores e com desemprego estrutural – chegue-se, desta forma, ao fim da era das reformas.

Adam Przeworsky (1989), em *Capitalismo e Social-Democracia*, parte da análise histórica em uma discussão que remonta a 1896, expressa em conceitos de revisionistas que, como Bernstein,⁴³ argumentavam que bastavam as reformas em um processo evolucionista para se chegar ao socialismo. Ou seja, as reformas graduais ocorridas através do processo legislativo, no sistema capitalista, levariam a esse objetivo final.⁴⁴

Interessa, aqui, notar que nessa obra, *Capitalismo e Social-democracia*, o autor apresenta duas teses por meio das quais explica a utilização da estratégia do sufrágio universal como linha política de atuação dos partidos de esquerda:

⁴³ “O SPD, dizia Bernstein, devia deixar de ser o partido da revolução social, tornando-se o partido da reforma social.” LUXEMBURGO, 2001, p.9.

⁴⁴ “Os capitalistas têm condições de buscar a realização de seus interesses no decorrer da atividade cotidiana dentro do sistema de produção. Eles ‘votam’ continuamente na alocação dos recursos da sociedade quando decidem investir ou não, empregar ou dispensar trabalhadores ... Os trabalhadores, em contraste, só podem reivindicar seus direitos coletivamente e de forma indireta, por intermédio de organizações embutidas em sistemas de representação, principalmente sindicatos e partidos políticos. Por conseguinte, a participação é necessária para a efetivação dos interesses dos trabalhadores.” PRZEWORSKI, 1989, p.24.

(1) No processo de competição eleitoral, os partidos socialistas são forçados a solapar a organização dos trabalhadores como classe;

(2) Compromissos entre trabalhadores e capitalistas acerca de questões econômicas são possíveis sob o capitalismo e, por vezes, preferidos pelos trabalhadores a estratégias mais radicais. (Przeworsky, 1989, p.16)

Porém, é imprescindível observar a argumentação que legitima essa questão da reforma no sentido de que não existe contradição entre reforma e transformação social, ou seja, torna-se necessário lutar por reformas que conduzam a melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora. Entretanto, a opção por fazer apenas reformas tem implicações na luta de classes, representando a própria derrota do projeto socialista e a adaptação à estrutura do modelo capitalista. A reforma significa a manutenção do sistema e não a sua ruptura.

No entanto, existe uma contradição entre a prática reformista e as possibilidades apresentadas no sistema capitalista atual, mundial, para a sua realização.⁴⁵ Ou seja, a participação na política eleitoral, ao imperar a lógica eleitoral, fará com que este atue como qualquer outro partido. A imagem da sociedade dividida em classes fica ausente do discurso.

A relação entre as classes está diretamente envolvida nessas contradições, tornando-se evidente no momento em que os partidos manifestam de fato os interesses da classe representada, e não quando ocultam essas relações. Nesse sentido, a ocultação acaba assumindo um propósito ideológico, que é o

⁴⁵ “En la última década el poder de los bancos y los monopolio ha alcanzado niveles históricos. La mejor expresión de este fenómeno se puede ver en el aumento sin precedentes del poder de los bancos centrales en los últimos veinte años. La vieja idea de los reformistas y keynesianos de arreglar el capitalismo se sostenía en la idea de que los gobiernos pueden manipular la economía utilizando instrumentos como los tipos de interés. Ahora todo esto ha cambiado. Los bancos centrales exigen total independencia para controlar los tipos de interés. En Gran Bretaña, el gobierno de Blair cedió inmediatamente al Banco de Inglaterra el control de los tipos de interés. Igualmente los gobiernos de la Unión Europea han cedido gran parte de la política económica a los directivos no electos de lo Banco Central Europeo (BCE). Esto era algo impensable hace quince años. Nunca antes los bancos han tenido tanto poder. Esto representa un abandono total de la vieja política keynesiana, lo que añadirá una dimensión nueva y más convulsiva a la crisis del capitalismo ... El abandono del modelo en bancarrota fundamentado en ‘dirigir el capitalismo’ no fue el resultado de un simple capricho o la malevolencia de la clase dominante. Ahora los utópicos reformistas de izquierda sueñan con un regreso a los viejos y buenos días del keynesianismo. Exigen, no el socialismo, sino ‘el capitalismo con rostro humano’. Imaginan que es posible controlar el capital y eliminar sus características desagradables. En realidad, la burguesía se vio obligada a abandonar el keynesianismo porque amenazaba con hundir todas las economías del mundo occidental en la hiperinflación.” A. WOODS, *En el filo de la navaja. Perspectivas para la economía mundial*, 2000, p.16.

de desmistificar a existência de um poder hegemônico.

Como incorporar essa relação no contexto político?

Engels expressa uma preocupação que seria uma constante nos marxistas, constituindo-se ainda hoje num problema da maior atualidade: o da independência de classe do proletariado, consubstanciado, em última instância, pela sua organização em partido político independente dos partidos da burguesia.⁴⁶

É importante esclarecer que existia uma referência na posição do partido de orientação classista no pleito eleitoral, mas denotando que a participação deveria possuir um caráter coletivo e não individual. Esta seria mais uma tática no processo político.

É claro que não se está pretendendo estampar, aqui, um conceito analisado em uma realidade para deslocá-lo para outra. O momento histórico e econômico em que vai se desenvolver o revisionismo da social-democracia possui aspectos distintos. No entanto, a escolha pela crise do socialismo “real” como subterfúgio dos partidos social-democratas hoje, e em especial o PT, é nosso objeto de análise para referendar o abandono do antigo projeto histórico do partido, que entendia como objetivo final a luta pelo socialismo. O argumento se estabelece no parâmetro da derrocada do sistema socialista no Leste Europeu. Portanto, como se declara a morte histórica do socialismo, a solução não está na queda do capitalismo, mas na sua adaptação, através de projetos reformistas e do deslumbramento eleitoral, como único elemento de participação política popular.

O sufrágio universal constituiu uma forma de evitar o acirramento das lutas de classe, uma vez que creditou-se ao voto o poder de representatividade do povo. Generaliza-se a idéia de que se pode estar interferindo nas decisões políticas e econômicas da nação.⁴⁷

⁴⁶FOOT, 1978, p.7.

⁴⁷ “El carácter contradictorio de este fundamento de la política moderna, y de todos los conceptos vinculados a él, se pone en claro a través de la oposición entre la interpretación democrática de Rousseau (‘no siendo la soberanía sino el ejercicio de la voluntad general, jamás deberá enajenarse’ de modo que ‘el soberano, que no es más que un ser colectivo, no puede ser representad’) y la liberal. La continuidad

2.3. O PT e a campanha eleitoral de 2002

Estabeleceremos, aqui, uma exemplificação das reflexões elaboradas nas páginas anteriores, com o projeto político do PT e a sua relação com a CUT. A trajetória do PT e da CUT iniciou-se em um momento de eclosão do movimento de massas, concomitante ao acirramento da luta de classes relacionado a uma fase de crise do regime ditatorial. Também o fator econômico atuou nessa época como desencadeador da crise de regime, evidenciando a piora das condições de vida dos trabalhadores. Tudo isso fortaleceu o projeto de autonomia política dos trabalhadores, levando à formação do PT e da CUT durante a década de 1980.

Este capítulo tem por objetivo demonstrar que a mudança do discurso confrontacionista para o de adaptação institucional, com um viés moralista, pela cidadania e contra a corrupção, será a tônica incorporada no perfil do setor majoritário do PT e da CUT. Esse discurso vai ganhando mais peso com o passar do tempo, e não repentinamente. No início, o lema era “trabalhador vota em trabalhador”, mais classista e anti-regime ditatorial.

Percebe-se, em uma análise do Programa de Governo/2002, uma proposta que visualiza a articulação dos diversos setores, protagonizando um eixo em que a divisão da sociedade fica excluída e a tônica do momento é a união nacional. Recorre-se a um expediente pelo qual a máxima programática é o chamado a um novo Contrato Social, que ponha em evidência a exclusão de atores sociais ambíguos. Veja-se, nesta longa citação extraída do Programa de Governo, o referencial disposto nesse diagnóstico:

1. Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. A

histórica respecto del pasado (la política como *raison* iluminada e integrada en la técnica de la razón de Estado) tiene una manifestación evidente en el carácter originariamente limitado del sufragio mediante el cual se designa la autoridad, pero la novedad histórica, lo típicamente moderno de la política como esfera de unificación del consenso de la sociedad, se pone de relieve en la presión objetiva en pro del sufragio universal, a favor de una designación por parte de todos (ya no sólo por los pocos ‘capaces’).” CERRONI, “Para una Teoría Del Partido Político”, in *Teoría Marxista del Partido Político*, p.6.

implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios. Da mesma forma, o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do País no mundo são condições necessárias para a construção de um Brasil decente.⁴⁸

2. Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. É indispensável, por isso, promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados. Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu. Um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos é também a melhor arma contra o desperdício e a corrupção.⁴⁹

Não existe nenhuma possibilidade e nem o prognóstico de ruptura com o modelo anterior, mesmo que inserida pela via institucional. Insiste-se na colaboração entre as classes, como demonstrado nesse trecho do Programa de Governo. Visualiza-se que a cooperação entre trabalhadores e empresários norteará a lógica governamental e se mostrará, por isso, necessária para viabilizar um governo para todos, portanto, indispensável para o Brasil. Essa mesma lógica irá permear também os textos oficiais da CUT, como se verá nos próximos capítulos, o que configura não mais a explicitação de interesses classistas, mas, principalmente, a proposta de que o PT faça um bom governo:

⁴⁸ Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a candidatura à Presidência da República, 2002, p.1.

⁴⁹ *Ibidem*, p.2.

comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais ... estabilidade foi obtida com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos setores mais vulneráveis da sociedade. Nosso governo trabalhará também com o princípio da responsabilidade social, que terá objetivos e metas claramente definidos a cada ano. Nessa direção, governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes. O poder público tem responsabilidade especial para reorientar a economia nessa nova direção.⁵⁰

O que se deseja, portanto, é demonstrar confiança em uma expectativa de governo da continuidade, imperando não mais o confronto político mas reformas institucionais adaptadas para o capital.

No início do século XX permitia-se, no desenvolvimento capitalista, a possibilidade de ganhos essenciais para os trabalhadores pelo desenvolvimento da idéia de transformação social no sistema, dando origem ao Estado de bem-estar social. Agora, entretanto, o sentido de reforma institucional vai na direção oposta, de uma reforma no sentido de retiradas de direitos já conquistados. Portanto, a reforma sindical e trabalhista vai caracterizar essa esfera na atuação do governo petista conciliado com a atuação da CUT.

2.3.1. Eleição de 2002: da campanha ao governo federal

Diversos fatores podem balizar a análise desse momento significativo na atuação do Partido dos Trabalhadores, em que se fez a campanha eleitoral e montou-se a chapa que iria concorrer no pleito de 2002. A escolha de um vice-presidente empresário e pertencente a um partido de centro-direita como o PL dá a diretriz de que o processo eleitoral foi priorizado e que o pacto social foi estabelecido em várias instâncias.

⁵⁰ Ibidem, p.11-2.

Mesmo que se admita a perda do referencial de projeto político, assumindo que a mudança na linha pragmática do setor majoritário do PT requer a inclusão de outros setores sociais em uma chapa de candidatura presidencial, esse referencial é a chave para se perceber que a lógica restringiu-se a simplesmente vencer as eleições, ampliando o espaço de influência, permitindo que se governe dentro do sistema.

Levantou-se uma forte oposição da base do Partido dos Trabalhadores diante da escolha de um vice comprometido com os interesses empresariais – José Alencar –, e Lula transformou-se no principal protagonista da defesa intransigente desse integrante do Partido Liberal. Mesmo assim, Lula venceu as prévias para a disputa eleitoral como candidato à presidência da República – segundo o art. 135 do estatuto do PT é prevista prévia eleitoral quando houver mais de um pré-candidato às eleições majoritárias.⁵¹

Pela primeira vez na história do PT o nome de Lula foi contestado para disputa em uma eleição majoritária, o que demonstra um princípio de crise em razão da escolha de José Alencar. Isso sinaliza que a escolha da política de aliança, pelo diretório nacional do partido, provocou um profundo desgaste. Mas a vitória dessa linha, embora difícil, garantiu a permissão para a continuação nas negociações para a aliança com o PL e com setores do PMDB.⁵²

Deve-se observar que esse fato desencadeou uma crise interna, bastante explorada pela imprensa, como se lê nos trechos reunidos no Quadro 1:

⁵¹ Estatuto do PT.

⁵² O diretório nacional aprovou resolução que autoriza a direção do partido a prosseguir com as negociações para a formação de alianças com o PL e com setores do PMDB. Por 38 votos a 29, foi derrotado o destaque defendido por setores radicais da legenda que pregava a suspensão das discussões. A vitória foi considerada apertada por representantes de correntes mais radicais da sigla, já que o grupo ligado a José Dirceu, Presidente Nacional do PT, tem maioria no diretório. – *Tribuna do Brasil*, 26 de mar. 2002.

Quadro 1
Prévias – PT.2002
Notas da Imprensa

Imprensa	Notas
<i>Folha de S. Paulo</i> , 20.mar.2002	“Há muita resistência à aliança no PT. No domingo os diretórios de São Caetano e Campinas (SP) fizeram consultas sobre a união, com mais de 80% de rejeição”, p.A6.
<i>O Globo</i> , 21.mar.2002	“O perfil light, porém, já está enfrentando resistência no partido. O alvo principal dos radicais é a possibilidade de aliança com o PL, da Igreja Universal do Reino de Deus e do deputado Luiz Antônio de Medeiros, fundador da Força Sindical. Domingo, Lula teve seu discurso em Poços de Caldas, Minas, interrompido por um protesto contra a aliança com o PL...”, p.10.
<i>O Globo</i> , 18.mar.2002	“Depois de promover ontem a primeira eleição da história do Brasil para a escolha de um candidato à Presidência, o PT torce para que o resultado não ponha em xeque a hegemonia de Luiz Inácio Lula da Silva, o provável vencedor da disputa com o Senador Eduardo Suplicy (SP). Favorito, o presidente de honra do partido terá de ter pelo menos 80% dos votos para consolidar sua liderança e, assim, pôr fim ao desgaste provocado internamente por causa de sua defesa da aliança com o PL”, p.3.

Fonte: dados agrupados pela autora.

Depois de um intenso debate ocasionado pela política de alianças e da caracterização de uma crise interna, a votação nas prévias eleitorais do PT, ocorrida no dia 17 de março de 2002, deu uma larga margem de votos para Lula, como demonstrado na Tabela 9:

Tabela 9
Prévias – PT.2002
Pré-candidatos

Lula	142.501 votos (84,4%)
Eduardo Suplicy	26.309 votos (15,6%)
Filiados	860.000

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 21.mar.2002.

Mas, como explicar essa aparente contradição? Apesar do conteúdo conservador da interpretação de Michels (1982) e de Duverger (1970), buscaremos a caracterização oligárquica na estrutura interna partidária, assim sendo, utilizaremos a teoria das elites para explicar uma decisão que coube a uma minoria detentora do poder e não a uma maioria que dele está privado.

A direção do Partido, mesmo existindo prévias e discussões das diversas tendências, apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática, que encobre uma realidade oligárquica. Nas palavras de Duverger, “todo poder é oligárquico” (1970, p.197).

Conseguiu-se essa expressiva vitória numa situação de tamanha rejeição e divergência diante da possível aliança com o PL e o PMDB, sugerindo que a responsabilidade dessa crise interna foi organizada em parte pelo próprio Lula. Nesse momento, a figura emblemática de Lula transcende a liderança sindical e se sobrepõe à divergência quanto à aproximação de um Partido de centro-direita, com um nome diretamente relacionado à burguesia nacional, contraposto à linha programática e histórica do Partido dos Trabalhadores. A vitória garantida nas prévias eleitorais deu a Lula um respaldo de 84,4% de votos, como demonstrado na Tabela 9, outorgando-lhe o direito de representar a legenda no comando de uma chapa, em princípio, tão heterogênea.

Essa representatividade política e sindical da liderança não significou um vínculo estabelecido apenas para os militantes do PT, mas se expandiu nacionalmente quando Lula venceu as eleições presidenciais, e se refletiu na desconfiança do mercado. Percebe-se que, mesmo com a reversão no seu discurso, somente o avanço nas pesquisas eleitorais, dando a possibilidade de vitória de Lula, desencadeou temor no mercado financeiro, fazendo elevar a taxa do dólar e baixar o valor das ações na Bolsa de Valores. O perfil de sindicalista e o seu passado de lutas foi o suficiente para reforçar a idéia de que chegando à presidência da República iria realizar mudanças drásticas na economia. Foi notório quando dois bancos americanos de investimentos, após a subida nas pesquisas de intenção de votos do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, sugeriram que os investidores tivessem cautela nas compras de títulos brasileiros.

A consolidação do candidato do PT à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na liderança das pesquisas de intenção de votos levou bancos norte-americanos a criarem um clima de terrorismo eleitoral. Eles prevêem desastres econômicos no Brasil caso a vitória do petista se confirme ... O Morgan Stanley e o Merrill Lynch – dois dos maiores bancos de investimentos dos EUA, com forte presença na América Latina – rebaixaram a classificação da dívida brasileira e recomendaram a seus clientes que reduzam a compra de ações e papéis brasileiros.⁵³

Entretanto, apesar de encarnar uma possível mudança drástica na estrutura social e econômica do país, e, por isso, a possibilidade de não se realizarem os pagamentos aos investidores estrangeiros, o discurso conciliador e adaptado para as reformas institucionais favoreceu, em alguma medida, o apoio de empresários e de uma parcela de representantes do capital. Pois, um governo de centro-esquerda facilitaria as mudanças estruturais de favorecimento ao mercado, implicando um pacto, antes impensável, por parte dos sindicatos e da Central Sindical incorporados na linha programática do PT.

Um dos principais porta-vozes do capitalismo internacional, o jornal britânico *Financial Times* começa a considerar como reais as chances de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vencer as eleições em outubro ... Segundo a reportagem, Lula amenizou não apenas a sua aparência como várias de suas propostas econômicas, e deixou de lado a agressiva retórica anticapitalista ... O periódico britânico chega a enumerar possíveis vantagens de uma vitória da oposição. Com o apoio de sindicatos e a necessária aliança no Congresso, realizar mudanças como a reforma do sistema previdenciário...⁵⁴

O PT passa a rejeitar a mudança pela via do confronto, assumindo uma posição organizada na estrutura do parlamento, e visualiza na vitória de Lula, na eleição presidencial de 2002, o único meio de mudança política e econômica do Brasil. Segundo pesquisa do instituto Vox Populi, divulgada pelo jornal *Correio Braziliense* no dia 24 de julho de 2002, o candidato do PT foi o mais identificado como aquele que iria resolver os problemas sociais.⁵⁵ De fato, ao encarnar a mudança mantendo o perfil de representante da classe

⁵³ *Correio Braziliense*, 30 abr. 2002, p.13.

⁵⁴ *Correio Braziliense*, 25 maio 2002, p.14.

⁵⁵ “68% numa pesquisa realizada com 2.807 pessoas consideravam Lula como o candidato mais preocupado com a questão social.” *Correio Braziliense*, 24 jul. 2002.

trabalhadora e pertencente a um partido de esquerda,⁵⁶ Lula passa a ser visto pela população como símbolo de transformação. Assim, a porcentagem de votos obtidos na eleição presidencial de 2002, destacada nas Tabelas 10 e 12, comprova essa realidade.

Tabela 10
Eleições 2002

Presidente – 1º Turno

<i>Candidato</i>	<i>Total</i>	% válidos
Lula (PT)	39.454.692	46,44%
José Serra (PSDB)	19.705.061	23,20%
Garotinho (PSB)	15.179.879	17,87%
Ciro (PPS)	10.170.666	11,97%
Zé Maria (PSTU)	402.232	0,47%
Rui Costa Pimenta (PCO)	38.619	0,05%
Total	84.951.149	89,61%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 11
Eleições 2002

Presidente – 1º Turno

População	178.942.091
Eleitorado	115.254.113
Votantes	94.804.126
Total de votos	94.804.126 (100%)
Votos válidos	84.951.149 (89,61%)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

⁵⁶ “No mercado financeiro, o programa do PT foi recebido com certa desconfiança. O economista Wladimir Caramachi, analista do banco de investimentos Fator, achou positivo o fato de o PT ter se comprometido com rigor fiscal, câmbio flutuante e metas inflacionárias. ‘Mas papel aceita tudo.’ Na questão da Reforma previdenciária, Caramachi observa que o programa não cita pontos polêmicos que definirão o assunto no próximo governo: a cobrança sobre servidores inativos e a definição do tempo mínimo de contribuição.” Ibidem.

Tabela 12
Eleições 2002

Presidente – 2º Turno

<i>Candidato</i>	<i>Total</i>	% válidos
Lula (PT)	52.793.364	61,27%
José Serra (PSDB)	33.370.739	38,73%
Total	86.164.103	94,00%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 13
Eleições 2002

Presidente – 2º Turno

Eleitorado	115.254.113
Votantes	91.664.259
Total de votos	91.664.259 (100%)
Votos válidos	86.164.103 (94,00%)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

A diferença de votos em favor de Lula, que lhe garantiu a vitória em relação a outros antigos governantes, fundamentou-se em um dado importante: não se tratava mais de um representante da elite, e sim naquele que se identificava com o povo. Em 2002, a chegada da esquerda ao poder representou a constatação de que a população queria mudanças na linha política e econômica do país.

CAPÍTULO 3

A relação entre CUT e PT, o pleito eleitoral de 2002 e o governo federal

Vimos, durante o desenvolvimento do processo histórico, que a social-democracia abandona o objetivo de ruptura social e assume o projeto de reforma gradual já em um contexto de concessão do sistema capitalista, garantindo, por exemplo, o *welfare state*, que se manteve durante crescimento da economia mundial, nas décadas de 1950 e 1960.⁵⁷

Observamos que o Partido dos Trabalhadores incorporou o princípio de reformas dentro do sistema, principalmente a partir da década de 1990, entretanto em um cenário econômico diferente. Soares (1998), numa análise sobre reestruturação produtiva, faz a seguinte observação a respeito do desenvolvimento econômico do início da década de 1990:

O novo padrão de acumulação tem demonstrado, no entanto, que o crescimento econômico não significa, necessariamente, mais aumento de emprego. O desemprego estrutural, o exército de subcontratados que vivem do trabalho precário, os mais de 30 milhões de subalimentados norte-americanos, os milhares de jovens ingleses abandonados, sem moradia, que se abrigam sob pontes e viadutos etc., são dados que indicam sobretudo que o modelo neoliberal, bem como o chamado Estado do Bem-Estar Social, patrocinado

⁵⁷ “A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes ... Contudo, há um claro paralelismo entre a mudança para a esquerda e os acontecimentos públicos mais significativos da década, ou seja, o aparecimento de Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação – se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais ... No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado ‘Estados do Bem-estar’ desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos). Isso iria produzir consideráveis problemas após o fim da Era de Ouro.” HOBSEBAWM, 1995, p.257-79.

pela social-democracia, não conseguem sobreviver sem piorar sobremaneira as condições de vida dos trabalhadores. No Brasil, os efeitos dessa crise são visíveis e desastrosos. Com a recessão, aumenta o número de desempregados e subempregados que buscam amparo na economia informal. (Soares, 1998, p.215-6)

A importância de se analisar a diferença entre CUT–PT na década de 1980 e CUT–PT hoje relaciona-se à reflexão sobre as mudanças contextuais inseridas em dois momentos singulares para essas organizações e que tiveram reflexos na luta dos trabalhadores.

A análise baseou-se em uma relação que hoje, com o PT no governo, compromete a autonomia da CUT em relação ao governo federal, por ter este uma base de apoio na direção cutista.

Não se pretende traçar simplesmente uma relação entre as duas conjunturas históricas, por tratar-se de momentos diferenciados, mas essa relação torna-se importante em função do projeto inicial da Central Única dos Trabalhadores, que era de autonomia em relação aos partidos e ao Estado. No momento de sua fundação, entendia-se que essa seria a única forma legítima de organizar a classe trabalhadora e instrumentalizar essa classe para transformações profundas na estrutura econômica e social da sociedade.

Ao se fazer uma retrospectiva histórica da trajetória da CUT, é possível observar que – entre a fundação (1983), até a realização do III Congresso Nacional, em 1988 – esse período foi marcado por um verdadeiro ascenso de massas, que se expressou em inúmeras greves, mobilizações de trabalhadores e organização dos movimentos sociais. Para alguns estudiosos, esse período é marcado por uma linha sindical conflitiva e confrontacionista. A grande inflexão da entidade se daria a partir de 1988. (Soares, 2001, p.90)

3.1.O sindicalismo e as novas relações de trabalho

O partido altera seu discurso, mas a central sindical entra no mesmo processo, acirrado pela crise do sindicalismo e agravado por mudanças no mundo do trabalho.

As modificações associadas à produção conferem novas relações de trabalho e englobam, nesse contexto, a flexibilização dos direitos trabalhistas operada de forma traumática por uma crise de desemprego que tem reflexo estrutural. E essas modificações rearticulam-se nos modelos denominados Fordismo, Toyotismo, Taylorismo e Pós-fordismo, entre outros,⁵⁸ como processos de organização do trabalho, presentes na grande indústria capitalista ao longo do século XX.⁵⁹ A essência do Fordismo⁶⁰ é a produção em massa, enquanto no modelo do Toyotismo⁶¹ a máxima é fazer uma grande variedade de produtos, mas em poucas quantidades e substituindo a série de acordo com a demanda. No Toyotismo o trabalhador exerce várias funções, e com o emprego de terceirizados temos a redução salarial e a flexibilização dos direitos trabalhistas.⁶²

Antunes (1999) traça um prognóstico sobre esse momento:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da

⁵⁸ “A reestruturação produtiva, a terceirização, os novos processos de trabalho, as inovações tecnológicas e organizacionais, a implementação, por parte das indústrias brasileiras, de elementos do toyotismo Kanban, JIT, Células Produtivas, Trabalho em Grupo, Kaisen, Qualidade Total etc.) indicam, de maneira inequívoca, que não é mais possível falar de um padrão de acumulação capitalista único.” SOARES, 1998, p.84.

⁵⁹ “A imagem da empresa transformada em lugar de aperfeiçoamento pessoal para seus assalariados é, pois, uma criação essencialmente ideológica. Obscurece a percepção das transformações reais, a saber: a empresa substitui o trabalho por máquinas, produz mais e melhor com uma fração decrescente dos efetivos antes empregados e oferece aos trabalhadores de elite que ela seleciona privilégios que têm por contrapartida o desemprego, a precariedade do emprego, a desqualificação e a insegurança da grande maioria... A mudança técnica produz, portanto, como seu efeito, a segmentação e a insegurança da grande maioria.” GORZ, 2003, p.71.

⁶⁰ Fordismo: “Em vez de fazer um veículo inteiro, um operário faz apenas um número limitado de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho. O parcelamento significa que o trabalhador não precisa ser mais um artesão especialista em mecânica. Acontece a desqualificação dos operários”. GOUNET, 1999, p.19.

⁶¹ “O toyotismo divide completamente os trabalhadores. Aloca-os em firmas menores. Assim, 10 mil operários podem participar na execução de um veículo, mas somente 2 mil são empregados de uma montadora. Os outros 8 mil não têm relação direta com ela.” Ibidem, p.9.

⁶² “Dados em uma amostra (DIEESE/SMABC, 1995) de 27 empresas com comissões de fábrica indicam que a reestruturação produtiva na indústria metalúrgica do ABC tem se intensificado nos últimos anos. Combinando práticas tradicionais de caráter taylor-fordista com inovações tecno-organizacionais, a reestruturação produtiva tem funcionado como elemento eminentemente excludente, ‘queimando’ postos de trabalho, intensificando o ritmo de trabalho dos que ficam, seguido do desemprego estrutural.” SOARES, 1998, p.158.

empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias ... (Antunes, 1999, p.16)

Um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores ‘estáveis’, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., do outro. Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores ‘estáveis’ e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. (Antunes, 1999, p.62)

Ao mesmo tempo verifica-se um processo de mecanização que reduz a importância do trabalhador,⁶³ e, contraditoriamente, ao invés de o esperado tempo livre representar um benefício ao indivíduo, passa a ser motivo de angústia.

A mecanização em uma sociedade socialista, para Marx, poderia significar a ampliação do tempo livre para empreendimentos pessoais. No caso aqui analisado, entretanto, a ociosidade representará a falta de atividade, ou seja, o desemprego estrutural gerado pela falta de capacidade em criar empregos e não fruto de um pressuposto qualificativo.

É falso, portanto, o discurso utilizado por diversos sindicalistas, responsabilizando a falta de qualificação do trabalhador pelo seu afastamento do mercado de trabalho, relegando para a própria classe a culpa pelo desemprego. Na verdade, a crise do desemprego é estrutural, o sistema capitalista não apresenta perspectivas de recuperação para o desempregado. É significativa uma citação de Hannah Arendt, que Gorz (2003), em *Metamorfoses do trabalho*, destaca: “O que temos diante de nós é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única atividade que lhes resta. Nada se pode imaginar de pior”.⁶⁴

Assim, o sindicato funciona apenas para uma ‘elite’ de operários que possuem segurança na manutenção do seu emprego, e que de certa forma são estáveis. Torna-se pouco influente para os demais, que não se organizam – ou porque são trabalhadores terceirizados ou porque estão subempregados –, o

⁶³ GIDDENS, 1975.

⁶⁴ ARENDT, citada por GORZ (2003).

que se justifica pela insegurança do desemprego. Tudo isso se reflete na própria crise vivida pelo sindicalismo.⁶⁵

Soares (2001), em sua tese de doutorado *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias* faz uma análise a respeito da crise no movimento sindical e na CUT, e vê sua origem na diminuição significativa da classe operária. O desemprego estrutural, a flexibilização das relações trabalhistas, as altas taxas de rotatividade no emprego e a terceirização são fatores que individualizam o trabalhador e repercutem no retrocesso da luta coletiva. Assim, não somente a burocratização é responsável por essa crise, mas também o próprio processo de perda de existência “coletiva” da classe operária.⁶⁶

Paralelamente ao cenário de adaptação burocrática da direção e da própria estrutura do sindicato, tem-se o discurso que relaciona essa adaptação à crise do “socialismo real”, ou seja, explica que é ultrapassado lutar pelo socialismo porque a “experiência” já demonstrou o seu colapso.

A Central também faz um discurso de adaptação, quando atribui ao próprio trabalhador a responsabilidade pelo desemprego. A luta deixa de ser política. Deixa-se de organizar o trabalhador como classe e ele se vê responsabilizado pela sua exclusão e pelo desemprego, assume-se o viés da qualificação e não o da ofensiva capitalista.

Portanto, o referencial de transformação se reveste e se consolida no processo de adaptação institucional. Num outro patamar, nossa análise volta-se para o posicionamento político da Central Única dos Trabalhadores e para sua relação com o PT, durante o sufrágio eleitoral e já no Governo Lula.

⁶⁵ “O comportamento do movimento sindical frente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nos anos 90 – envolvendo desde o processo de reestruturação produtiva, terceirização, inovações tecnológicas e organizacionais, bem como a passagem de uma política marcada pelo confronto direto com o patronato a uma postura de caráter mais defensivo, portanto, de negociação e de acordos setoriais – é expressão de uma ofensiva generalizada do capital sobre o trabalho.” SOARES, 1998, p.205.

⁶⁶ “Na verdade, o que parece estar em curso é um intenso processo de desestruturação, desorganização e desmobilização dos trabalhadores e de suas organizações. A ofensividade desse processo parece estar vinculada à idéia de quebrar os coletivos de trabalhadores – por fora, e por dentro dos locais de trabalho. Por dentro, desarticulando o trabalhador coletivo e suas iniciativas, bem como o trabalho de base, demitindo os trabalhadores, envolvendo grupos de fábrica, Cipas etc. E, por fora, quebrando as iniciativas (quando existem) do movimento sindical, trazendo-o, quase sempre, para o campo da negociação consensual, seja para discutir questões salariais ou até mesmo outros temas, como reestruturação produtiva, terceirização, flexibilização da jornada de trabalho, participação nos lucros das empresas etc.” Ibidem, p.152.

3.2. A CUT e o pleito eleitoral de 2002

A motivação, nesse contexto, será eleger Lula presidente em 2002. A CUT terá um papel preponderante no sentido de representar uma das maiores organizações da classe trabalhadora na decisão de apoio a essa candidatura. Sua atitude terá conseqüências na luta política entre as classes.

Vale, aqui, a citação de um outro posicionamento da Central, este verificado durante as eleições de 89. Seguiram-se, nessa ocasião, as resoluções da Plenária Nacional da CUT, realizada nos dias 4, 5 e 6 de agosto de 1989, período marcado pela primeira eleição direta para a presidência da República logo após um longo período sem a possibilidade de escolha do dirigente da nação, proibida pela ditadura militar. A CUT, nesse contexto, posicionou-se como uma central sindical independente e autônoma, que não se furtaria a participar do processo eleitoral. Entendeu ser fundamental essa participação num momento de euforia da população diante da participação eleitoral, mas, apesar de reconhecer a candidatura Lula, não apoiaria ninguém, optando pela neutralidade.

A independência da Central Única dos Trabalhadores frente ao Estado e a qualquer partido político significou um elemento importante na organização nacional do conjunto da classe trabalhadora, reivindicação presente mesmo nos atuais documentos oficiais da Central.

Quando o PT, e neste sentido a própria CUT, estabelece como meta eleger Lula presidente da República, o discurso passa a ser o da moralidade e não mais o do confronto, ou seja, a questão principal é a defesa da cidadania contra a corrupção, e não mais a organização para a mudança do sistema.

A direção hegemônica do PT e da CUT gradativamente passa a implementar uma política de abandono das práticas sociais transformadoras e a perspectiva socialista, em detrimento da independência de classe. A ofensividade do capital sobre o mundo do trabalho acabou alterando o comportamento do movimento sindical cutista. Somos da opinião de que tanto o partido quanto a Central sindical sofreram um processo de burocratização, que se expressa no distanciamento da direção em relação às bases. No PT, os núcleos de base foram substituídos pelos diretórios. O partido passou a ser representado pelos “notórios” parlamentares, assessores, prefeitos e

governadores. Os operários e a juventude deixaram de participar das atividades partidárias. (Soares, 2001, p.4)

Segundo os documentos da 10ª Plenária Nacional da CUT, realizada entre os dias 8 e 11 de maio de 2002, na discussão sobre o seu posicionamento nas eleições presidenciais de 2002 nota-se a ausência de citação das outras candidaturas de esquerda, assumindo-se somente a candidatura Lula.

De acordo com os documentos da plenária, a CUT deveria apoiar uma candidatura “comprometida com os interesses dos trabalhadores”. Portanto, trata-se de um discurso classista para o convencimento, quando na verdade sobressai o interesse eleitoral partidário. Logo depois vem a justificativa de que essa era uma candidatura viável eleitoralmente. Além disso, nas eleições presidenciais de 2002 não haveria Frente Brasil Popular,⁶⁷ o que consubstanciaria a presença de outros partidos de esquerda.

Em entrevistas concedidas à autora, José Maria de Almeida, ex-candidato à presidência da República pelo PSTU e membro da Direção Nacional da CUT, e Luiz Marinho, presidente na gestão 2002-2005, analisaram essa questão. Fez-se, então, o confronto entre as duas visões: o questionamento tinha a intenção de verificar o posicionamento da CUT, segundo a visão oficial, e o de um membro da Executiva Nacional da Central e que, naquela ocasião, era candidato à presidência da República. É oportuno esclarecer, entretanto, que a entrevista de José Maria de Almeida foi gravada, ao passo que Luiz Marinho forneceu as informações por escrito, o que altera a linguagem por ele utilizada.

Luiz Marinho – A decisão de apoiar Lula foi consciente. Para a maioria dos dirigentes da CUT, a candidatura de Lula foi a única que conseguiu representar, de forma madura e realista, os anseios da classe trabalhadora. Ela foi fruto da construção coletiva de propostas para o conjunto da sociedade. Parte considerável do programa de governo de Lula foi elaborada a partir de propostas do movimento sindical cutista (a própria reforma sindical em curso foi proposta por nós), que percebeu a necessidade de ampliar a sua atuação, enxergando o trabalhador enquanto cidadão que tem muito mais carências do que apenas as referentes a salário, emprego e condições de trabalho.

Assim, hoje muitos sindicatos desempenham atividades que vão além da relação capital-trabalho. É o que chamamos de sindicato-cidadão, que amplia a sua área de atuação e exerce sua influência também na formulação de políticas públicas para a educação, para a saúde, habitação, cultura e para o desenvolvimento econômico. Enfim, nestas duas décadas de existência da CUT, a maioria de seus sindicatos deu este salto de qualidade, e, assim, a decisão de apoiar uma candidatura que representasse este tipo de preocupação foi um processo natural. Na avaliação da maioria dos dirigentes sindicais

⁶⁷ Em 2002, durante um primeiro turno, não haverá a Frente Brasil Popular, que em eleições passadas uniu os partidos cujas bases sindicais integram a CUT. Isso, porém, não impede o nosso apoio à candidatura Lula, considerando que historicamente esta candidatura se apresentou e se apresenta com um alto grau de viabilidade eleitoral, sempre incorporou os princípios cutistas que afirmam a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Documento oficial da CUT, 10ª Plenária.

que viabilizaram aquela resolução da 10ª Plenária, as demais candidaturas do campo da esquerda não tinham esta expressão ampla como a de Lula.⁶⁸

Segundo Luiz Marinho, o referencial que levou uma parte considerável da direção da Central a referendar esse posicionamento, saindo da lógica do enfrentamento e passando para uma visão conciliatória de “sindicato-cidadão”, foi estabelecido na ampliação do que Lula representava para vastos setores da população e na preocupação em estender a influência do sindicato.

A explicação de José Maria de Almeida segue outra direção e é bem mais extensa, mas elaborada pela concepção classista de organização:

Zé Maria – ... No momento da fundação da CUT, ela se definiu como uma central autônoma e independente em relação ao governo, aos empresários e aos partidos políticos ... Agora, autonomia e independência, na nossa concepção, não pode significar uma omissão da Central frente à luta política que existe no país e frente às opções políticas apresentadas, seja no processo da luta de classes, mais diretamente, seja nos processos eleitorais. Então, contraditoriamente, a nossa corrente no interior da CUT, desde 79, ou desde antes inclusive nas eleições estaduais e municipais, nós sempre defendemos que a CUT se posicionasse nos processos eleitorais chamando o voto nos candidatos que representassem os partidos do campo da classe trabalhadora. A base de argumentação, o fundamento desta nossa posição era que autonomia e independência não poderiam significar neutralidade. Porque não há neutralidade. Nem há neutralidade em uma greve, nem há neutralidade numa ocupação de terra, nem uma ocupação em um terreno urbano e tampouco há neutralidade nas eleições. A Central Única dos Trabalhadores é uma organização da classe trabalhadora e, portanto, ela tem estado em todos os processos da luta de classes e as eleições, ainda que de forma deformada, são uma expressão da luta de classes no país ... Nós sempre defendíamos que a CUT se posicionasse claramente: defendemos que a CUT apoiasse a candidatura de Lula em 89 e perdemos na votação, defendemos que a CUT apoiasse a candidatura do Lula em 94 e perdemos esta votação ... Agora decidiram apoiar um dos candidatos apresentados, o que expressou não uma mudança na concepção daqueles que dirigem a CUT, no sentido de que era necessário que a CUT se localizasse no campo da classe trabalhadora no enfrentamento eleitoral, expressou só um posicionamento de tipo oportunista para apoiar o candidato do partido da maioria dos dirigentes da Central Sindical ou do candidato apoiado pela maioria dos dirigentes da CUT, no caso os dirigentes ligados ao PT e ao PC do B ... Nós propusemos à Plenária que a CUT chamasse o voto nos candidatos dos partidos do campo da classe trabalhadora, no caso o Lula, o Zé Maria e o Rui Costa Pimenta, perdemos a votação. A decisão tomada pela maioria da Plenária foi de apoiar a candidatura do Lula e ponto. Defendemos que a CUT, independentemente do chamado ao voto, que ela aprovasse e apresentasse aos candidatos como exigência da Central Única dos Trabalhadores uma plataforma política que condensasse, que

⁶⁸ Entrevista concedida à autora em junho de 2004.

recolhesse as bandeiras de luta da CUT: a defesa da ruptura com o Fundo Monetário, a defesa do não pagamento da dívida, redução da jornada de trabalho sem redução do salário, reforma agrária, investimento na geração de empregos, na saúde, na educação, na moradia; isto não foi aprovado. O apoio que foi aprovado ao Lula naquela plenária, foi um apoio praticamente incondicional ... Lamentavelmente a história da CUT em relação a essas questões foi de uma posição equivocada, de neutralidade que era defendida anteriormente, para uma posição subordinada a um partido determinado quando resolveu apoiar a candidatura do Lula em 2002.⁶⁹

Ou seja, o que imperou na CUT foi a sua relação com a candidatura eleitoralmente viável. Porque se o princípio era apoiar candidaturas comprometidas com os interesses dos trabalhadores, existiam outras que se enquadravam nesse preceito, e que ainda representavam diretamente os trabalhadores e o sindicalismo. Além de Lula, naquele momento existiam as candidaturas de Rui Costa Pimenta, do PCO, e José Maria de Almeida, candidato do PSTU e também membro da Executiva Nacional da CUT.⁷⁰

A exclusão torna-se ainda mais clara quando se faz referência às demais candidaturas, as de José Serra, Garotinho e Ciro Gomes, explicitando os motivos do não apoio: José Serra representava o continuísmo da política implantada por Fernando Henrique Cardoso; Garotinho e Ciro Gomes significavam uma oposição “populista”. Veja-se a resolução da 10ª Plenária:

O neoliberalismo de FHC trouxe como resultado a diminuição de renda dos trabalhadores, o desemprego, as privatizações com desnacionalização, o aumento da dívida e um crescimento medíocre. A concentração da renda aumentou e hoje disputamos a lanterna dos indicadores sociais. Mas há uma realização ligada à imagem de FHC, que já nos derrotou duas vezes: a estabilidade da moeda – que foi a principal realização da política econômica inspirada no receituário do FMI. A população gostou da queda da inflação e teme sua volta. Aconteceu o mesmo em toda a América Latina e outras regiões do mundo ... O desenvolvimento que os trabalhadores defendem é diferente de um simples aumento dos índices de crescimento da economia acompanhado de programas sociais compensatórios. O país precisa eliminar a exclusão, que é estrutural, distribuindo renda e produzindo os bens que a população precisa consumir. Isto sem abrir mão dos confortos da vida moderna e defendendo a integração soberana do país na economia global. Só Lula reúne as condições para garantir as transformações que o Brasil precisa.⁷¹

⁶⁹ Entrevista concedida à autora em junho de 2004.

⁷⁰ Ver, no anexo do Capítulo 3, os integrantes da Executiva Nacional da CUT da gestão 2000/2003.

⁷¹ 10ª Plenária Nacional da CUT, maio de 2002

As outras candidaturas, tidas como oposição, também não representariam de fato os anseios da população, segundo a CUT:

As outras candidaturas que se dizem de oposição a FHC, além de não estarem efetivamente comprometidas com a maioria, não dispõem de uma base de sustentação popular capaz de enfrentar as pressões conservadoras. Ao contrário, a idéia, tanto de Ciro Gomes como de Garotinho, é chegar ao governo por meio de um pacto com as elites conservadoras e buscando acesso direto aos eleitores, via meios de comunicação de massas, sem qualquer mediação da sociedade organizada, isto é, por meio do populismo (muito à semelhança com o que Collor fez em 1989). Para se colocarem como alternativa à esquerda, enquanto costuram um pacto pela direita, afirmam que a candidatura Lula é incapaz de superar os índices tradicionais de rejeição⁷²

Contraditoriamente a todas essas afirmações, Lula não era o único que poderia representar os interesses dos trabalhadores, mas era o único pertencente à Articulação,⁷³ tendência majoritária da direção da CUT. Portanto, a questão principal articulada não era o apoio a um tipo de governo que pudesse defender os interesses populares, porque existiam outros com propostas ainda mais radicalizadas e também representantes de partidos de esquerda, como os já mencionados: Zé Maria e Rui Costa Pimenta. Ou seja, se a CUT fosse independente dos partidos, como sempre propôs, o apoio a Lula deveria ser estendido a esses dois candidatos.

Nesse sentido, a organização e os interesses de classes ficaram em segundo plano. O que estava em jogo era participar do processo eleitoral com garantias de vitória e permitindo a continuidade dos agentes políticos dessa organização, e ainda tornar-se, em caso de vitória, o elo de ligação direta com o governo federal.

Fiel às resoluções de seus Congressos e Plenárias e aos princípios que nortearam sua fundação – um sindicalismo classista e independente de Estado, partidos políticos e também autônomo em relação aos governos –, a

⁷² Ibidem.

⁷³ “A tendência Articulação surgiu em 1983, a partir do lançamento de um Manifesto contendo 113 assinaturas (que ficou conhecido como Documento dos 113), e tinha como ponto central a construção de um PT de massas, de luta, democrático e com perfil socialista. Ao longo desse período, a Articulação converteu-se não apenas na tendência majoritária do PT e da CUT (ARTSIND), mas também na principal responsável pela elaboração da linha política e sindical implementadas por eles.” SOARES, 2001, p.107.

CUT reafirma seu compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e conclama a Nação Brasileira a votar em *Lula presidente!*

São Paulo, 10 de maio de 2002

*10ª Plenária Nacional
da CUT*

3.3. A CUT e o governo Lula

O que vai significar esse atrelamento? A CUT irá assumir cada vez mais a linha política do governo federal, atrelando-se à lógica governista e perdendo a postura autônoma, tão marcante na sua origem. Os trabalhadores irão perder um referencial de luta, o que pode trazer algumas conseqüências, entre elas a desarticulação do movimento.

A CUT reafirma que é uma central independente do Estado, de qualquer governo e partido, apesar de ter apoiado eleitoralmente a candidatura Lula. Portanto, a extensão desse apoio vai para a esfera do poder federal com a expectativa de que esse governo dê resultados positivos para a população.

O argumento de apoio ao governo Lula favorece a tese de que, como se trata de um governo em disputa, ou seja, a prerrogativa é a disputa pela hegemonia política, a derrota desse governo representaria a derrota da esquerda e o triunfo das forças de direita. Inverte-se a lógica, pois, segundo essa concepção, a direita irá se beneficiar da derrota desse “novo” projeto político. Há, portanto, uma acusação clara, não contra o governo que aplica a política, mas contra os grupos, ou partidos, que a expõem.

Vejam-se trechos desse debate desenvolvido nas resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT, realizado entre 3 a 7 de junho de 2003 no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo:

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 marca um novo e promissor período histórico na política brasileira, após mais de uma década de governos neoliberais que impingiram fortes derrotas ao sindicalismo combativo, através de privatizações, retirada de direitos trabalhistas e sociais, entre outras medidas. A estratégia de atuação da CUT no governo Lula, portanto, não pode ser a mesma utilizada nos governos anteriores ... Os setores mais

conservadores do nosso país ainda não digeriram a vitória de Lula, apesar de alguns conservadores terem apoiado Lula de forma oportunista, como a oligarquia Sarney ... Estes setores serão os primeiros a apostar no fracasso do governo Lula, que, se derrotado no seu projeto estratégico, representará a derrota da grande maioria da população brasileira ... A CUT não é e não será uma extensão do governo Lula e nem de qualquer outro. Por outro lado, participou ativamente do amplo movimento social que contribuiu para a derrota político-eleitoral do neoliberalismo. Nossa relação com esse governo será de afirmação programática no âmbito do mundo do trabalho. Nós nos identificamos com vários itens da plataforma democrática e popular que sustenta as alianças históricas do PT, mas não aceitamos a pecha de *braço sindical* do governo ou do partido.⁷⁴

3.4. 8º Congresso Nacional da CUT

Isso fica muito claro se observarmos os posicionamentos das tendências pró-governo durante o 8º CONCUT. Articulou-se pela manutenção de quase todos os pontos do texto-base, já que praticamente 70% da plenária era favorável aos posicionamentos da tendência majoritária da CUT – Articulação Sindical. Mas o que chamou mais atenção foi a retirada de emendas em que constavam bandeiras históricas de luta da CUT, entre as quais a que apoiava as ocupações do MST e a Reforma da previdência, apesar das críticas esboçadas no texto-base.

A eleição para a escolha da nova direção e do presidente da Central, que ocorreu no dia 7 de junho de 2003, deu vitória à base governista, amparada por uma considerável margem de votos, mas não deixou de polarizar-se nas divergências entre as chapas concorrentes:

Chapa 1 – formada pela Articulação Sindical (Corrente ligada ao PT), Corrente Sindical Classista (CSC – corrente ligada ao PC do B), CUT Socialista

⁷⁴ Documento oficial, 8º Congresso Nacional da CUT, 2003.

e Democrática (CSD – PT), Tendência Marxista (TM – PT) e Sindicalismo Socialista Brasileiro (PSB), tendo Marinho como candidato à presidência.

Chapa 2 – MTS (força hegemônica do PSTU, mas que agrega independentes) e Fortalecer a CUT.⁷⁵

Para chegar à presidência, Marinho enfrentou uma dissidência na central que organizou uma chapa alternativa ontem à tarde. Os movimentos Fortalecer a CUT e MTS, com o apoio do PSTU, resolveram apoiar a candidatura alternativa de Jorge Luís Martins, representante dos sapateiros de Franca. Na discussão das teses, esses grupos defenderam a oposição total às reformas e a retirada da PEC 40, sobre a reforma da previdência. Marinho, porém, já contava com o apoio de mais de 70% dos 2.735 delegados credenciados.⁷⁶

3.4.1. A reforma da previdência e a CUT

Durante o 8º CONCUR estabeleceu-se uma discussão a respeito do ato contra a reforma previdenciária, reforma essa prevista no programa do governo Lula, seguindo com duas argumentações principais. Uma delas provinha dos setores que apoiavam questões pontuais sobre a reforma e que se constituíam majoritariamente, pertencentes a essa linha de apoio do governo federal (Articulação sindical, PC do B), com abordagens que buscavam a não organização da manifestação em Brasília contra a Reforma da Previdência.

Esse setor fez um prognóstico sobre a necessidade de uma reforma previdenciária em função do déficit nas contas públicas. Mas aceitava mudanças pontuais, como a fixação de um teto de 20 salários mínimos; previdência complementar, com a criação de entidades privadas de assistência pública; idade mínima para a aposentadoria, com a manutenção das atuais regras para aqueles que entraram após dezembro de 98 e critério de transição

⁷⁵ *Opinião Socialista*, n.152, p.10.

⁷⁶ *Correio Braziliense*, 8 de junho de 2003.

para os que eram servidores até essa data; e manutenção do princípio de paridade para os atuais servidores,

contudo, que os benefícios ou vantagens salariais novos (não relacionados com reajustes salariais destinados a repor o poder aquisitivo corroído pela inflação) sofram a incidência de contribuições, assegurando o princípio contributivo, cabendo ao órgão previdenciário aplicar o cálculo atuarial para que o novo benefício seja devidamente financiado.⁷⁷

Outro setor contestava essa versão com base nos seguintes dados: não são os funcionários públicos os responsáveis pelo déficit na previdência, mas uma série de fatores como o DRU (Desvinculação dos Recursos da União) e a sonegação. Além disso, a reforma seria fruto de uma exigência do Banco Mundial, além de representar interesses dos fundos de pensão intencionados em garantir uma vasta parcela de servidores atrás da previdência complementar. Em entrevista ao *Correio Braziliense* de 8 de outubro de 2003, o deputado Sérgio Miranda (PC do B – MG), mesmo sendo de um partido da base de sustentação do governo federal, segue essa versão de análise e contesta os números do déficit, declarando que, na verdade, houve manipulação como justificativa de mudança:

Miranda garante que o governo manipula os números quando afirma que a Previdência Social vive a iminência da insolvência ... acusa os idealizadores da reforma, os ministros da Previdência, Ricardo Berzoini, e da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, de apenas buscarem uma forma de engordar os fundos de pensão aos quais tiveram ligação no passado.

Miranda – Eu nunca vi tanta manipulação de números ... Vamos pegar o déficit da Previdência com relação ao PIB. Sabe quais são os valores? Em 2001, eram 3,1% do PIB. Em 2002, 3%. E, agora, 2,6%. Então, o déficit da Previdência não está crescendo. Na verdade, ele está caindo! ... O que essa reforma não é? Não é uma reforma da Previdência. Isso, seguramente, não é. Ela não atinge o Regime Geral, a não ser no teto dos benefícios, coisa que eu defendo. Ela é uma reforma do regime dos

⁷⁷ Documento oficial, 8º CONCURTO, 2003

servidores públicos ... Essa reforma é basicamente uma mudança estrutural, para incorporar os fundos de pensão no regime para o servidor público.⁷⁸

Parece bastante sintomático que o recém-eleito presidente da CUT, Luiz Marinho, em um discurso diga que a CUT poderia participar do ato contra a Reforma da previdência em Brasília, mas que não iria organizá-lo, fazendo as seguintes declarações à imprensa:

Quadro 2

Declarações de Luiz Marinho, presidente da CUT, à imprensa

Veículo	NOTAS
<i>Correio Braziliense</i> , 8 jun. 2003	“Se a CUT fizer uma oposição irresponsável ao governo não estará contribuindo para o futuro do país ... A CUT terá um papel difícilimo de puxar o governo para onde eventualmente ele não esteja indo”, p.6
<i>Correio Braziliense</i> , 12 jun. 2003	“No final do dia, ele deu um alento ao governo ao declarar-se contra a greve proposta por algumas organizações sindicais e ainda desdenhar da passeata, deixando transparecer que reina no movimento sindical a mesma divisão que impera na bancada petista. Marinho foi direto, ao se referir à proposta de paralisação. ‘Não temos ainda mobilização suficiente’ afirmou o presidente da CUT logo depois de audiência com ministros no Palácio do Planalto”, p.2
<i>Correio Braziliense</i> , 26 jun. 2003	“O presidente da central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, disse ontem que a entidade não apoiará greves contra o projeto da reforma da Previdência. Segundo ele, a entidade terá respeito e será solidária aos movimentos divergentes, mas se manterá neutra na questão, apostando na negociação com os congressistas ... ‘Não podemos simplesmente ter uma bandeira contrária às reformas, e essa é a posição da CUT’, disse”, p.6

Fonte: dados agrupados pela autora.

3.4.2. O governo da República e a presidência da Central Única dos Trabalhadores

⁷⁸ *Correio Braziliense*, 8 out. 2003, p.4.

Note-se que a votação para escolha do presidente da CUT, que ocorreu durante o 8º Congresso da CUT, somente foi realizado em *junho* de 2003, mas já se tem um pronunciamento do presidente da República indicando a candidatura para eleição em uma Central Sindical. Veja-se esta reportagem, publicada pelo jornal *Correio Braziliense* no dia 29 de *janeiro* de 2003:

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, aceitou a sugestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vai se candidatar à presidência da maior entidade sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ... Caso assuma a presidência da CUT, Marinho poderá fortalecer a entidade para que ela tenha um papel estratégico na negociação do novo contrato social defendido pelo presidente.⁷⁹

Um presidente da República, uma semana antes da votação para a escolha da nova executiva da CUT durante o seu Congresso Nacional, declara que o novo presidente da CUT poderia ser Luiz Marinho. Mesmo sabendo que a correlação de forças presentes no Congresso lhe era favorável, o que daria a vitória à tendência majoritária, a Articulação Sindical, pressupõe-se que a CUT passou a ser o braço sindical do governo federal. Daí o questionamento: até que ponto a falta de autonomia pode prejudicar a luta dos trabalhadores? José Maria de Almeida,⁸⁰ em depoimento à autora, faz uma avaliação esclarecedora sobre essa questão:

Zé Maria – Olha, a primeira consequência é de que um dos principais instrumentos, se não o principal instrumento que a classe trabalhadora construiu nos últimos trinta anos para enfrentar a exploração capitalista e para buscar construir condições dignas de vida para o povo está perdido. São duas grandes organizações que a classe trabalhadora construiu nos últimos trinta anos no nosso país: o PT, enquanto organização político-partidária e que se perdeu completamente, hoje chefia o governo que aplica o programa do FMI no país, e a Central Única dos Trabalhadores, que é o maior movimento social do país e que hoje se transforma no instrumento do PT para aplicar esta política do Fundo Monetário Internacional contra a classe trabalhadora, evidentemente isso traz um prejuízo, a força que o governo Lula tem neste momento para aplicar um programa econômico que nem o FHC conseguiu aplicar: a Reforma da Previdência que o Lula fez e que o FHC tentou fazer e não teve força, a flexibilização trabalhista que o Lula se prepara para fazer com a Reforma Sindical, com o apoio das centrais, o FHC tentou fazer menos da metade disto e não conseguiu, pela resistência das centrais sindicais. Então, a força que o

⁷⁹ *Correio Braziliense*, 29 jan. 2003. A votação para escolha do Presidente da CUT, que ocorreu durante o 8º Congresso da CUT, realizou-se em junho de 2003.

⁸⁰ As entrevistas completas de José Maria de Almeida e Luiz Marinho estão no anexo do Capítulo 3.

Lula tem é justamente a subordinação dessas organizações dos trabalhadores à sua política ... Então, nós vivemos num país ao mesmo tempo em que se dá esta situação dramática, em que as principais organizações se bandeiam de malas e bagagem para as trincheiras do inimigo...

São muitas as evidências de que as hipóteses levantadas neste trabalho, formuladas com base na concepção da relação política entre PT e CUT durante o pleito eleitoral de 2002, segundo as quais essa relação interfere na base partidária e sindical. As hipóteses serão mais bem avaliadas posteriormente, após o destaque do próximo capítulo, que focaliza o projeto da Reforma Sindical, as suas conseqüências e o seu embasamento sobre o pressuposto de subordinação da Central Única dos Trabalhadores.

CAPÍTULO 4

A reforma sindical: atrelamento da CUT ao projeto político do governo federal

No programa do Governo Lula está diagnosticada a necessidade de uma reforma na legislação trabalhista, construída a partir de um Fórum Nacional do Trabalho e orientada em uma formulação tripartite, reunindo os três pilares que são: empregador, trabalhador e governo.

Em 2004 foi realizada a sistematização dos consensos obtidos durante o Fórum Nacional do Trabalho (março de 2004), a ser encaminhado ao Congresso Nacional em forma de PEC (Proposta de Emenda Constitucional). O objetivo desta parte do trabalho não consiste em prever os resultados obtidos na aprovação e no texto final do que será a Reforma Sindical e Trabalhista, mesmo porque trata-se ainda de um projeto, mas descrever o posicionamento da Central Sindical mencionada no que se refere às mudanças das relações entre sindicato, governo e patronato. Para isso, serão utilizados trechos destacados do relatório final.

De que forma a construção da chamada Reforma Sindical é entendida como um elemento que vincula, cada vez mais, o fator de desmobilização e transfere o poder de decisão para o governo, com a conformidade da cúpula da CUT? Não se mencionará, aqui, o papel já conciliador da Força Sindical, porque esse não é o propósito desta análise, apesar da participação dessa central nos fóruns de discussões.

É necessário considerar, de acordo com a trajetória do novo sindicalismo, como já debatido em páginas anteriores, que um dos objetivos na organização da CUT seria o não atrelamento do movimento ao Estado.

Pressupõe-se que a independência de uma organização dos

trabalhadores é fundamental para que seus direitos sejam preservados e o propósito de luta seja mantido. Afinal, uma suposta relação com um partido que representa a classe trabalhadora pode se tornar um obstáculo na organização da classe, na medida em que se acredita estar lutando contra o seu próprio representante.

Existe uma forte relação entre as reivindicações do início da década de 1980 e a reforma sindical e trabalhista. Propostas semelhantes, mas com objetivos, hoje, que fazem retroceder os direitos trabalhistas: um dos objetivos do FNT é “inibir a proliferação e a pluralidade sem ferir a liberdade sindical (com base em critérios de representatividade estabelecidos em lei)”.

O elemento chave dessa reforma é que ela utiliza reivindicações dos próprios trabalhadores e de sindicalistas da CUT como coadjuvantes na implementação de uma reforma que visa retirar o poder de mobilização dos sindicatos. À primeira vista parece ser bastante progressista, afinal, graças às lutas anteriores tem-se um prognóstico sobre a necessidade da reforma sindical “desejada”. Uma das modificações extraídas do consenso refere-se ao enquadramento da organização sindical por setores econômicos e ramos de atividades e não mais por categoria, em contraposição ao Decreto 24694/34, que transfere para o sindicato o pressuposto da defesa da profissão. Tem-se a ampliação dos segmentos organizados pelo sindicato, portanto, descontextualizando o restante da legislação, esse seria um fator positivo, pois representaria todos os trabalhadores do setor. Luiz Marinho, atual presidente da Central Única dos Trabalhadores e articulador favorável à reforma, faz o seguinte prognóstico:

Esta reforma representa uma velha bandeira de luta da CUT, a que defende a autonomia e liberdade sindical. Acho que, ainda que não contemple em 100% tudo o que

historicamente vínhamos defendendo, ela é a possível e significará um avanço nas relações capital-trabalho e na forma de atuação dos sindicatos. A legislação que regulamenta hoje as entidades sindicais, além de mantê-las atreladas ao Estado, permite a existência de organizações de fachada, que nada fazem de efetivo para atender as demandas de seus representados. Com a nova configuração da estrutura sindical, que está sendo discutida no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, somente vão sobreviver os sindicatos que realmente terão representatividade e que serão respaldados pela base.⁸¹

4.1.Pluralismo sindical e unicidade sindical: contextos históricos diferentes e o mesmo significado

Veremos que a “des”organização dos sindicatos vai se dar de uma forma bastante sutil, especialmente quando toca o ponto da “escolha” pela exclusividade de representação na base. Veja-se o texto do projeto:

- O sindicato que optar pela exclusividade de representação terá 36 (trinta e seis) meses, a partir da vigência da nova legislação, para comprovar a sua representatividade, que será igual ou superior a 20% de sindicalizados entre os trabalhadores empregados em sua base de representação. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, a depender da análise de desempenho de seus índices de sindicalização pela Câmara Bipartite do Conselho Nacional de Relações do Trabalho. Ao término desse período, o não cumprimento dos critérios de representatividade resultará:
- Na perda da exclusividade de representação, podendo nessa base ser constituído mais de um sindicato; e/ou
- Na perda de suas atribuições sindicais, caso o sindicato não esteja vinculado, por meio da representatividade derivada, a uma entidade sindical de grau superior reconhecida;
- A Secretaria de Relações do Trabalho – SRT poderá, com base na análise dos critérios objetivos estabelecidos em lei e após consulta à Câmara Bipartite do Conselho Nacional de Relações do Trabalho, cancelar a prerrogativa da exclusividade de representação do

⁸¹ Luiz Marinho, em entrevista à autora em junho de 2004. A íntegra dessa entrevista encontra-se no anexo do Capítulo 4.

sindicato que descumprir as normas estatutárias ou não alcançar os critérios de representatividade.

O argumento para o critério de representatividade estaria vinculado ao grande número de sindicatos. Um dado significativo, revelado em pesquisa divulgada pelo *Correio Braziliense* do dia 3 de outubro de 2002, mostra que apesar de se verificar um aumento no número de sindicatos, o número de sindicalizados não cresceu na mesma proporção:

O número de sindicatos de trabalhadores no Brasil cresceu 49,16% entre 1991 e 2001. No mesmo período, as organizações patronais avançaram 28,7%, informa a Pesquisa Sindical divulgada ontem no Rio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1990, havia 15,4 milhões de trabalhadores sindicalizados. Em 2001, eram 19,6 milhões de pessoas, o que representa um crescimento de 27,3%. Mesmo assim, as associações de empregados têm baixa representatividade. Apenas 29% das 15.963 organizações existentes em 2001 tinham mais de mil associados.⁸²

Entretanto, aqui se nota o contra-senso, pois quando se fala em exclusividade retorna-se à antiga discussão entre *pluralismo sindical* – que, nesta análise, refere-se à decisão pela base da organização sindical – e *unicidade sindical*. O contra-senso está na imposição do pluralismo sindical, criando uma enorme dificuldade para que se reúna a porcentagem exigida na representação. No período marcado pela eclosão do novo sindicalismo, a reivindicação do pluralismo tinha a ver com uma tática política de luta contra os *pelegos*, pois a lógica da unicidade estava embasada no atrelamento do sindicato ao governo e, nesse sentido, o pluralismo significava a desvinculação do sindicato ao Estado.

Ou seja, naquele momento, o pluralismo sindical seria um elemento a mais de organizações sindicais contrárias ao Estado, daí a legalização de um único sindicato por profissão. Agora, temos um movimento contrário no sentido do pluralismo, porém, da mesma forma que o anterior, direcionado pelo Estado.

4.2. A legalização das centrais sindicais

Esse atrelamento será demonstrado em um outro ponto do projeto de reforma: a existência legal das centrais sindicais. O que se questionava no modelo sindical anterior? A análise foi muito bem elaborada por Sérgio Amad Costa, em sua pesquisa sobre como se deu o controle sindical pelo Estado no Brasil, a partir do governo de Getúlio Vargas:

⁸² *Correio Braziliense*, 3 out. 2002.

O fato é que, dentro do modelo apresentado de enquadramento sindical, o sistema de representação profissional estava formado, separando os trabalhadores por categoria profissional e dispoendo as entidades em uma estrutura vertical: sindicatos, federações e confederações, correspondente à mesma categoria profissional. Dentro deste contexto, não poderia haver organizações sindicais horizontais que aglutinassem trabalhadores de várias categorias profissionais distintas. Evidentemente, tal proibição visava reduzir o poder de barganha dos trabalhadores, na medida em que suas reivindicações eram feitas sempre de forma separada e vinculadas, especificamente, à questão da própria categoria profissional a que pertencessem. (Costa, 1986, p.167)

Portanto, a possibilidade de legalizar as centrais significa, em princípio, que a luta dos trabalhadores e dos setores que organizaram a CUT foi vitoriosa, justificando-se pela lei a existência dessa Central para o conjunto da classe. Mas aí existe um contra-senso. Veja-se este depoimento dado à autora por um sindicalista e membro da executiva da CUT-SP, Dirceu Travesso:

A legalização das centrais é uma vitória inquestionável dos trabalhadores, se bem que ela traz em si uma contradição. Porque de fato as centrais, hoje, apesar de não legalizadas no aspecto jurídico formal, politicamente conquistaram a partir das lutas e das mobilizações o direito de existência ... a era Vargas quando concebeu os sindicatos dava a organização, mas tentava quebrar, tentava criar burocracias fragmentadas e não algo que chegasse na consciência de classe, no máximo a defesa dos interesses imediatos e não a defesa das reivindicações históricas, da consciência de classe em si e a classe para si, parava no "em si" que era de defender as reivindicações imediatas. Por isso, a não existência das centrais, porque a central dá a dimensão, não de uma luta específica, de uma categoria, mas da luta do conjunto da classe trabalhadora. Então, neste sentido discutir hoje a legalização das centrais é uma vitória da classe trabalhadora deste país. A

contradição que tem é que essa vitória, ela é introduzida na legalidade exatamente no sentido de atacar uma concepção de classe ... Qual é a contradição? Quando você avança para conquistar uma Central do ponto de vista legal, essa legalização se dá não para conquistar aquilo que nós precisávamos, de recompor uma consciência de classe do conjunto, mas o inverso, para atacar isto e implantar uma concepção de colaboração de classe. Não de organização, não de direito de greve, mas negociação, parceria...⁸³

4.2.1. A legalização das centrais e a perda de autonomia dos sindicatos

A Central Sindical passa a ser legalizada, mas, com um propósito de controle dos sindicatos pela cúpula sindical, sinalizado já no projeto da reforma. Afinal, essa proposta insere a prerrogativa de que, com a legalização das centrais, estas passam a ser as responsáveis pelas negociações coletivas. Na verdade, com essa cláusula o sindicato perde a autonomia e sua principal função, que é a organização da classe por ele representada e a autonomia na negociação, transferindo esse poder para as centrais. As cláusulas em negociação somente poderão ser alteradas mediante autorização das centrais. Ou seja, a decisão na negociação será transferida à cúpula da Central, e uma central sindical como a CUT, que é diretamente vinculada ao governo federal, poderá colocar em discussão assuntos pertinentes ao programa de governo, como a legislação trabalhista:

- As negociações de nível superior, quando existirem, deverão indicar as cláusulas que não podem ser modificadas em nível(eis) inferior(es), observadas as peculiaridades de cada âmbito de representação e de empresas.

É curioso mencionar o fato de que o Decreto-Lei 229,⁸⁴ de 28 de fevereiro de 1967, tem como princípio a obrigatoriedade da negociação, assim como estabelece o texto do consenso da Reforma Sindical. Nesse sentido, convém assinalar uma importante passagem de Boito Jr. (1991), em *Sindicalismo de Estado no Brasil*:

O Decreto-Lei nº 229 impôs a novidade da irrecusabilidade à negociação coletiva ... Se ocorre a recusa, o Departamento Nacional do Trabalho ou a Delegacia Regional do Trabalho, à qual está submetido o sindicato prejudicado, convoca, compulsoriamente, o sindicato patronal ou a

⁸³ Dirceu Travesso, em entrevista concedida à autora em junho de 2004. A íntegra dessa entrevista encontra-se no anexo deste capítulo.

⁸⁴ Art. 616 – “Os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva”. Decreto-Lei 229/67.

empresa recalcitrante. A garantia de execução do contrato, acordo ou convenção, provém do fato de que, uma vez registrado numa Delegacia Regional do Trabalho, *o contrato tem força de lei*. Já tínhamos visto que o sindicato de Estado detém capacidade tributária. Vemos, agora, que ele detém, também, como parte que é do próprio aparelho de Estado, capacidade normativa.⁸⁵

Além de legalizadas, as Centrais Sindicais também terão de aderir à percentagem de representação sindical, segundo estes critérios:

- As Centrais Sindicais serão reconhecidas mediante o cumprimento de 3 (três) dos 4 (quatro) critérios estabelecidos, combinando os seguintes requisitos:
- A Central Sindical deverá contar com sindicatos reconhecidos em pelo menos 18 (*dezoito*) Estados da Federação, contemplando as cinco regiões do País;⁸⁶
- Dentre os 18 (*dezoito*) Estados da Federação com representação da Central Sindical, em pelo menos 9 (*nove*) a soma dos trabalhadores empregados sindicalizados nos sindicatos pertencentes à Central Sindical deve ser igual ou superior a 15% da soma dos trabalhadores empregados em cada um desses Estados;
- A soma dos trabalhadores empregados sindicalizados nos sindicatos pertencentes à Central Sindical deve ser igual ou superior a 22% da soma dos trabalhadores empregados nas bases de representação de seus sindicatos;
- Em pelo menos 7 (*sete*) setores econômicos, previstos na legislação, a soma dos trabalhadores empregados sindicalizados nos sindicatos pertencentes à Central Sindical deve ser igual ou superior a 15% da soma dos trabalhadores empregados em cada um desses setores econômicos em âmbito nacional.⁸⁷

De acordo com essa concepção, a CUT não teria se formado caso tivesse de se encaixar nesse grau de representatividade à época de sua organização. Afinal, em seu primeiro congresso, em 1984, a CUT estava implantada em 13 estados e 26 Regionais.⁸⁸ A proposta confere, portanto, a prerrogativa de limitar a organização das centrais às que já existem.

⁸⁵ BOITO JR., 1991, p.48, grifos nossos.

⁸⁶ Grifo nosso, nesse parágrafo.

⁸⁷ Trecho extraído do Consenso/FNT.

⁸⁸ Dados encontrados em documentos oficiais do I CONCUR.

4.3. O sindicato e o pacto social

Outro ponto a ser destacado, e que também vai interferir no projeto de autonomia sindical e na independência das agremiações frente ao governo, são as Câmaras Setoriais. Estas ainda representam um pacto classista, condição que pressupõe o sindicato como órgão de colaboração.

As duas Câmaras Bipartites, uma com representantes das centrais e do governo, e a outra com representantes do patronato e do governo, serão organizadas no Conselho Nacional de Relação do Trabalho, que possui atribuições no Legislativo,⁸⁹ devendo ter a prerrogativa de uma representação triparte, o que significa que a discussão sobre direitos dos trabalhadores não será obra somente do governo, mas também do patronato.

4.4. O sindicato e a sua sustentação financeira

O outro destaque diz respeito ao elemento financeiro, que em tese seria um importante mecanismo de desatrelamento do sindicato, se não fosse obrigatório, mas inserido na prática do convencimento de que o sindicato deve ser um instrumento organizado pela base. Segundo o Decreto-Lei 1402/39, baixado no governo de Getúlio Vargas, a renda e a maneira de utilização dos recursos do sindicato seriam controladas pelo Ministério do Trabalho. Após as greves do ABC paulista na década de 1970, o novo sindicalismo adotou uma posição bastante crítica com relação à contribuição sindical, e existe no projeto a indicação de sua extinção. Veremos, no entanto, que o Imposto Sindical somente vai mudar de nome, pois a sua essência continuará a mesma.

No modelo anterior, foco da crítica da Central Sindical, existia o Imposto Sindical obrigatório – regulamentado pelo Decreto-Lei 2377, de 1940 –, mas ele não vinha acompanhado do estímulo à filiação. O sindicato, o ministério, as federações e confederações recebiam uma porcentagem da contribuição, e em contrapartida os trabalhadores não vinculavam a contribuição à sua

⁸⁹ Atribuições do Conselho: Propor diretrizes de políticas públicas e avaliar programas e ações governamentais no âmbito das relações de trabalho; Subsidiar a elaboração de pareceres sobre projetos legislativos, na área de relações de trabalho, em tramitação no Congresso Nacional; ... Examinar em segunda instância as contestações e indeferimentos de pedidos de Registro Sindical; Revisar, a cada 8 (oito) anos, os critérios de aferição da representação das entidades sindicais; ... o procedimento de cobrança e comprovação do repasse dos valores da contribuição negocial. Trecho extraído do Consenso/FNT.

participação na luta e organização do sindicato. Não existia a obrigatoriedade na filiação, mas era compulsória a contribuição, e o resultado na negociação não dependia da participação do trabalhador. Veja-se, no projeto de reforma sindical, a proposta de contribuição:

- **Contribuição Associativa:**
A cobrança de Contribuição Associativa, cujo valor deve ser fixado em Assembléia ou Conselho segundo o princípio da razoabilidade;
- **Contribuição Negocial:**
A Contribuição Negocial de periodicidade anual vinculada à negociação coletiva será recolhida de todos os trabalhadores beneficiados por acordo coletivo, independentemente de filiação sindical;
- Os recursos provenientes da Contribuição Negocial serão destinados ao custeio dos Sindicatos, Federações, Confederações, Centrais Sindicais e do Fundo Solidário de Promoção Sindical, devendo ser fixados em lei os percentuais correspondentes a cada nível de representação e ao Fundo;
- Quando a entidade sindical que recolher a Contribuição Negocial não estiver vinculada a uma entidade de nível inferior e/ou superior, os percentuais correspondentes a esses níveis de representação serão destinados ao *Fundo Solidário de Promoção Sindical*;⁹⁰
- O recolhimento da Contribuição Negocial será feito em folha de pagamento, garantindo-se automaticamente o repasse para cada nível de representação sindical, conforme a atual sistemática de recolhimento e repasse da Contribuição Sindical (Imposto Sindical);
- Os percentuais de repasse para as entidades sindicais e para o Fundo Solidário de Promoção Sindical serão os seguintes:

Tabela 14

⁹⁰ Os grifos, nesse parágrafo, são nossos. “Caberá ao Fundo Solidário de Promoção Sindical custear as atividades do Conselho de Relações do Trabalho, bem como os programas de valorização da organização sindical, programas de estudos, pesquisas nas áreas da economia, saúde dos trabalhadores, meio ambiente e de relações de trabalho.” Trecho extraído dos Consensos/ FNT.

	%
	10%

	5%
Federações	10%
Sindicatos	70%
Fundo Solidário	5%

Fonte: dados agrupados pela autora.

4.5. Reforma sindical e perda de autonomia da organização da classe trabalhadora

A análise do projeto de reforma sindical é bastante elucidativa, na medida em que vincula os consensos obtidos no FNT com a cúpula da CUT e do governo federal. Restringe a organização sindical apenas ao âmbito economicista, retirando o conteúdo político da Central. Dirceu Travesso, membro da executiva da CUT-SP, faz esta análise:

Acho que a Reforma Sindical é, na verdade, uma tentativa de adaptação da estrutura sindical ao projeto neoliberal, a flexibilização de direitos, ou seja, os sindicatos passam a ser não a organização da classe trabalhadora, mas uma centralização de especialistas “em negociação”, numa estrutura hierarquizada sem democracia, sem organização de base, onde o que vai contar são aparatos, com financiamento de várias formas, com a intervenção do dedo do Estado dirigindo para os patrões ... Essas contradições que vinham, em vez de avançar no sentido da liberdade de organização, do direito de greve, para a defesa de uma concepção de classe, elas vão no sentido inverso,

elas vão desmontar qualquer possibilidade de organização de classe, com soberania e autonomia da base e vão para uma concepção policlassista, de cidadania, em torno de uma centralização na mão de uma burocracia pequena, que controla pelo poder econômico e pela representação conseguida contraditoriamente também pelo aparato de Estado, porque esta Reforma Sindical vem imposta a partir do governo Lula para privilegiar fundamentalmente as direções que têm um vínculo, eles se subordinam a esta política que o governo tem levado, de adaptação completa e de subordinação ao projeto neoliberal.⁹¹

Luiz Marinho, atual presidente da Central, vai no sentido contrário a essa afirmação. Segundo ele,

E este modelo de estrutura, acompanhando dos conceitos de liberdade e autonomia sindical, do fim das taxas compulsórias, e de regras mínimas para a criação de sindicatos – baseadas em percentual mínimo de trabalhadores sindicalizados –, foram propostas da CUT que o governo incorporou e que estão em debate no Fórum Nacional do Trabalho. No entanto, a nossa Central teve que abrir mão de alguns pontos do projeto que defendíamos, uma vez que outros segmentos que integram o FNT, entre representações de trabalhadores e de empresários, têm propostas diferentes das nossas. Assim, na minha avaliação, se a reforma sindical não é a que sonhamos, ela é a possível e representa um avanço em relação ao atual e decadente modelo existente. Finalmente, para a CUT, é importante ressaltar a sensibilidade do governo em agilizar este processo de reforma sindical. Aí sim, tivemos influência e conseguimos abrir espaço para colocá-la em primeiro plano. Ou seja, neste sentido, a CUT influenciou o governo e não o contrário.⁹²

A argumentação baseia-se no fato de que, mesmo colocando em pauta antigas reivindicações, mantém-se o vínculo da entidade sindical com o governo federal, com a convivência da cúpula sindical. A estreita relação da CUT com o PT, agora no Governo Federal, pode levar a um processo de desmobilização.

Tinha-se a perspectiva de um sindicalismo desvinculado do Estado, como aponta Sérgio Amad Costa (1986) em *Estado e controle sindical no Brasil*. O autor refere-se ao sindicalismo de Estado, tão propalado em fins da década de 1970 e substituído pelo novo sindicalismo, e que agora encontra refúgio e uma piorada versão, pois adquire um traço de desmobilização ainda mais presente, neste projeto de Reforma Sindical.

⁹¹ Dirceu Travesso, em entrevista concedida à autora em junho de 2004.

⁹² Luiz Marinho, em entrevista concedida à autora em junho de 2004.

A estrutura sindical oficial brasileira tem início com o Decreto-Lei nº 19.770, de março de 1931, conhecido como ‘lei de sindicalização’ – válido tanto para os empregados quanto para os empregadores –, com o objetivo inequívoco, embora não confessado, de desmobilizar o avanço das lutas operárias... (Costa, 1986, p.7)

A estrutura sindical brasileira tem suas origens no Decreto-Lei 19.770, de março de 1931 – Sem dúvida alguma, é neste momento que se inicia em nosso país o controle do Estado sobre os sindicatos (não sobre todos os sindicatos, pelo fato de o sindicalismo oficial ter sido facultativo). (Ibidem, p.64)

Vale mencionar que o sindicalismo implantado por Vargas representou não somente o controle do Estado na esfera sindical, mas a inserção de setores antes marginalizados, entendendo que a lógica do Estado-protetor consistia em amortecer o conflito de classes. Contudo, o que se presencia é o oposto, com a manutenção do vínculo estatal, embora em um discurso democrático, elaborado com o objetivo de flexibilizar esses mesmos direitos. Boito Jr. (1991) faz referência ao sindicalismo de Estado com um sentido ideológico, de Estado protetor característico da era Vargas, ou, como o autor prefere classificar, como manifestação da ideologia populista. Entretanto, continua-se verificando a atuação do Estado no sindicato, mas num movimento contrário, no sentido de ser um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores:

Desorganizar os trabalhadores significa organizá-los sob a direção política da burguesia. No caso de sindicalismo de Estado brasileiro, isso possui duas implicações. De um lado, implica subordinar a luta sindical reivindicativa ao interesse político geral da burguesia ... Dito de outro modo, implica separar a luta sindical reivindicativa da luta revolucionária, isto é, da luta por um poder democrático-popular que inicie um processo de transição ao socialismo (Boito Jr., 1991, p.225)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou mostrar dois posicionamentos teóricos a respeito da ação do partido político como instrumento de organização e de sua inserção no campo sindical. Um que compreenderia a reforma gradual do Estado como caminho de transformação social, e outro que optaria pela via da ruptura. Nesse sentido, o eixo de análise focaliza o processo eleitoral como tática política, sendo mais um instrumento de luta, ou, em muitos casos, como estratégia, o que significa o objetivo final para se chegar ao poder político. Portanto, dois elementos relacionados e condicionados às duas lógicas políticas.

Nessa perspectiva, o projeto de adaptação institucional responde, em grande medida, aos imperativos do processo de reestruturação política e social dos diferentes atores, confrontados em um ideal que igualiza a todos.

Essa questão é aqui observada no caso brasileiro e, especificamente, em um governo caracterizado pelas prerrogativas de esquerda, originado em um cenário de confronto e relacionado diretamente à organização sindical. O estudo se enriquece por ver aplicadas as variáveis teóricas, permitindo, assim, verificar as implicações de um projeto político implantado posteriormente às prerrogativas institucionais.

A utilização do movimento sindical pelo partido político no processo eleitoral, sem o sentido de preparar politicamente os agentes sociais responsáveis pelo direcionamento das mudanças, aprofunda ainda mais a crise do movimento sindical, na medida em que os principais instrumentos de luta deixam de representar um setor social.

A análise do material empírico permitiu constatar as hipóteses que foram levantadas de início como resposta a esse problema, ou seja: (i) que a crise sindical e partidária das organizações de esquerda é reflexo de um processo de luta pelo poder que se reconfigura através do discurso ampliado, retirando de foco a divisão da sociedade em classes; e (ii) que o poder político, consubstanciado através da via eleitoral, provoca um reflexo direto na base sindical e partidária.

Estabeleceu-se um parâmetro marcado pelas trajetórias do partido e da central sindical, refletindo o momento em que essa relação seria benéfica para

a luta dos trabalhadores e o seu papel na luta de classe, como instrumento direcionador.

Nesse sentido, o cenário de ação do objeto de análise foi organizado segundo dois momentos distintos: a origem, marcada em uma fase de crise do regime militar e ascenso do novo sindicalismo, colocando em pauta a ação política da classe trabalhadora; e depois no período eleitoral de 2002, quando se denota o enquadramento do partido e da Central Sindical no compasso do sistema. Em um primeiro momento temos a confrontação com o modelo econômico capitalista, e, no outro, a adaptação institucional.

A eleição sustentou a tese de que a luta política e a luta econômica permaneceram fragmentadas na democracia burguesa. Portanto, o sufrágio eleitoral demonstrou essas contradições ao pôr em destaque o vínculo estabelecido nessa relação e a atuação posterior da Central, objetivada não pela organização dos trabalhadores, mas pelo favorecimento do projeto político do partido.

Tem-se a seguinte situação: a CUT, ao optar pelo apoio à candidatura Lula, não o fez como uma decisão referendada pelo significado de ser ele o representante da classe trabalhadora, uma vez que naquele momento existiam outras candidaturas de esquerda, mas definiu-se assim por ser essa a escolha política do Partido dos Trabalhadores.

Já no governo federal, a CUT acaba se tornando um braço sindical do governo Lula e toda a luta pela autonomia sindical e independência política dos trabalhadores se torna sua refém, prevalecendo o projeto do governo em detrimento da própria classe.

Avaliou-se, nesta pesquisa, que as modificações no mundo do trabalho, consubstanciadas pela terceirização e pela flexibilização dos direitos trabalhistas, refletiram-se no processo de burocratização e na crise da organização sindical. E nesse contexto vêm inserir-se as reformas no campo trabalhista e sindical que o atrelam ao instrumento normativo do governo federal.

O posicionamento da Central em relação às mobilizações contra a Reforma da Previdência, assim como a sua atuação no projeto sobre a Reforma Sindical, demonstram que a organização dos trabalhadores foi relegada a segundo plano. Priorizou-se a lógica partidária estabelecida numa concepção eleitoral e organizada dentro de um projeto de governo. A classe perdeu, assim, seu maior instrumento e o seu referencial de luta.

Esta pesquisa consolida, também, a tese de que a relação pós-eleitoral partido/classe teve efeitos desmobilizadores sobre a base sindical e partidária.

No quadro dessas análises é que o estudo aqui finalizado pretendeu desvendar o significado da hipótese inicial e, portanto, referendá-la: a utilização dos sindicatos pelos partidos políticos no pleito eleitoral tem influência sobre a crise sindical e interfere na sua relação com a estrutura partidária. O partido deixa de lado as clivagens de classe que lhe deram origem no momento em que reduz o seu campo de atuação para o pleito eleitoral e converge as suas forças para a conquista do poder.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do estado. Editorial Presença Portugal, Lisboa.
- ALMEIDA NETO, E. Brasil: reforma ou revolução?. Cadernos Marxistas, PSTU, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil. Editora Ensaio/ Cortez Editora, SP, 1990.
- _____. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Cortez Editora, SP, 1999.
- _____. A Rebeldia do Trabalho - O Confronto Operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Editora da UNICAMP, 1992.
- ANTUNES, Ricardo C. & NOGUEIRA, Arnaldo. O que são Comissões de Fábrica. Editora brasiliense, SP, 1981.
- AZEVEDO, C. B. de. A estrela partida ao meio - ambigüidades do pensamento petista. Livraria e Editora Entrelinhas, SP, 1995.
- BERNSTEIN, Eduard. Socialismo Evolucionário. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1964.
- _____. Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1976.
- BOBBIO, N. Direita e Esquerda - Razões e significados de uma distinção política. Editora Unesp, 1995.
- BOITO JR., Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil - Uma análise Crítica da Estrutura Sindical. Editora da UNICAMP, SP, 1991.
- BOTTOMORE, Tom (edit.). Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor, RJ, 1988.
- BROUÉ, P. El Partido Bolchevique. Editorial Ayuso, 1973.
- CANETTI, Elias. Massa e Poder. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

- CERRONI, Umberto. "Para uma Teoria Del Partido Político", in: Teoria Marxista Del Partido Político - Cuadernos de Pasado y Presente 7, México, 1987.
- CORRÊA, Hércules. Classe Operária e seu Partido: Textos Políticos do Exílio. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- COSTA, Sérgio Amad. Estado e Controle Sindical no Brasil. T. A. Queiroz Editor, SP, 1986.
- _____. O C.G.T. e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960 - 64). Editora do Grêmio Politécnico, SP, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci - Um estudo sobre seu pensamento político. Editora Campus, RJ, 1989.
- DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil - 1961-1964. Editora Vozes, RJ, 1986.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.
- FAUSTO, Ruy. Marx: Lógica e Política. Editora 34, SP, 2002.
- FOOT, Francisco (edit.) e outros. A Questão do Partido. Kairós Livraria e Editora, SP, 1978.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História dos Partidos Políticos Brasileiros. Alfa-Omega, SP, 1980.
- GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. Pra que PT - Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores. Ed. Cortez, SP, 1989.
- GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. CUT - ontem e hoje - O que mudou das origens ao IV CONCURT. Vozes, SP, 1991.
- _____. CUT, por dentro e por fora. Vozes, RJ, 1991.
- _____. Para onde vai a CUT?. Scritta, SP, 1993.
- GIDDENS, Anthony. A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas. Zahar Editora, RJ, 1975.
- GORZ, André - Metamorfoses do Trabalho - Crítica da Razão Econômica. Annablume editora, São Paulo, 2003.
- GOUNET, Thomas. Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel. Boitempo, SP, 1999.
- GRANT, Ted. Rusia: De la Revolución a la Contrarevolución - Un análisis marxista. Fundación Federico Engels, Madrid, 1997.

- _____. Razon y Revolucion - Filosofia marxista y ciencia moderna. Fundación Federico Engels, Madrid, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos - O breve século XX 1914-1991. Companhia das Letras, SP, 1995.
- KECK, Margaret E. PT. A Lógica da Diferença - O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira. Ed. Ática, SP, 1991.
- KUCINSKI, Bernardo. Abertura, a história de uma crise. Ed. Brasil Debates, SP, 1982.
- LÊNIN, V. I. Sobre os Sindicatos. Editora Polis, SP, 1979.
- _____. Democracia Socialista. Edições Avante, Lisboa, 1975.
- _____. La Bancarrota de la II Internacional. Casa Editora, Tirana, 1980.
- _____. Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo. Global Editora, SP, 1981.
- LOSOVSKY, D. (s/d) Marx e os sindicatos. Ed. Anita Garibaldi, SP.
- LUXEMBURGO, Rosa e LÊNIN, V. Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?. Ched Editorial, São Paulo, 1981.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução. Editora Expressão Popular, SP, 2001.
- _____ . Greves de Massas, Partido e Sindicatos. Centelha, Coimbra, 1974.
- MAMAN, Armando (Jornalista responsável). Tudo sobre a I CONCLAT: à caminho da Central Única. Editora do Grêmio Politécnico, SP.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. Editora Hucitec, SP, 1989.
- MARX, K. e ENGELS, F. O partido de classe. Publicações Escorpião, Porto, 2 vols, 1975.
- _____. A Ideologia Alemã. Editora Martins Fontes, SP, 2001.
- _____. Sindicalismo. Ched Editorial, SP, 1980.
 - MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. Editora Martins Fontes, SP, 2003.
- _____. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. Editora Centauro, São Paulo, 2000.
- MENEGUELLO, Rachel. Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985 - 1997). Ed. Paz e Terra, RJ, 1998.

- _____ . PT: A Formação de um Partido - 1979 - 1982. Ed. Paz e Terra, RJ, 1989.
- MENEZES, Clarice Melamed e SARTI, Ingrid. CONCLAT 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro. Coleção ILDES 3, Campinas, 1981.
- MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
- NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. Ed. Cortez, SP, 1993.
- PÉREZ, Joseph. Historia de España. Editorial Crítica, Barcelona, 2001.
- POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. Editora Martins Fontes, 1986.
- _____ . As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Ed. Zahar, RJ, 1978
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social-Democracia. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.
- RODRIGUES, Iram Jácome (org.) - O Novo Sindicalismo - Vinte anos depois. Editora Vozes, Petrópolis, 1990.
- RODRIGUES, L. M. e VELLOSO, J. P dos R. (Orgs.) O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT. Nobel, SP, 1992.
- RODRIGUES, Leôncio Martins e CARDOSO, Alberto Moreira. Força Sindical - Uma análise Sócio-Política. Paz e Terra, SP, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: os militantes e a ideologia. Paz e Terra, SP, 1990.
- _____ . Partidos e Sindicatos. Ática, SP, 1990.
- RODRIGUES, P. P. A falência da democracia representativa formal. SINASEFE, Goiânia, 1998.
- SADER, Emir (org.). Gramsci - Poder, Política e Partido. Editora Brasilense, SP, 1992.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. Ed. da USP, SP, 1966.
- SOARES, José de Lima. Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria. Edição Outubro, Brasília, 1998.
- TROTSKY, L. e LÊNIN, V. A questão do programa. Kayrós, SP, 1979.
- TROTSKY, L. Escritos sobre sindicato. Kayrós, SP, 1978.

- VIANA, Gilney Amorim. Perspectivas da Social Democracia no Brasil. Edições Opção, RJ, 1980.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade. Editora UnB, Brasília, 2000.

DADOS ESTATÍSTICOS:

- TSE - Tribunal Superior Eleitoral.
 - Dep. Imprensa Nacional. 11º Volume, 1977.
 - www.tse.gov.br
- NICOLAU, Jairo. Dados Eleitorais do Brasil (1982-2002). IUPERJ

DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS E DAS CENTRAIS SINDICAIS:

PT - Estatuto, em vigor desde 11.03.2001

Programa de Governo. 2002

www.pt.org.br

CUT - Estatuto aprovado no I CONCUR de agosto/ 1983

Documento da 10ª Plenária Nacional. 2002

Resoluções e Estatuto aprovados no VIII CONCUR de junho/ 2003

Documento do 8º CONCUR

www.cut.org.br

Relatório Final da Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho. Março /2004.

ENTREVISTAS:

- José Maria de Almeida - Ex-candidato à presidência da República em 2002 pelo PSTU e membro da Direção Nacional da CUT.
 - Dirceu Travesso - Membro da Executiva CUT-SP.
 - Luiz Marinho - Presidente da CUT, eleito em 2003 durante o 8º CONCUR.

JORNAL:

Correio Braziliense:

30 de abril de 2002

25 de maio de 2002

24 de julho de 2002

3 de outubro de 2002

29 de janeiro de 2003

Folha de São Paulo

20 de março de 2002

O Globo

18 de março de 2002

21 de março de 2002

Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistas e Discursos. ABCD - Sociedade Cultural, São Paulo , 1980.

LEGISLAÇÃO:

Lei Nº 9096, de 19 de setembro de 1995

www.senado.gov.br

Lei Nº 6767, de 20 de dezembro de 1979

www.senado.gov.br

Decreto-lei Nº 19770/31

Decreto-lei Nº 24694/34

Decreto-lei Nº 1402/39

Decreto-lei Nº 2353/40

Decreto-lei Nº 2377/40

www.senado.gov.br

TESES E DISSERTAÇÕES:

1- José de Lima Soares. O PT e a CUT nos anos 90: Encontros e Desencontro de duas Trajetórias. Brasília - DF. maio/2001.

1v. 309p. Doutorado. Universidade de Brasília - Sociologia.

Orientadores: Sadi Dal Rosso.

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB.

2- Angela Quintanilha Gomes. O Discurso Fundacional do PT: Uma Novidade na Política Brasileira. Porto Alegre - RS. 01/11/1998.

1v. 151p. Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ciência Política Orientadores: Celi Regina Jardim Pinto.

Biblioteca Depositária: BSCSH.

3-Cyro Garcia. Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a lógica da diferença. Rio de Janeiro - RJ. 01/09/2000.

1v. 124p. Mestrado. Universidade Federal Fluminense - História.

Orientadores: Marcelo Badaró Mattos.

Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá (UFF).

4- Carlos Henrique Goulart Arabe. Desenvolvimento Nacional e Poder Político: o Projeto do Partido dos Trabalhadores em um período de crise. São Paulo - ES. 01/12/1998.

1v. 135p. Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Ciência Política.

Orientadores: Reginaldo Carmello Correia de Moraes.

Biblioteca Depositária: Biblioteca do IFCH.

5- Ingrid Piera Sarti. Representação e a Questão Democrática Contemporânea. O Mal Estar dos Partidos Socialistas. Rio de Janeiro - RJ. 01/12/1998.

1v. 280p. Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - Ciência Política (Ciência Política e Sociologia).

Orientadores: Luiz Eduardo Soares.

Biblioteca Depositária: IUPERJ.

6- José Alves da Silva. O Sindicato como Prática Educativa dos Trabalhadores. 01/08/1989.

1v. 158p. Mestrado. Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa - Educação.

Orientadores: Nome não Informado.

7- Carlos Bauer Souza. Perspectivas de Organização: Política Sindical da Classe Operária no Brasil e as Origens da Central Única dos Trabalhadores-

1908-1983 (Uma contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros).01/09/1992.

1v. 215p. Mestrado. Universidade de São Paulo - História Econômica.

Orientadores: Osvaldo Luís Angel Coggiola.

8- Clóvis Bueno de Azevedo. Leninismo e Social - Democracia: Uma investigação sobre o Projeto Político do Partido dos Trabalhadores. 1991.

1v. 252p. Mestrado. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Ciência Política

Orientadora: Maria Tereza Aina Sadek.

ANEXOS DO CAPÍTULO 1

Eleições de 1982/ Governador
Votação Total por Partido (%)

ESTADOS	PMDB	PDS	PDT	PTB	PT	TOTAL
Acre	46,6	43,4		4,0	5,9	100,0
Amazonas	53,7	43,8		1,1	1,4	100,0
Pará	51,1	47,1		0,7	1,1	100,0
NORTE	51,5	46,0		1,0	1,5	100,0
Maranhão	20,6	76,9	1,5	0,1	1,0	100,0
Piauí	40,4	58,7			0,9	100,0
Ceará	29,2	70,2			0,6	100,0
R. G. do Norte	41,9	57,6		0,1	0,5	100,0
Paraíba	41,1	58,5			0,4	100,0
Pernambuco	46,9	52,5		0,5	0,2	100,0
Alagoas	44,5	55,5				100,0
Sergipe	23,1	76,1	0,3		0,4	100,0
Bahia	38,5	60,6			0,9	100,0
NORDESTE	37,2	62,0	0,1	0,1	0,6	100,0
Minas Gerais	51,1	46,5	0,2		2,2	100,0
Espírito Santo	60,3	38,1	0,2		1,4	100,0
Rio de Janeiro	21,5	30,6	34,2	10,7	3,1	100,0
São Paulo	49,0	25,7	0,9	13,6	10,8	100,0
SUDESTE	43,5	32,3	8,4	9,2	6,6	100,0
Paraná	59,2	39,1	0,2	1,0	0,4	100,0
Santa Catarina	49,2	50,0	0,3	0,1	0,4	100,0
R. G. do Sul	37,5	38,2	22,9		1,5	100,0
SUL	47,8	41,0	9,9	0,4	0,9	100,0
M. G. do Sul	51,1	46,9	1,1		0,9	100,0
Mato Grosso	47,9	51,6	0,2		0,2	100,0
Goiás	66,7	32,5	0,1		0,7	100,0
CENTRO OESTE	60,2	38,9	0,3		0,7	100,0
BRASIL	44,0	41,5	6,1	4,7	3,7	100,0

Eleições de 1982

Votação Obtida pelos Candidatos

ESTADOS	CANDIDATOS	PARTIDO	N	%
ACRE	NABOR TELES	PMDB	36.369	46,6
	JORGE KALUME	PDS	33.879	43,4
	NILSON MOURÃO	PT	4.637	5,9
	NATALINO BRITO	PTB	3.152	4,0
	TOTAL		78.037	100,0
AMAZONAS	GILBERTO MESTRINHO	PMDB	201.182	53,7
	JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA	PDS	164.190	43,8
	OSVALDO GOMES COELHO	PT	5.352	1,4
	PLÍNIO RAMOS COELHO	PTB	4.203	1,1
	TOTAL		374.927	100,0
PARÁ	JÁDER BARBALHO	PMDB	501.605	51,1
	OZIEL RODRIGUES CARNEIRO	PDS	461.969	47,1
	HÉLIO VIEIRA DOURADO	PT	11.010	1,1
	MÁRIO SAMPAIO	PTB	7.214	0,7
	TOTAL		981.798	100,0
MARANHÃO	LUÍS ALVES COELHO ROCHA	PDS	673.916	76,9
	RENATO ARCHER	PMDB	180.287	20,6
	REGINALDO CARVALHO DE SOUSA	PDT	12.738	1,5
	OSVALDO DE ALENCAR ROCHA	PT	8.643	1,0
	CESÁRIO GUILHERME COIMBRA	PTB	632	0,1
	TOTAL		876.216	100,0
PIAUI	HUGO NAPOLEÃO	PDS	393.818	58,7
	ALBERTO SILVA	PMDB	271.274	40,4
	JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS	PT	5.814	0,9
	TOTAL		670.906	100,0
CEARÁ	LUÍS GONZAGA MOTA	PDS	1.149.468	70,2
	MAURO BENEVIDES	PMDB	478.853	29,2
	AMÉRICO BARREIRA	PT	9.961	0,6
	TOTAL		1.638.282	100,0
RIO G. DO NORTE	JOSÉ AGRIPINO MAIA	PDS	389.677	57,6
	ALUÍZIO ALVES	PMDB	283.366	41,9
	RUBENS MANOEL DE LEMOS	PT	3.207	0,5
	VICENTE CABRAL DE BRITO	PTB	441	0,1
	TOTAL		676.691	100,0
PARAÍBA	WILSON BRAGA	PDS	509.855	58,5
	ANTÔNIO MARIZ	PMDB	358.146	41,1
	FRANCISCO FERLY PEREIRA	PT	3.918	0,4
	TOTAL		871.919	100,0
PERNAMBUCO	ROBERTO MAGALHÃES	PDS	913.774	52,5
	MARCOS FREIRE	PMDB	816.085	46,9
	ANTÔNIO MELO COSTA	PTB	7.872	0,5
	MANOEL CONCEIÇÃO SANTOS	PT	4.027	0,2
	TOTAL		1.741.758	100,0

ALAGOAS	DIVALDO SURUAGY	PDS	257.898	55,5
	JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA	PMDB	206.856	44,5
	TOTAL		464.754	100,0
SERGIPE	JOÃO ALVES	PDS	256.385	76,1
	GILVAN ROCHA	PMDB	77.965	23,1
	MARCÉLIO BOMFIM ROCHA	PT	1.354	0,4
	MANOEL FERREIRA SANTOS	PDT	1.133	0,3
	TOTAL		336.837	100,0
BAHIA	JOÃO DURVAL	PDS	1.623.422	60,6
	ROBERTO SANTOS	PMDB	1.030.111	38,5
	EDIVAL PASSOS	PT	25.113	0,9
	TOTAL		2.678.646	100,0
MINAS GERAIS	TANCREDO NEVES	PMDB	2.667.595	51,1
	ELISEU REZENDE	PDS	2.424.197	46,5
	SANDRA STARLING	PT	113.950	2,2
	THEOTÔNIO DOS SANTOS	PDT	11.160	0,2
	TOTAL		5.216.902	100,0
ESPÍRITO SANTO	GERSON CAMATA	PMDB	448.074	60,3
	CARLOS ALBERTO SCHILGEN	PDS	282.728	38,1
	PERLY CIPRIANO	PT	10.588	1,4
	OSWALDO MÁRMORE	PDT	1.236	0,2
	TOTAL		742.626	100,0
RIO DE JANEIRO	LEONEL BRIZOLA	PDT	1.709.180	34,2
	MOREIRA FRANCO	PDS	1.530.706	30,6
	MIRO TEIXEIRA	PMDB	1.073.446	21,5
	SANDRA CAVALCANTI	PTB	536.383	10,7
	LYSANEAS DIAS MACIEL	PT	152.614	3,1
	TOTAL		5.002.329	100,0
SÃO PAULO	ANDRÉ FRANCO MONTORO	PMDB	5.209.952	49,0
	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	PT	1.144.648	10,8
	REYNALDO DE BARROS	PDS	2.728.732	25,7
	JÂNIO QUADROS	PTB	1.447.328	13,6
	ROGÉ FERREIRA	PDT	94.395	0,9
	TOTAL		10.625.055	100,0
PARANÁ	JOSÉ RICHA	PMDB	1.708.785	59,2
	SAUL RAIZ	PDS	1.127.175	39,1
	HAMILTON VILELA MAGALHÃES	PTB	30.202	1,0
	EDÉSIO PASSOS	PT	12.047	0,4
	EDSON CARLOS PEREIRA SÁ	PDT	6.679	0,2
	TOTAL		2.884.888	100,0
SANTA CATARINA	ESPERIDIÃO AMIN	PDS	838.150	50,0
	JAISON BARRETO	PMDB	825.500	49,2
	EURIDES MESCOLOTTO	PT	6.803	0,4
	LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE	PDT	4.572	0,3
	OSMAR CUNHA	PTB	2.281	0,1
	TOTAL		1.677.306	100,0

RIO G. DO SUL	JAIR SOARES	PDS	1.294.962	38,2
	PEDRO SIMON	PMDB	1.272.319	37,5
	ALCEU COLLARES	PDT	775.546	22,9
	OLÍVIO DUTRA	PT	50.713	1,5
	TOTAL		3.393.540	100,0
MATO G. DO SUL	WILSON BARBOSA MARTINS	PMDB	258.192	51,1
	JOSÉ ELIAS MOREIRA	PDS	237.144	46,9
	WILSON FADUL	PDT	5.414	1,1
	ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA	PT	4.541	0,9
	TOTAL		505.291	100,0
MATO GROSSO	JÚLIO CAMPOS	PDS	203.605	51,6
	RAIMUNDO DA C. POMBO M. DA CRUZ	PMDB	188.878	47,9
	ANACLETO CIOCARI	PDT	899	0,2
	JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE	PT	887	0,2
	TOTAL		394.269	100,0
GOIÁS	ÍRIS REZENDE	PMDB	964.179	66,7
	OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA	PDS	470.184	32,5
	ATHOS MAGNO COSTA E SILVA	PT	9.818	0,7
	PAULO CÉSAR TIMM	PDT	845	0,1
	TOTAL		1.445.026	100,0

ANEXOS DO CAPÍTULO 3

Entrevistas

Entrevista - Luiz Marinho/junho.2004

- 1- De acordo com as resoluções da 10ª Plenária Nacional da CUT, que ocorreu nos dias 8, 9, 10 e 11 de maio de 2002, foi decidido o apoio a uma candidatura para a Presidência da República, “comprometida com os interesses dos trabalhadores”, sendo que este apoio se daria para a candidatura Lula, notando-se uma exclusão de outros candidatos também representantes da classe trabalhadora e provenientes de partidos de esquerda. Como você avalia esta questão?

Luiz Marinho – A decisão de apoiar Lula foi consciente. Para a maioria dos dirigentes da CUT, a candidatura de Lula foi a única que conseguiu representar, de forma madura e realista, os anseios da classe trabalhadora. Ela foi fruto da construção coletiva de propostas para o conjunto da sociedade. Parte considerável do programa de governo de Lula foi elaborada a partir de propostas do movimento sindical cutista (a própria reforma sindical em curso foi proposta por nós), que percebeu a necessidade de ampliar a sua atuação, enxergando o trabalhador enquanto cidadão que tem muito mais carências do que apenas as referentes a salário, emprego e condições de trabalho. Assim, hoje muitos sindicatos desempenham atividades que vão além da relação capital-trabalho. É o que chamamos de sindicato-cidadão, que amplia a sua área de atuação e exerce sua influência também na formulação de políticas públicas para a educação, para a saúde, habitação, cultura e para o desenvolvimento econômico. Enfim, nestas duas décadas de existência da CUT, a maioria de seus sindicatos deu este salto de qualidade e, assim, a decisão de apoiar uma candidatura que representasse este tipo de preocupação foi um processo natural. Na avaliação da maioria dos dirigentes sindicais que viabilizaram aquela resolução da 10ª Plenária, as demais candidaturas do campo da esquerda não tinha esta expressão ampla como a de Lula.

- 2- Na sua avaliação existe diferença de comportamento da CUT se comparado o governo FHC com o governo Lula?

Luiz Marinho – Mesmo tendo apoiado a candidatura Lula, a CUT continua reafirmando a sua independência frente a partidos políticos e ao governo. Não estamos deixando de cobrar ou criticar o governo por medidas que não atendem aos trabalhadores ou ao conjunto da população (o salário mínimo e alguns aspectos da política econômica, como as elevadas taxas de juros, são exemplo). Assim, não há diferença de comportamento. O grande diferencial é o de que o governo Lula abriu canais de participação para os representantes dos trabalhadores em diversas instâncias, como o Fórum Nacional do Trabalho – que discute as reformas sindical e trabalhista –, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho de Segurança Alimentar, entre outros. Além disso, pela primeira vez, o governo federal adotou uma nova postura em relação ao funcionalismo público e, atendendo reivindicação nossa, criou a Mesa Permanente de Negociação com a categoria, para discutir salários, condições de trabalho e planos de carreira para a categoria, da qual a CUT tem participado. No governo FHC, estes fóruns não existiam e raramente o movimento sindical tinha possibilidade de interferir nas decisões do Executivo.

- 3- Como o partido pode contribuir na construção do sindicato? Como deve ser estabelecida esta relação?

Luiz Marinho – Na minha avaliação, partidos e sindicatos são coisas distintas. Embora concorde que o dirigente sindical tem o legítimo direito de ser filiado a este ou àquele partido político, é preciso haver independência da entidade, porque na base representada pela entidade há trabalhadores com diferentes posições partidárias. Ao atrelar-se a algum partido, o sindicato pode perder a sua independência e ficar refém de decisões tomadas quando este partido assume o Executivo e que, muitas vezes, podem ir na direção contrária dos interesses da categoria representada. Assim, na minha opinião, a relação entre sindicato e partido deve ser de total independência.

Entrevista - Zé Maria

- 1- De acordo com as resoluções da 10ª Plenária Nacional da CUT, que ocorreu nos dias 8, 9, 10 e 11 de maio de 2002, foi decidido o apoio a uma candidatura para a Presidência da República, “comprometida com os interesses dos trabalhadores”, sendo que este apoio se daria para a candidatura Lula, notando-se uma exclusão de outros candidatos também representantes da classe trabalhadora e provenientes de partidos de esquerda. Como você avalia esta questão?

Zé Maria - Historicamente na CUT esta discussão sempre aconteceu de diversas formas: No momento da fundação, ela se definiu como uma central autônoma e independente em relação ao governo, aos empresários e aos partidos políticos. Esta foi, digamos assim, a localização política da CUT no momento da sua fundação. Agora, autonomia e independência, na nossa concepção, não pode significar uma omissão da Central frente a luta política que existe no país e frente as opções políticas apresentadas, seja no processo da luta de classes, mais diretamente, seja nos processos eleitorais. Então, contraditoriamente, a nossa corrente no interior da CUT, desde 79, ou desde antes inclusive nas eleições estaduais e municipais, nós sempre defendemos que a CUT se posicionasse nos processos eleitorais chamando o voto nos candidatos que representassem os partidos do campo da classe trabalhadora. A base de argumentação, o fundamento desta nossa posição era que autonomia e independência não poderia significar neutralidade. Porque não há neutralidade. Nem há neutralidade em uma greve, nem há neutralidade numa ocupação de terra, nem uma ocupação em um terreno urbano e tampouco há neutralidade nas eleições. A Central Única dos Trabalhadores é uma organização da classe trabalhadora e, portanto, ela tem estado em todos os processos da luta de classes e as eleições, ainda que de forma deformada, são uma expressão da luta de classes no país. Durante praticamente a segunda metade da década de 80, quase toda a década de 90, havia 1 ou, no máximo, 2 alternativas de partidos políticos no campo da classe trabalhadora que participavam das eleições, no caso era o PT, depois o PC do B com alguma expressão. Nós sempre defendíamos que a CUT se posicionasse claramente: Defendemos que a CUT apoiasse a candidatura de Lula em 89 e perdemos na votação, defendemos que a CUT apoiasse a candidatura do Lula em 94 e perdemos esta votação. em 98 e 2002 defendemos que a CUT apoiasse os candidatos do campo da classe trabalhadora. Em 2002 havia 3 candidatos, que era o Lula, do PT; o candidato do PSTU e o candidato do PCO. Agora, decidiram apoiar um dos candidatos apresentados, o que expressou não uma mudança na concepção daqueles que dirigem a CUT, no sentido de que era necessário que a CUT se localizasse no campo da classe trabalhadora no enfrentamento eleitoral, expressou só um posicionamento de tipo oportunista para apoiar o candidato do partido da maioria dos dirigentes da Central Sindical ou do candidato apoiado pela maioria dos dirigentes da CUT, no caso os dirigentes ligados ao PT e ao PC do B. Nós fizemos este debate por ocasião da Plenária que aprovou o posicionamento em relação as eleições de 2002, perdemos, evidentemente. Nós propusemos à Plenária que a CUT chamasse o voto nos candidatos dos partidos do campo da classe trabalhadora, no caso o Lula, o Zé Maria e o Rui Costa Pimenta, perdemos a votação. A decisão tomada pela maioria da Plenária foi de apoiar a candidatura do Lula e ponto. Defendemos que a CUT, independentemente do chamado ao voto, que ela aprovasse e apresentasse aos candidatos como exigência da Central Única dos Trabalhadores uma plataforma política que condensasse, que recolhesse as bandeiras de luta da CUT: a defesa da ruptura com o Fundo Monetário, a defesa do não pagamento da dívida, redução da jornada de trabalho sem redução do salário, reforma agrária, investimento na geração de empregos, na saúde, na educação, na moradia; isto não foi aprovado. O apoio que foi aprovado ao Lula naquela plenária, foi um apoio praticamente incondicional, sem colocar nenhum condicionante no sentido de que o candidato defendesse as propostas da CUT ou as bandeiras tradicionais no campo da classe trabalhadora. O que era coerente com essa localização, digamos assim

pragmática da maioria dos dirigentes que defendeu aquela posição naquele momento. Mas, foi esse o processo que a CUT viveu desde a sua fundação até agora. Então daquela posição que se negava a localizar a CUT no campo da classe trabalhadora nos processos eleitorais de então, e levava a CUT para uma posição neutra, no processo de luta de classes, levou para um outro extremo, ela perdeu a sua autonomia em relação aos partidos. Porque chamar ao voto não significa subordinação da CUT a um partido determinado, mas sim a defesa de uma posição da classe trabalhadora. A CUT é uma central que se propõem a representar o conjunto da classe trabalhadora, no seu interior existem diversas correntes de opiniões, agora, ela representa a classe. Então, ao invés deste caráter de representação da classe, ela passou a representar um partido, a definir um candidato de um partido, inclusive de forma completamente acrítica, sem colocar nenhuma condicionante, nenhum programa, nenhuma exigência, para que este candidato fosse apoiado pela central. Era uma posição equivocada antes, a neutralidade no processo eleitoral – a neutralidade, como em qualquer processo da luta de classes, significa apoiar o lado mais forte, e o lado mais forte é o lado da burguesia–, então era uma posição errada da CUT anteriormente, passou para outra posição errada que é de se subordinar a um partido, a uma das opiniões existente no interior da classe trabalhadora, o que não corresponde a um sindicato. Um sindicato é uma organização de frente única, que agrega o conjunto dos trabalhadores, independentemente das suas opiniões políticas, para defender aquilo que são os interesses e os direitos básicos dos trabalhadores. Por isso, você tem no sindicato gente que é do PSTU, tem gente que é do PMDB, tem gente que é do PT, tem gente que é do PSDB. Por que? O sindicato ele representa a defesa do emprego, a defesa de melhor salário e isto é interesse tanto do trabalhador do PT, como do trabalhador que é do PSDB ou do trabalhador que é do PSTU, todos eles querem emprego e melhores salários. É prá isso que serve o sindicato, as centrais sindicais, ela não pode se subordinar a este ou aquele partido, ela tem que representar o conjunto da classe trabalhadora. Lamentavelmente a história da CUT em relação a essas questões foi de uma posição equivocada, de neutralidade que era defendida anteriormente, para uma posição subordinada a um partido determinado quando resolveu apoiar a candidatura do Lula em 2002.

2- Na sua avaliação existe diferença do comportamento da CUT se comparado o governo FHC com o governo Lula?

Zé Maria - Existe diferença. Antes de falar sobre o que é o comportamento da CUT face ao governo Lula, é importante destacar que mesmo sobre os governos anteriores a CUT já vivia um processo de burocratização e de adaptação da perspectiva de sua atuação nos limites da sociedade capitalista e, portanto, neste sentido, aos limites do modelo econômico neoliberal que vem sendo implantado no país desde meados da década de 80, mas fundamentalmente no governo Collor, no começo da década de 90. A CUT ela vem sofrendo há muitos anos um processo de burocratização, de afastamento da luta dos trabalhadores, de abandono de suas bandeiras que caracterizaram a sua fundação e o que tem gerado, inclusive, um processo de descontentamento, de crise da base da central com a própria CUT, o problema é que isso era um processo político essencialmente e um processo que refletia também uma burocratização, portanto, problemas sociais do sindicato, dos dirigentes sindicais, que ao assumir a direção do sindicato se adaptava a situação e a partir daí começava a mudar a sua opinião política. Com a posse do governo Lula há um salto de qualidade neste processo, em que sentido? Em dois sentidos fundamentalmente: Primeiro do ponto de vista político, há um compromisso político da maioria dos dirigentes da CUT, não só do PT mas também do PC do B, apoiar politicamente o governo Lula dentro desta opção feita pelo Lula e pela direção do PT, que prá ganhar as eleições resolveu fazer alianças com setores fundamentais do empresariado instalado aqui no país, seja nacional, seja multinacional, e prá isso adotou o programa desses setores do empresariado: o compromisso de manter os acordos com o Fundo Monetário Internacional, de manter o pagamento da dívida, de manter os contratos, essencialmente era o compromisso de manter o programa econômico que interessava ao grande empresariado, e não o programa econômico que interessaria aos trabalhadores. Mas, a primeira mudança importante é causada por este compromisso da maioria da direção da CUT de apoiar o governo. Então, isto leva a CUT a abandonar muitas das suas bandeiras políticas, das suas reivindicações, porque se chocavam com o programa do governo que não defende mais o não pagamento da dívida externa, a CUT deixou de defender a ruptura com o FMI, bandeira histórica desde a fundação da CUT. Por que? Porque o Lula não quer romper com o FMI, o Lula não quer parar de pagar a

dívida externa, então, a CUT também abandona essas reivindicações como condição para que ela possa apoiar politicamente o governo, ela não tem como não fazer uma denúncia fortíssima de um salário mínimo de 260,00 Reais e do argumento do governo que decreta um salário desses dizendo que não tem verba, quando o governo mandou, só no ano passado, prá pagar juros para os banqueiros internacionais 149 Bilhões de Reais, ela não tem como defender esta proposta de salário mínimo se ela continuar defendendo o pagamento da dívida, porque se pára de pagar a dívida, tem dinheiro para dar um salário mínimo digno. Há um processo via apoio político que dá ao governo, ela abandona as reivindicações políticas que ela defendia antes. Mas, há uma outra razão pela qual há uma mudança de qualidade na situação anterior que é mais grave, no sentido que é uma integração da CUT ao Estado via a integração da CUT ao governo, que se dá sob que forma? Fundamentalmente sob duas formas: Primeiro os cargos, ou seja, há muitos dirigentes da CUT e ex-dirigentes da CUT que têm cargos diretamente no governo, na Explanada dos Ministérios hoje você tem pelo menos uns 10 ex-dirigentes da executiva nacional da CUT, o Ricardo Berzoini Ministro do Trabalho, o Marcelo Cerenni e a Sônia Cabral que estão na casa Civil e por aí vai, há vários... você tem muitos dirigentes sindicais que estão em cargos do governo federal seja na explanada, seja nos Estados, você tem membros da atual Executiva da CUT e que tem cargos no governo Federal, o João Vaccari, que é o Secretário de Relações Internacionais da executiva Nacional da CUT, que hoje é membro do conselho de administração de Furnas, ganha lá quase 10 mil Reais por mês, o João Felício, que é o Secretário Geral da CUT é membro do conselho de administração do BNDS e você tem um conjunto de dirigentes sindicais que hoje foram colocados pelo governo para administrar o Fundo de Pensão. Fundo de Pensão da Previ, por exemplo, do Banco do Brasil, tem presença nas direções das duzentas maiores empresas do país. Esses dirigentes nomeiam dirigentes de empresas e começam a se preocupar com a administração daquela empresa prá que ela tenha lucro, retornar o investimento que o Fundo de Pensão fez para que o Fundo de Pensão possa arcar com a aposentadoria dos seus associados lá na frente. O problema: o que é que você tem que fazer hoje para que uma empresa dê lucros? Massacrar os trabalhadores. Há uma base material que dá sustentação para as posições políticas que os dirigentes da Central defendem neste momento. Há um processo de liquidação, digamos assim, do projeto de Central Sindical que consubstanciava o projeto da CUT que foi fundada em 83, ela foi fundada com determinado objetivo, que era de ser o instrumento de luta da classe trabalhadora, para defender melhores condições de vida para os trabalhadores e, portanto, uma transformação na sociedade e, passa a ser um instrumento político para ajudar o governo e muitas empresas a implantar políticas que viabilizem o projeto do governo com o projeto do FMI e a lucratividade das empresas . Portanto, prejudica os trabalhadores. Ela passa a ser, ao invés de uma organização dos trabalhadores para lutar pelo atendimento de suas reivindicações, pela satisfação de seus interesses, ela se transforma no instrumento do governo e de muitas empresas para implantar sua política sobre a classe trabalhadora. Então, há uma mudança fundamental em relação a situação que nós vimos antes, havia o processo já de burocratização e de afastamento da CUT da base, mas há uma mudança de qualidade a partir da posse do governo Lula por essas razões.

3- Quais são as conseqüências para a luta dos trabalhadores?

Zé Maria - Olha a primeira conseqüência é de que um dos principais instrumentos, se não o principal instrumento que a classe trabalhadora construiu nos últimos trinta anos para enfrentar a exploração capitalista e para buscar construir condições dignas de vida para o povo está perdido. São duas grandes organizações que a classe trabalhadora construiu nos últimos trinta anos no nosso país: o PT, enquanto organização política partidária e que se perdeu completamente, hoje chefia o governo que aplica o programa do FMI no país, e a Central Única dos Trabalhadores, que é o maior movimento social do país e que hoje se transforma no instrumento do PT para aplicar esta política do Fundo Monetário Internacional contra a classe trabalhadora, evidentemente isto trás um prejuízo, a força que o governo Lula tem neste momento prá aplicar um programa econômico que nem o FHC conseguiu aplicar, a Reforma da Previdência que o Lula fez e que o FHC tentou fazer e não teve força, a flexibilização trabalhista que o Lula se prepara para fazer com a Reforma Sindical, com o apoio das centrais, o FHC tentou fazer menos da metade disto e não conseguiu, pela resistência das centrais sindicais. Então, a força que o Lula tem é justamente a subordinação dessas organizações dos trabalhadores à sua política. A transformação que a CUT viveu ela trás um prejuízo enorme para a luta da classe trabalhadora brasileira neste momento. Agora, por outro lado, ela libera

forças sociais também, a crise e o descontentamento que se avoluma e que cresce no país contra o governo Lula, contra as políticas que está aplicando, as consequências que o povo vive da aplicação do seu modelo econômico: o crescimento do desemprego, o arrocho dos salários, o sucateamento do serviço público, se resvala diretamente num descontentamento, numa crise na base da própria CUT. Então, nós vivemos num país ao mesmo tempo em que se dá esta situação dramática, em que as principais organizações se bandeiam de malas e bagagem para as trincheiras do inimigo, também a liberação de forças sociais que começam a dar corpo a construção de alternativas para a classe trabalhadora, a Coordenação Nacional de lutas, que foi fundada aqui em Luziânia recentemente, é uma expressão disto, são federações, sindicatos, organizações nacionais dos trabalhadores que tentam se organizar, se juntar para lutar contra a reforma sindical, para lutar contra o modelo econômico e se organizam à parte, justamente porque as Centrais Sindicais não querem tocar a diante esta luta. Vamos viver um processo de recomposição nas organizações tanto sindicais como políticas da classe trabalhadora em função da falência do PT e da falência CUT. Falência em que sentido? Falência em frente àquilo que eram os compromissos e os objetivos que essas organizações tinham quando foram fundadas, então isto vai gerar uma recomposição, mudanças, divisões e unificações de sindicatos, de organizações políticas que deve gerar um novo quadro partidário na esquerda brasileira e um novo quadro nas organizações sindicais no nosso país nesses próximos anos.

4- Como o partido pode contribuir na construção do sindicato? Como deve ser estabelecida esta relação?

Zé Maria - Os partidos e os sindicatos são organizações fundamentais necessárias para a evolução da luta da classe trabalhadora. Na história da luta da classe operária estas duas organizações se constituíram, cada uma com seu papel: o sindicato é uma organização de frente única, que busca agregar e organizar o conjunto dos trabalhadores, independente de suas opiniões políticas, e o partido é o destacamento avançado da classe trabalhadora, é o setor que se organiza em base a um programa, a um projeto de país distinto deste que aí está e que intervém no interior das organizações da classe trabalhadora, buscando convencer os trabalhadores a direcionar a sua luta em um determinado sentido, no sentido de realizar uma transformação social no país. Portanto, o partido político, ainda que organize uma parte da classe trabalhadora, e em condições normais, de pressão e temperatura numa sociedade capitalista, um partido de esquerda ele vai ser sempre minoritário. Pela sua própria natureza, por organizar o destacamento avançado, que tem mais clareza, acaba sendo, em situações normais numa sociedade capitalista a minoria na maior parte do tempo, agora ele cumpre um papel fundamental ao buscar intervindo, levando as suas posições, a sua política, buscando convencer tanto os dirigentes como os trabalhadores que se organizam nos sindicatos, nas organizações de frente única a dar um certo direcionamento na luta, ele busca ser o polo consciente no processo de mobilização de luta da classe trabalhadora em todo o seu percurso. Então, o papel do sindicato é fundamental para aglutinar o conjunto da classe trabalhadora e o papel do partido é ser o fator consciente neste processo buscando direcionar dando um sentido conseqüente dessa luta para que ela não seja somente a expressão de uma revolta, de um descontentamento dos trabalhadores, mas para que ela seja também um processo de acumulações de forças para realizar uma transformação na estrutura da sociedade. Veja que nós tivemos uma insurreição aqui na Argentina no final de 2001, uma luta muito grande e espontânea da classe trabalhadora que derrubou o governo, aliás 4 governos em 15 dias, mas não foi capaz de colocar no lugar desses governos uma alternativa da classe trabalhadora que pudesse promover uma transformação na estrutura econômica da sociedade, acabou que se recompôs a situação e segue a burguesia argentina explorando a classe trabalhadora argentina. Agora, mais recentemente na Bolívia, ocorreu o mesmo processo, uma insurreição que derrubou o governo, mas assumiu o vive que segue fazendo a mesma coisa, faltou o fator consciente que é o papel do partido. Então o partido tem um papel fundamental na luta de classes e na luta pela libertação da classe trabalhadora, porque se não ela luta e não consegue se libertar a fundo da sociedade capitalista. As instituições do Estado capitalista age no processo, de forma consciente, e mesmo que sofram derrotas importantes em determinado momentos da história, consegue se recompor e manter o domínio que tem sob o conjunto da sociedade, o partido é o instrumento fundamental para levar a luta da classe trabalhadora, destruir este domínio da burguesia e construir outro domínio, que é o domínio da classe

trabalhadora, por isto a independência e autonomia dos sindicatos em relação aos partidos políticos do campo da classe trabalhadora, não pode ser visto de maneira formal, uma coisa é a defesa de independência de classe frente aos partidos da burguesia, não há nenhuma relação que as organizações sindicais devam ter com os partidos da burguesia, porque os interesses são opostos, contraditórios. Agora, os interesses da classe trabalhadora, em tese, são os mesmos interesses dos partidos que são do campo da classe trabalhadora. Então, a relação política é uma relação fundamental, não de subordinação - o sindicato tem que manter a sua autonomia, inclusive em relação aos partidos da classe trabalhadora, se um partido da classe trabalhadora consegue levar a luta da sua classe até a constituição de um governo operário como houve na antiga União Soviética, mesmo aí os sindicatos têm que manter a sua independência em relação ao governo e em relação ao partido.

ANEXOS DO CAPÍTULO 3

EXECUTIVA NACIONAL - CUT GESTÃO 2000/2003 - 7º CONCUT

João Antonio Felicio – APEOESP – SP

Presidente

Mônica Valente – Sindsaúde – SP

Vice-presidente

Carlos Alberto Grana – STI Metalúrgicas do ABC – SP

Secretário-geral

Remigio Todeschini – STI Químicas e Petroquímicas do ABC – SP

Primeiro secretário

João Vaccari Neto – Sind. Bancários – SP

Tesoureiro

José Maria de Almeida – STI Metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem–
MG

Primeiro tesoureiro

Kjeld A. Jakobsen – STI Eletricitárias de Campinas – SP

Secretário de Relações Internacionais

Gilda Almeida – Sind. Farmacêuticos de SP

Secretária de Política Sindical

Altemir Antônio Tortelli –Sind. Trab. Rurais de Jacutinga – RS

Secretário de Formação

Sandra Rodrigues Cabral – Sind. Trab. Educação de GO

Secretária de Comunicação

Pascoal Carneiro – STI Metalúrgicas de Salvador— BA

Secretário de Políticas Sociais

Rafael Freire Neto – APEOESP – SP

Secretário de Organização

DIRETORIA EXECUTIVA:

Elisângela dos Santos Araújo

– Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos – BA

José Jairo Ferreira Cabral

– Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados – PE

Aldanir Carlos dos Santos

– Sindicato dos Eletricitários do Rio de Janeiro –RJ

Francisco Alano

– Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis

José Gerônimo Brumatt

– Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo

Wanderley Antunes Bezerra

– Sindicato dos Petroleiros do Ceará

Mônica Cristina Custódio

– Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro – RJ

Rosane da Silva

– Sindicato dos Sapateiros de Ivoti – RS

Dirceu Travesso

– Sindicato dos Bancários de São Paulo – SP

CONSELHO FISCAL

Efetiva: Rejane Guimarães Pitanga

– Sindicato dos Professores de Brasília – DF

Efetivo: Donizete Gelinski

– Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios e Carnes de Carambeí – PR

Efetivo: Francisvaldo Mendes

– Sindicatos dos Bancários de São Paulo – SP

Suplente: Pedro Armengol de Souza

– Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de União – PI

Suplente: Antonio Luís F. Guimarães

– Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus – AM

Suplente: Neiva Lazzaroto

– Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

EXECUTIVA NACIONAL - CUT
GESTÃO 2003/2006 - 8º
CONCUT

Luiz Marinho

Presidente

Wagner Gomes

Vice-presidente

João Antonio Felício

Secretário-geral

Denise Motta Dau

Primeira secretária

Jacy Afonso de Melo

Tesoureiro

Ari Aloraldo do Nascimento

Primeiro tesoureiro

João Vaccari Neto

Secretário de Relações Internacionais

Rosane da Silva

Secretária de Política Sindical

José Celestino Lourenço

Secretário de Formação

Antonio Carlos Spis

Secretário de Comunicação

Gilda Almeida de Souza

Secretária de Políticas Sociais

Artur Henrique da Silva Santos

Secretário de Organização

Maria Ednalva Bezerra de Lima

Secretária da Mulher Trabalhadora

Diretoria Executiva

Bernadete de Lourdes Rodrigues Menezes

Carlos Rogério de Carvalho Nunes

Carmem Helena Ferreira Foro

Elisângela dos Santos Araújo

Francisco Alano

Francisvaldo Mendes de Souza

Gilson Luiz Reis

Jorge Luís Martins

José Maria de Almeida

Júlio Turra

Lúcia Regina dos Santos Reis

Lujan Maria Bacelar de Miranda

Luzia de Oliveira Fati

Manoel Messias Nascimento Melo

Pascoal Carneiro

Rafael Freire Neto

Vera Justina Guasso

Wanderley Antunes Bezerra

Anexos do Capítulo 4

Entrevistas

Entrevista - Dirceu Travesso - 15/junho/2004

1- Qual a sua avaliação sobre a Reforma Sindical?

Dirceu Travesso - Acho que a Reforma Sindical ela, na verdade, é uma tentativa de adaptação da estrutura sindical ao projeto neoliberal, a flexibilização de direitos, ou seja, os sindicatos passam a ser não a organização da classe trabalhadora, mas uma centralização de especialistas “em negociação”, numa estrutura hierarquizada sem democracia, sem organização de base, onde o que vai contar são aparatos, com financiamento de várias formas, com a intervenção do dedo do Estado dirigindo para os patrões, e este movimento de desestruturar, de não avançar, no sentido da liberdade e de autonomia da organização de base, da soberania das assembléias dos trabalhadores, na verdade a proposta de reforma sindical vai exatamente no sentido oposto. A estrutura sindical brasileira tem uma série de problemas, que a gente vem questionando durante décadas: A vinculação ao aparato do estado através do poder normativo, do imposto sindical, ou seja, todo o debate em torno do que é a origem do sindicalismo, a concepção do sindicalismo getulista, que é uma combinação entre conquistas da classe do início do século, do início da sua organização, de sindicatos independentes que vinham se expressando pela base, com um processo de manipulação do aparato de Estado e vinculação desta estrutura do estado e ao governo de plantão. Essas contradições que vinham, em vez de avançar no sentido da liberdade de organização, do direito de greve, para a defesa de uma concepção de classe, ela vai no sentido inverso, ela vai em desmontar qualquer possibilidade de organização de classe, com soberania e autonomia da base e vai para uma concepção poli classista, de cidadania, em torno de uma centralização na mão de uma burocracia pequena, que controla pelo poder econômico e pela representação conseguida contraditoriamente também pelo aparato de estado, porque esta Reforma Sindical vem imposta a partir do governo Lula para privilegiar fundamentalmente as direções que têm um vínculo, eles se subordinam a esta política que o governo tem levado, de adaptação completa e de subordinação ao projeto neoliberal.

2- Como tem sido a posição da CUT com relação à Reforma Sindical?

Dirceu Travesso - Mais do que a posição, a CUT é parte integrante deste projeto, se você olhar aqui, do ponto de vista histórico a CUT e o PT surgem como dois braços de um mesmo processo social. A classe operária no Brasil, que se organizou ou, a nova classe operária que se constitui a partir de meados dos anos 50, no processo de industrialização, a vinda da indústria automobilística, todo o processo da siderurgia, você vai ter de um lado a construção de uma nova classe operária distinta do que havia até a década de 50 e ao mesmo tempo o golpe militar e a proscrição, a ilegalidade das organizações de esquerda, fazem com que, quando se inicia no final dos 60 processo embrionário desta nova classe que não havia até então, fundamentalmente do operariado da indústria automobilística. Quando ele começa a se organizar, ele vai se dar no momento em que, o velho Partido Comunista foi deslocado a partir da Ditadura Militar, aí vem a combinação das mobilizações políticas no Leste Europeu, a negação do stalinismo naquele momento, com a sua postura de capitulação, em última instância aos limites impostos pela ditadura dentro da oposição burguesa: o MDB. O stalinismo, na verdade, se negava a levar uma luta mais contundente naquele momento, no sentido de derrubar a ditadura, se satisfazia a alianças em torno dos setores democráticos e progressistas da burguesia. E esta nova classe operária que tinha sido criada a partir do processo de instalação das montadoras da Indústria automobilística, estava num processo de organização quando a luta contra a ditadura começa a ganhar um contorno. Ela trazia dentro da luta contra a ditadura o programa democrático, mas tinha um conteúdo de classe, ou seja, a democracia para a conquista de salários, a democracia para o direito de greve, a democracia para a organização dos trabalhadores, não era uma democracia com um valor democrático-burguês abstrato: simplesmente eleições, diretas, direito de voto. O PT e a CUT surgem neste processo de resistência e luta contra a ditadura, de falência política do velho Partido Comunista e de suas várias satélites, surge aí uma nova organização, que vai ter como expressão política o PT e como expressão sindical a CUT. Então, hoje com vitória do PT no governo, a CUT não é um mero interlocutor ou participante do debate, ela é mais do que isso, ela é parte integrante da elaboração. A direção majoritária faz parte do núcleo que veio se constituindo e que lá trás tinha uma postura de enfrentamento, de levantar os elementos contra a ditadura, de levantar o problema da democracia com elementos de interesse da classe trabalhadora, foi evoluindo depois dos anos 80 e nos anos 90 para uma política exatamente o inverso: de colaboração de classe, ou seja, aquilo que defendia o PC na década de 70, de que não era possível romper com a burguesia nacional, que era necessária aliança com a burguesia, e qualquer projeto tinha que ser feito dentro desta lógica, o

PT e a CUT que nascem, num primeiro momento negando esta aliança e querendo construir uma identidade própria da classe, nos anos 80 e 90 vão fazer um movimento inverso e vão abdicando da independência de classe, da luta do enfrentamento do projeto de mudança, e vão indo para o projeto de colaboração e aliança política com os setores burgueses, no terreno político eleitoral e de colaboração no terreno sindical. A parceria conflitiva, como eles já chegaram a definir, em um determinado momento, a necessidade do diálogo, da conversa, buscar o consenso, ou seja, descaracterizar qualquer conteúdo de classe. O papel da CUT nesta Reforma Sindical, e é isto que eu quero destacar, ele é mais do que simplesmente a direção majoritária participando de um debate, ela é condutora para chegar neste momento e tentar negar a sua própria origem, fazer uma proposta de Reforma Sindical que negue a independência de classe, a organização de base, a luta acontecendo de que a negociação só se concebe para o trabalhador desde o ponto de vista da organização e do enfrentamento. E vai para uma concepção distinta, de parceria, de colaboração e de construir um modelo junto com os setores da burguesia nacional e internacional, e a CUT é parte direta na montagem deste processo. Na verdade a Reforma Sindical ela não é um raio em céu azul, ela é parte deste movimento político, de abrir mão de uma concepção de classe. Abrindo mão na Reforma da Previdência. Na luta pelo salário mínimo, na Reforma Sindical, nas privatizações, em vários elementos, e agora também se abre mão de uma concepção classista de organização sindical, prá que? Centralização na mão de uma burocracia que possa a partir de aparatos fortes, com dinheiro, poder negocial, na verdade tentar controlar o movimento operário e impedir a organização e a luta dos trabalhadores.

3- Quais as conseqüências para a organização dos trabalhadores?

Dirceu Travesso - Esta proposta de Reforma Sindical, o centro dela está colocado na perda de autonomia da base. São vários aspectos que estão misturados, nós temos uma estrutura sindical com vários vícios e problemas herdados, como eu já disse antes o que se expressou o modelo getulista de sindicalismo que veio até hoje, com as conquistas de 88 e de alguns elementos de construção, mas hoje esta estrutura sindical tinha um elemento que era, com todas as brechas no sentido de atrelamento ao Estado: o sindicato como concessão do Estado, o imposto sindical e a permissão de todo o elemento de burocratismo que os pelegos controlassem parte do sindicato. O sindicalismo brasileiro tinha uma coisa que é: quem contrata, quem negocia é o sindicato e qualquer sindicato para fazer uma negociação é obrigado a fazer uma assembléia de base que aprove o acordo, isto não significa que era garantia total, havia manobras de tudo quanto é tipo para impedir que a base participasse, mas esta obrigação legal estabelecia de uma forma ou de outra a possibilidade e mecanismos e que nos momentos de ascenso, de luta e de participação, quando os trabalhadores da base se interessavam, quer dizer a possibilidade de irem as assembléia, de disputar a dinâmica de uma negociação nos sindicatos, na luta e na mobilização. Esta Reforma Sindical visa exatamente inverter esta lógica, transferir o poder negocial, que está colocado hoje em todas as entidades de base, aonde é obrigatório a colocação da assembléia para deslocar o poder negocial para a mão da cúpula das centrais, não no sentido de uma concepção de classe - não somos contra a central e a negociação das centrais, pelo contrário este é um elemento super positivo que combate a fragmentação, dá uma concepção de classe mais geral para o conjunto da classe trabalhadora e não simplesmente de categorias, mas este papel da Central está vinculado a um projeto político de independência e não de aliança com a burguesia, de enfrentamento e de luta, e não de parceria. Na verdade, este projeto de Reforma Sindical ao estar baseado num projeto de unidade com setores da burguesia nacional, visa controlar o movimento dos trabalhadores e impedir que haja luta e enfrentamento, este é o grande objetivo, tentar centralizar na mão de uma pequena burocracia escudada em aparatos com poder econômico com vão vir através de fundos de pensão complementar, dinheiro do FAT, seguros. Então, o sindicalismo brasileiro vai se parecer cada vez mais, se é aprovada esta Reforma Sindical e trabalhista, o que é o sindicalismo europeu. Ou seja, as grandes Centrais que pairam por cima do que é a realidade dos trabalhadores, apoiada em verbas estatais, na quantidade de recursos e na autoridade legal pela negociação, sem ter de consultar a base e a negociação com os trabalhadores, e poder negociar em nome de qualquer um, qualquer coisa, sem ter que necessariamente prestar conta daquilo que está fazendo.

4- Como a Reforma é defendida pelo Governo Federal, que é de um partido majoritário na direção da CUT. Na sua avaliação, existe alguma influência no posicionamento da CUT em função desta relação?

Dirceu Travesso - Tem duas questões colocadas em debate. É evidente que a relação político partidária sempre vai influenciar no que é a relação dos dirigentes sindicais e neste sentido, como eu dizia antes, quando você identifica e vê que a CUT e o PT são expressões em campos distintos, mas de um mesmo processo de organização social de lutas e ao mesmo tempo também foram uma expressão de um processo de adaptação social, de mudança, de renegar o seu passado. A década de 90, ou seja, a Queda do muro, a crise da esquerda de perder a referência classista, ou seja, não se usa mais a palavra classe trabalhadora, luta dos trabalhadores, quer dizer é o comum, o conjunto, o interesse de todos. Portanto, se perde uma concepção classista. É evidente que esta concepção esteve atravessada ao mesmo tempo, você vai observando: quando o PT caminha, deixa as candidaturas operárias independentes e começa a fazer alianças com a burguesia, a CUT vai perdendo a cara da luta e do enfrentamento e começa a ir para o sindicalismo de parceria. Então, é evidente esta relação do partido dentro de uma concepção política de um setor majoritário na Central. Outra coisa que isto é feito de uma forma absolutamente burocrática terrível, porque uma direção sindical deveria estar discutindo hoje a sua concepção com o conjunto dos trabalhadores. Eu diria quando a gente vê a CUT do passado ela é emblemática nas grandes assembléias que o Lula dirigia no ABC, as fotos nas assembléias da Vila Euclides, ali está a síntese do que foi a CUT, qual era a síntese? A massa em luta, o sindicato era para lutar, a participação da base nas assembléias, não era um dirigente, poderia ter o Lula como expressão do coletivo, mas os trabalhadores juntos, num espaço discutindo, debatendo e votando o que fazer. Então, esta é a concepção da democracia e a independência em relação ao Estado. Você via os helicópteros sobrevoando a vila Euclides, quer dizer o aparato militar do Estado, então isto dá em imagem do que eram aquelas assembléias, era exatamente o que são os elementos centrais do processo objetivo de construção da CUT: a luta, a democracia na base, a independência em relação ao Estado. Ao mesmo tempo em que no PT teve a sua primeira campanha eleitoral com Lula fazendo campanha como candidato a governador dizendo “vote no 3 o resto é burguês”, “trabalhador vota em trabalhador”, depois vai abandonando a independência de classe e fazendo alianças com a burguesia terminando nesta vergonha que agente vê este governo hoje, é difícil dizer: qual o problema dos representantes burgueses do governo, como Meireles, Furlan ou o Palocci que é a expressão maior dos interesses do capital, na verdade estão todos imbricados. Então, por outro lado a CUT também vai abandonando uma perspectiva de enfrentamento e de luta e indo no sentido de uma política de colaboração, de co-gestão

dos negócios da burguesia junto com o sindicato. Por que eu cito o exemplo da Vila Euclides? Para voltar ao debate em torno do que tem do ponto de vista político. Qual é o outro elemento grosseiro que se comete? Nega-se a política, nega-se a independência com o Estado porque esta relação é feita diretamente com o governo, e o presidente da CUT foi indicado pelo Lula, que é presidente da República, e agora nega-se também a democracia. Porque todo o debate da Reforma Sindical foi feita pelos dirigentes sindicais, do conjunto do movimento sindical, digo, os dirigentes, a burocracia. Os dirigentes sindicais não debateram e pior ainda, a massa, aquela que aparecia nas assembleias sendo informada: vai ter greve e o que iremos fazer?; É aqui que votamos? – esta massa é relegada completamente ao segundo plano. Não está se discutindo a organização dos trabalhadores e os trabalhadores não sabem do que está se tratando. A CUT negociou no Fórum Nacional do Trabalho, sem ao menos convocar um processo de debate e discussão em nível nacional, de mandar para os sindicatos, chamando plenárias, assembleias, para dizer: isto está sendo proposto, tirar milhões de jornais dizendo: estas são as propostas e queremos opinião e discutir com os trabalhadores, que na verdade a organização dos sindicatos são dos trabalhadores e não da burocracia que está encrustrada momentaneamente. Então, esta relação de perda de identidade e independência não é simplesmente um problema de concepção, o que eu quero dizer com isto? Qual a relação entre PT no governo e a maioria da direção da CUT é petista e o embricamento desta relação, a perda de autonomia da CUT, eu te digo: esta perda de autonomia, muito mais que simplesmente um problema: governo, ela tem a ver com concepção política. Isto só é possível ao defender uma política policlassista e ao fazer isto, de colaboração de classe, seja na política geral pelo governo, seja no aspecto sindical, vão levar as últimas conseqüências a traição e desmonte, já não só da luta dos trabalhadores, mas da sua própria história, que se construiu se confrontando com o Estado, defendendo um sindicalismo de luta e a democracia pela base, e hoje o modelo sindical que ele defende é a antítese disto, agora como chegou a isto? Abrindo mão de um projeto político e de uma concepção de classe, foi para um projeto policlassista e de colaboração com a burguesia, viraram os gestores dos negócios da burguesia e vão ganhar para isso, vão ganhar dinheiro dos fundos de pensão, do FAT, então cria-se uma nova burocracia com poder econômico, político, negocial, que é uma coisa impressionante e vão tentar se manter a partir daí.

5- Qual a sua avaliação sobre a proposta de legalização das centrais ?

Dirceu Travesso - A legalização das centrais, é uma vitória inquestionável dos trabalhadores, se bem que ela trás em si uma contradição. Porque de fato as centrais

hoje, apesar de não legalizadas no aspecto jurídico formal, politicamente conquistaram a partir das lutas e das mobilizações o direito de existência. Não é a toa que mesmo não sendo formalmente legais, nos últimos anos as centrais foram chamadas às principais negociações que se estabeleceram em torno dos temas trabalhistas. Então se expressa a legalização como uma reivindicação histórica, a era Vargas quando concebeu os sindicatos dava a organização, mas tentava quebrar, tentava criar burocracias fragmentadas e não algo que chegasse na consciência de classe, no máximo a defesa dos interesses imediatos e não a defesa das reivindicações históricas, da consciência de classe em si e a classe para si, parava no “em si” que era de defender as reivindicações imediatas. Por isso, a não existência das centrais, porque a central dá a dimensão, não de uma luta específica, de uma categoria, mas da luta do conjunto da classe trabalhadora. Então, neste sentido discutir hoje a legalização das centrais é uma vitória da classe trabalhadora desse país, a contradição que tem é que esta vitória ela é introduzida na legalidade exatamente no sentido de atacar uma concepção de classe. Nós passamos, historicamente, décadas tentando combater o modelo getulista e conquistar uma central sindical, que unificasse a classe, como uma concepção global de classe trabalhadora, que não parasse na reivindicação imediata da defesa dos salários, da jornada, mas avançasse mais que isso, que servisse como uma classe de conjunto ou que tenha interesse político em disputa, pelo poder, projeto próprio socialista, de transformação social, revolução em última instância. Que uma central sindical ela não tem isto em si, isto é um objeto do partido, mas a fragmentação em sindicatos encurrula mais para baixo. Qual é a contradição? Quando vc avança para conquistar uma Central do ponto de vista legal, essa legalização se dá não para conquistar aquilo que nós precisávamos, de recompor uma consciência de classe do conjunto, mas o inverso para atacar isto e implantar uma concepção de colaboração de classe. Não de organização, não de direito de greve, mas negociação, parceria. E quais serão as centrais que poderão se legalizar por este modelo e este projeto? Aquelas que forem subservientes ao interesse do capital, aquelas que não tiverem um conteúdo, uma concepção de classe operária, de classe trabalhadora, no sentido de transformação e de ruptura, aquelas que se abstiverem a negociar uma migalha e concordarem em manter o status quo, em última instância que a burguesia continue nos explorando e que de vez em quando nos derruba com uma migalhinha prá cá e prá lá de alguma concessão.

Entrevista - Luiz Marinho

1- Na sua avaliação existe diferença de comportamento da CUT se comparado o governo FHC com o governo Lula?

Luiz Marinho – Mesmo tendo apoiado a candidatura Lula, a CUT continua reafirmando a sua independência frente a partidos políticos e ao governo. Não estamos deixando de cobrar ou criticar o governo por medidas que não atendem aos trabalhadores ou ao conjunto da população (o salário mínimo e alguns aspectos da política econômica, como as elevadas taxas de juros, são exemplo). Assim, não há diferença de comportamento. O grande diferencial é o de que o governo Lula abriu canais de participação para os representantes dos trabalhadores em diversas instâncias, como o Fórum Nacional do Trabalho – que discute as reformas sindical e trabalhista –, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho de Segurança Alimentar, entre outros. Além disso, pela primeira vez, o governo federal adotou uma nova postura em relação ao funcionalismo público e, atendendo reivindicação nossa, criou a Mesa Permanente de Negociação com a categoria, para discutir salários, condições de trabalho e planos de carreira para a categoria, da qual a CUT tem participado. No governo FHC, estes fóruns não existiam e raramente o movimento sindical tinha possibilidade de interferir nas decisões do Executivo.

2- Como o partido pode contribuir na construção do sindicato? Como deve ser estabelecida esta relação?

Luiz Marinho – Na minha avaliação, partidos e sindicatos são coisas distintas. Embora concorde que o dirigente sindical tem o legítimo direito de ser filiado a este ou àquele partido político, é preciso haver independência da entidade, porque na base representada pela entidade há trabalhadores com diferentes posições partidárias. Ao atrelar-se a algum partido, o sindicato pode perder a sua independência e ficar refém de decisões tomadas quando este partido assume o Executivo e que, muitas vezes, podem ir na direção contrária dos interesses da categoria representada. Assim, na minha opinião, a relação entre sindicato e partido deve ser de total independência.

3- Qual a sua análise sobre a Reforma Sindical?

Luiz Marinho – Esta reforma representa uma velha bandeira de luta da CUT, a que defende a autonomia e liberdade sindical. Acho que, ainda que não contemple em 100% tudo o que historicamente vínhamos

defendendo, ela é a possível e significará um avanço nas relações capital-trabalho e na forma de atuação dos sindicatos. A legislação que regulamenta hoje as entidades sindicais, além de mantê-las atreladas ao Estado, permite a existência de organizações de fachada, que nada fazem de efetivo para atender as demandas de seus representados. Com a nova configuração da estrutura sindical, que está sendo discutida no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, somente vão sobreviver os sindicatos que realmente terão representatividade e que serão respaldados pela base.

4- Como a Reforma é defendida pelo Governo Federal, que é de um partido majoritário na direção da CUT, existe alguma influência no posicionamento da Central em função desta relação?

Luiz Marinho – É preciso esclarecer que o PT não é “majoritário” na direção da CUT e não exerce qualquer influência nas decisões da Central. Este conceito foi “vendido” à opinião pública pelos meios de comunicação, dizendo que a CUT é o “braço sindical” do PT. Se isso fosse verdade, os sindicatos ligados à CUT não promoveriam greves de servidores públicos em administrações petistas, por exemplo. O que a CUT, por seu caráter democrático, não impede é que membros de sua direção sejam filiados a este ou aquele partido político. Assim, entre dirigentes da Central, há filiados ao PT, ao PSB, ao PDT, ao PCdoB, ao PSTU etc. E, independente da coloração partidária e de que partido esteja ocupando os poderes executivos, a CUT formula e discute propostas. Assim, é o caso da reforma sindical. A base do que está sendo discutido foi proposta da CUT, exaustivamente discutida em congressos e, em alguns casos, já implementadas. O que norteia a estrutura sindical que defendemos é a existência dos comitês sindicais de empresa, que já estão consolidados entre os metalúrgicos do ABC e de Sorocaba. E este modelo de estrutura, acompanhando dos conceitos de liberdade e autonomia sindical, do fim das taxas compulsórias, e de regras mínimas para a criação de sindicatos – baseadas em percentual mínimo de trabalhadores sindicalizados –, foram propostas da CUT que o governo incorporou e que está em debate no Fórum Nacional do Trabalho. No entanto, a nossa Central teve que abrir mão de alguns pontos do projeto que defendíamos, uma vez que outros segmentos que integram o FNT, entre representações de trabalhadores e de empresários, têm propostas diferentes das nossas. Assim, na minha avaliação, se a reforma sindical não é a que sonhamos, ela é a possível e representa um avanço em relação ao atual e decadente modelo existente. Finalmente, para a CUT, é importante ressaltar a sensibilidade do governo em agilizar este processo de reforma sindical.

Aí sim, tivemos influência e conseguimos abrir espaço para colocá-la em primeiro plano. Ou seja, neste sentido, a CUT influenciou o governo e não o contrário.